Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores 3

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração 4

2.3 - Outras inf. relev. - Auditores 5

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras 6

3.3 - Eventos subsequentes às DFs 7

3.4 - Política destinação de resultados 8

3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas 9

3.7 - Nível de endividamento 10

3.8 - Obrigações 11

3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras 12

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco 13

4.2 - Descrição - Riscos de Mercado 45

4.3 - Processos não sigilosos relevantes 50

4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest 52

4.5 - Processos sigilosos relevantes 53

4.6 - Processos repetitivos ou conexos 54

4.7 - Outras contingências relevantes 55

4.8 - Regras-país origem/país custodiante 58

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos 59

5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado 60

5.3 - Descrição - Controles Internos 61

5.4 - Programa de Integridade 64

5.5 - Alterações significativas 67

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 68

Índice

6. Histórico do emissor

6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM 69

6.3 - Breve histórico 70

6.5 - Pedido de falência ou de recuperação 75

6.6 - Outras inf. relev. - Histórico 76

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas 77

7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista 83

7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais 84

7.3 - Produção/comercialização/mercados 85

7.4 - Principais clientes 86

7.5 - Efeitos da regulação estatal 87

7.6 - Receitas relevantes no exterior 88

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira 89

7.8 - Políticas socioambientais 90

7.9 - Outras inf. relev. - Atividades 91

8. Negócios extraordinários

8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante 92

8.2 - Alterações na condução de negócios 94

8.3 - Contratos relevantes 95

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord. 96

9. Ativos relevantes

9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante 97

9.1.a - Ativos imobilizados 98

9.1.b - Ativos Intangíveis 99

9.1.c - Participação em sociedades 100

9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev. 101

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais 102

10.2 - Resultado operacional e financeiro 116

10.3 - Efeitos relevantes nas DFs 120

10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases 123

Índice

10.5 - Políticas contábeis críticas 126
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs 127
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados 128
10.8 - Plano de Negócios 129
10.9 - Outros fatores com influência relevante 131

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas 133
11.2 - Acompanhamento das projeções 134

12. Assembléia e administração

12.1 - Estrutura administrativa 135
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias 138
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA 139
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos 140
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF 141
12.7/8 - Composição dos comitês 145
12.9 - Relações familiares 148
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle 149
12.11 - Acordos /Seguros de administradores 150

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Política/prática de remuneração 152
13.2 - Remuneração total por órgão 153
13.3 - Remuneração variável 156
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações 157
13.5 - Remuneração baseada em ações 158
13.6 - Opções em aberto 159
13.7 - Opções exercidas e ações entregues 160
13.8 - Precificação das ações/opções 161
13.9 - Participações detidas por órgão 162
13.10 - Planos de previdência 163
13.11 - Remuneração máx, mín e média 164
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização 165

Índice

13.13 - Percentual partes relacionadas na rem. 166
13.14 - Remuneração - outras funções 167
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada 168
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração 169

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos 170
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos 171
14.3 - Política remuneração dos empregados 172
14.4 - Relações emissor / sindicatos 173
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos 174

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 2 - Posição acionária 175
15.3 - Distribuição de capital 190
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico 191
15.5 - Acordo de Acionistas 192
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm 193
15.7 - Principais operações societárias 194
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico 196

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel. 197
16.2 - Transações com partes relacionadas 198
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade 199
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas 200

17. Capital social

17.1 - Informações - Capital social 201
17.2 - Aumentos do capital social 202
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação 203
17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social 204

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações 205
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto 206
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos 207

Índice

18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários 208
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 209
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 210
18.6 - Mercados de negociação no Brasil 211
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros 212
18.8 - Títulos emitidos no exterior 213
18.9 - Ofertas públicas de distribuição 214
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas 215
18.11 - Ofertas públicas de aquisição 216
18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários 217

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Descrição - planos de recompra 218
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria 219
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria 220

20. Política de negociação

20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação 221

21. Política de divulgação

21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos 222
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação 223
21.3 - Responsáveis pela política 224
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação 225

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Jeferson Degaspari**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Carlos Eduardo Turchetto Santos**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

1. Responsáveis pelo formulário / 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE

Carlos Eduardo Turchetto Santos, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade nº 30.256.443-3, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia ("CPF") sob o nº 303.711.318-98, na qualidade de Diretor Presidente da **Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações**, sociedade por ações, com sede na cidade de Uberaba, estado de Minas Gerais, na Rodovia BR-050, s/nº, Km 116, CEP 38.099-899, inscrita no CNPJ nº 08.493.364/0001-62 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, em especial aos artigos 14 a 19 e também à Resolução nº 80, de 29 de março de 2022, em especial seus artigos 15 a 20; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

_____

Carlos Eduardo Turchetto Santos

Diretor Presidente

1. Responsáveis pelo formulário / 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Jeferson Degaspari, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade nº 20.102.298-09, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia ("CPF") sob o nº 107.317.818-80, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações**, sociedade por ações, com sede na cidade de Uberaba, estado de Minas Gerais, na Rodovia BR-050, s/nº, Km 116, CEP 38.099-899, inscrita no CNPJ nº 08.493.364/0001-62, para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, em especial aos artigos 14 a 19 e também à Resolução nº 80, de 29 de março de 2022, em especial seus artigos 15 a 20; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

_____

Jeferson Degaspari

Diretor Executivo de Relações com Investidores

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	19/06/2020
Descrição do serviço contratado	Os serviços contratados compreendem: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2021, preparada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as normas internacionais para relatórios financeiros (IFRS); (ii) revisão das informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas contidas nos Formulários de Informações Trimestrais – ITR, referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2020, 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting” emitida pelo “Internacional Accounting Standards Board”, aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes para os serviços descritos nos itens “i” e “ii” acima foi de R$600 mil. Já a remuneração para o item “iii” foi de R$580 mil.
Justificativa da substituição	
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico		CPF	Endereço
WAGNER DOS SANTOS JÚNIOR	01/04/2018	924.258.108-97	

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

2.3 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Consolidado

(Reais Unidade)	Exercício social (31/03/2022)	Exercício social (31/03/2021)	Exercício social (31/03/2020)

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

3.3 - Eventos Subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não houve eventos subsequentes que pudessem impactar nos números apresentados na data base de 31/03/2022.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

	31 de março de 2022	31 de março de 2021	31 de março de 2020
Restrições à distribuição de dividendos	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, a Companhia não possuí restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por decisões judiciais, administrativas ou arbitrais. Ademais, e conforme as previsões nos contratos financeiros da Companhia, tais instrumento podem restringir a capacidade da Companhia de pagar dividendos aos nossos acionistas se estivermos descumprindo as obrigações previstas em referidos contratos, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, a Companhia não possuí restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por decisões judiciais, administrativas ou arbitrais. Ademais, e conforme as previsões nos contratos financeiros da Companhia, tais instrumento podem restringir a capacidade da Companhia de pagar dividendos aos nossos acionistas se estivermos descumprindo as obrigações previstas em referidos contratos, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, a Companhia não possuí restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por decisões judiciais, administrativas ou arbitrais. Ademais, e conforme as previsões nos contratos financeiros da Companhia, tais instrumento podem restringir a capacidade da Companhia de pagar dividendos aos nossos acionistas se estivermos descumprindo as obrigações previstas em referidos contratos, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
Política de destinação de resultados formalmente aprovada	Em 31 de março de 2021, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados, sendo aplicável o disposto no Estatuto Social vigente à época e na Lei das Sociedades por Ações.	Em 31 de março de 2020, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados, sendo aplicável o disposto no Estatuto Social vigente à época e na Lei das Sociedades por Ações.	Em 31 de março de 2019, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados, sendo aplicável o disposto no Estatuto Social vigente à época e na Lei das Sociedades por Ações.

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Nos últimos três exercícios sociais não foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/03/2022	1.249.445.000,00	Índice de Endividamento	0,00000962	
	1.249.445.000,00	Índice de Endividamento	0,00000962	
	1.249.445.000,00	Índice de Endividamento	0,00000962	
	1.249.445.000,00	Índice de Endividamento	0,00000962	
	1.249.445.000,00	Índice de Endividamento	0,00000962	
	1.249.445.000,00	Índice de Endividamento	0,00000962	
	1.249.445.000,00	Índice de Endividamento	0,00000962	
	1.249.445.000,00	Índice de Endividamento	0,00000962	

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/03/2022)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		20.848.000,00	171.732.000,00	30.263.000,00	0,00	222.843.000,00
Financiamento	Quirografárias		125.949.000,00	307.269.000,00	210.893.000,00	598.210.000,00	1.242.321.000,00
Financiamento	Outras garantias ou privilégio	Sem garantia.	79.779.000,00	171.732.000,00	30.263.000,00	0,00	281.774.000,00
Total			226.576.000,00	650.733.000,00	271.419.000,00	598.210.000,00	1.746.938.000,00
Observação							

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

3.9 - Outras informações relevantes

A Companhia tem acompanhado atentamente os impactos da pandemia da COVID-19 nos mercados mundiais e, em especial, no mercado brasileiro. Dada a pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (“OMS”) em 13 de março de 2020, a Companhia está monitorando todos os possíveis impactos de curto, médio e longo prazo e tomando as devidas medidas com relação a sua operação e manutenção da solidez de seu balanço.

As consequências adversas da atual pandemia ocorreram (e continuam ocorrendo) após a emissão das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022 e, em razão de serem eventos recentes, até a data deste Formulário de Referência, não há informações adicionais disponíveis, além das ponderações apresentadas nos itens 4.1, 7.1, 10.1 e 10.9 deste Formulário de Referência para que a Companhia pudesse realizar uma avaliação a respeito do impacto da pandemia do COVID-19 em seus negócios

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

4. Fatores de risco

4.1 - Descrições dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as Demonstrações Financeiras e Informações Trimestrais – ITR da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, reputação, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira relevante e adversa por qualquer um dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer um desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que poderá haver perda no investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia por seus titulares.

Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetá-la de forma material e adversa. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados menos relevantes também poderão afetar adversamente a Companhia.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim indicar, a menção a um risco, incerteza ou problema que poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “impacto negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante na participação de mercado, reputação, negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e das suas investidas, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas neste contexto.

Adicionalmente, não obstante a subdivisão prevista neste item, feita em observância à regulamentação aplicável, determinados fatores de risco elencados abaixo poderão também ser aplicáveis a outros subitens.

(a) ***Riscos Relacionados à Companhia***

A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde em razão da disseminação do coronavírus (SARS‐COV‐2), a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactou e continuará a impactar os nossos negócios depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em efeitos adversos relevantes nos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, da capacidade da Companhia de continuar operando nossos negócios.

A Companhia, por meio de suas subsidiárias, atua na produção de açúcar etanol, e na cogeração de energia elétrica no Triângulo Mineiro, em região próxima aos grandes centros consumidores do, de modo que o resultado futuro decorrente da condução de suas operações impactará de maneira relevante seu desempenho financeiro, podendo afetá‐lo adversamente na hipótese de a execução dos respectivos objetos sociais não alcançar o sucesso esperado e, consequentemente, prejudicar sua capacidade financeira.

Surtos ou potenciais surtos de doenças, inclusive a pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde em razão da disseminação do novo coronavírus (“COVID-19”), podem ter um efeito adverso em nossos negócios. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como as provocadas pelo zika vírus, pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS), afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Em 11 março de 2020, a OMS declarou a pandemia da COVID ‑ 19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars ‑ Cov ‑ 2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas. Tal disseminação criou incertezas macroeconômicas, volatilidade e perturbação significativas.

A declaração da pandemia da COVID ‑ 19 desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar impedir, retardar e controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população. No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo das localidades em que a Companhia atua, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social.

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso na economia brasileira, o que, indiretamente, pode afetar nossos negócios. Surtos de doenças também podem impossibilitar que nossos funcionários se dirijam aos seus locais de trabalho (incluindo por prevenção ou por contaminação em larga escala de nossos colaboradores), o que poderia prejudicar o regular desenvolvimento dos nossos negócios.

Após a diminuição do surto da COVID ‑ 19, a Companhia e suas controladas poderão vir a ter impactos materialmente adversos em seus negócios, como resultado do impacto econômico nacional e global, incluindo qualquer recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego no Brasil, que já ocorreram ou possam vir a ocorrer.

Como resultado da pandemia, a Companhia pode, ainda, enfrentar dificuldades para obtenção de novos financiamentos junto a instituições financeiras ou eventuais outras restrições de caixa, o que pode comprometer e/ou dificultar a manutenção dos índices financeiros da Companhia. Uma eventual restrição de caixa poderá também afetar as operações da Companhia e o cumprimento de suas obrigações com terceiros, inclusive fornecedores.

A Companhia não pode garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, não consegue garantir que será capaz impedir um impacto negativo em seus negócios. Os impactos da pandemia da COVID ‑ 19 também podem precipitar ou agravar os outros riscos informados neste Formulário de Referência.

Para maiores informações sobre os impactos da pandemia da COVID ‑ 19 sobre os negócios da Companhia, vide Seção 10 deste Formulário de Referência. Ainda, os efeitos provocados pela pandemia ocorreram após a emissão das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo 31 de março de 2021. A Companhia não consegue garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, não consegue garantir que será capaz de impedir um impacto negativo em seus negócios.

A Companhia pode ser afetada de forma adversa pela sazonalidade e pelas variações climáticas.

A produção de açúcar da Companhia depende do volume e teor de sacarose da cana ‑ de ‑ açúcar que suas empresas operacionais cultivam ou que a elas é fornecido por terceiros. O rendimento da safra e o teor de sacarose na cana ‑ de ‑ açúcar dependem principalmente da variação de condições climáticas, como índice de chuvas e temperatura. As alterações climáticas extremas podem ocasionar mudanças bruscas nos ciclos produtivos de commodities agrícolas, por vezes gerando choques de oferta, quebras de safra, volatilidade de preços, alteração da qualidade e interrupção no abastecimento dos produtos por elas afetados. Nesse contexto, a capacidade de produção e entrega dos produtos comercializados pela Companhia podem ser adversamente afetadas, gerando dificuldade ou impedimento do cumprimento das obrigações da Companhia e, consequentemente, impactando negativamente seus resultados.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

As atividades da Companhia são inerentemente perigosas em razão do manuseio, produção, armazenamento e transporte de materiais tóxicos

As atividades da Companhia envolvem uma variedade de riscos de segurança e outros riscos operacionais, inclusive o manuseio, produção, armazenamento e transporte de materiais tóxicos. Estes riscos podem resultar em danos físicos e morte, danos ou destruição de propriedade e equipamentos e dano ambiental.

Um acidente relevante em uma das usinas ou instalações de armazenamento da Companhia, poderia obrigá‑la a suspender suas operações e resultar em expressivos custos de reparação e perda de receita. Compensações advindas de apólices de seguros, se disponíveis, podem não ser recebidas de forma oportuna e/ou ser insuficientes para cobrir todas as perdas, inclusive lucros cessantes.

Quebras de equipamentos, desastres naturais e atrasos na obtenção de insumos ou de peças ou equipamentos de reposição necessários também podem ter efeito substancialmente desfavorável nas operações da Companhia e, consequentemente, nos resultados de suas operações.

Os custos para cumprir com a legislação atual e futura relacionada à proteção do meio ambiente, saúde e segurança, e as responsabilidades advindas de liberações de substâncias perigosas ou exposição a substâncias perigosas no passado ou no presente, podem afetar adversamente os negócios ou desempenho financeiro da Companhia.

Alguns dos contratos financeiros da Companhia e/ou suas controladas contêm cláusulas de inadimplemento cruzado (cross acceleration), vencimento antecipado (cross default) cruzado e/ou e obrigações restritivas

Alguns dos contratos de empréstimo da Companhia e/ou suas controladas contêm cláusulas de inadimplemento cruzado (*cross acceleration*) ou vencimento antecipado cruzado (*cross default*), que determinam que a ocorrência de um evento de inadimplemento sob qualquer das dívidas da Companhia com a parte credora destes referidos contratos ou, em alguns casos, com quaisquer terceiros credores em quaisquer outros contratos de empréstimo da Companhia e/ou suas controladas, resultará em um evento de inadimplemento destes contratos e permitirá que tais credores declarem o vencimento antecipado destas dívidas. Desta forma, o vencimento antecipado ou inadimplemento de uma das dívidas da Companhia e/ou suas controladas poderia acarretar o vencimento de outras dívidas, o que poderia afetar de forma adversa relevante o resultado operacional, a capacidade de pagamento e o preço das ações da Companhia. Para mais informações, ver seção 10.1 deste Formulário de Referência.

A violação de qualquer uma dessas obrigações contratuais ou a falha em manter determinados índices financeiros pode resultar em um evento de inadimplência sob a linha de crédito relevante, e qualquer evento de inadimplência ou aceleração resultante em tais linhas de crédito pode resultar em um evento de inadimplemento de outros contratos instrumentos de dívida da Companhia e/ou suas controladas.

A Companhia poderá falhar em cumprir suas políticas de Compliance e a legislação antifraude, anticorrupção, contra lavagem de dinheiro e antitruste, o que pode ocasionar impactos adversos relevantes sobre seus negócios, sua situação financeira, seus resultados operacionais, sua imagem e sobre a cotação de seus valores mobiliários.

A Companhia está sujeita a leis anticorrupção, antissuborno, de prevenção à lavagem de dinheiro, antitruste e outras leis e regulamentos internacionais, como por exemplo Lei nº 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), que impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo. Dentre as penalidades aplicadas àqueles considerados responsáveis estão: (i) multa; (ii) publicação extraordinária de sentença condenatória; (iii) obrigação de reparação de danos causados; (iv) perda de bens, direitos ou valores ilicitamente obtidos; (v) proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

controladas pelo poder público; (vi) suspensão ou interdição parcial de suas atividades; e (vii) dissolução compulsória da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita. Essas penalidades, se aplicadas, podem afetar material e adversamente os resultados operacionais e financeiros da Companhia, assim como sua reputação ou a sua cotação de mercado das ações ordinárias de forma negativa.

Além disso, a Companhia, também está sujeita ao cumprimento das leis e regulamentos brasileiros, em particular, à Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 ("Lei de Improbidade Administrativa"), à Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, à Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, e à Lei 12.529, de 30 de novembro de 2011, dentre outras.

A Companhia também pode vir a ser responsabilizada por atos de corrupção praticados por terceiros. As políticas e procedimentos da Companhia para identificar, analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser totalmente eficazes. Os métodos de gerenciamento de riscos podem não prever exposições futuras ou não ser suficientes para mitigar riscos desconhecidos e/ou não mapeados, cuja materialização pode gerar consequências significativamente maiores do que aqueles indicados pelas medidas historicamente utilizadas pela Companhia.

Os processos de governança, políticas, gestão de riscos e compliance da Companhia podem não ser capazes de prevenir ou detectar: (i) violações à Lei Anticorrupção, à Lei de Improbidade Administrativa ou outras violações relacionadas a outras leis e regulamentos aplicáveis; (ii) condutas impróprias, fraudulentas e/ou desleais por parte suas afiliadas, de seus funcionários, acionistas, membros de sua administração e terceiros contratados para representá-la; ou (iii) comportamentos não condizentes com princípios éticos da Companhia, que possam afetar adversamente a reputação, negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia, bem como a cotação de suas ações ordinárias.

As violações às leis e à regulamentação antifraude, anticorrupção, antitruste ou a quaisquer leis ou normas relacionadas podem ter um efeito adverso relevante em nossos negócios, reputação, marca, preços de venda, resultados operacionais e condição financeira. Caso suas afiliadas, funcionários, acionistas, membros de sua administração e terceiros contratados para nos representar se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis às nossas políticas internas, poderemos ser responsabilizados por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente nossos negócios e imagem.

Além disso, podemos estar sujeitos a uma ou mais investigações, processos ou medidas restritivas impostas pelas autoridades, nas esferas administrativa, cível e penal, por alegada violação dessas leis, que podem vir a impor à Companhia quaisquer das sanções citadas acima.

A Companhia realiza doações políticas que, caso realizadas em violação à Lei Anticorrupção e à Lei de Improbidade Administrativa podem vir a afetar diversamente a reputação, negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Falhas nos nossos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos poderão afetar adversamente os nossos negócios

Os métodos de gerenciamento de riscos que usamos podem não prever exposições futuras ou não ser suficientes contra riscos desconhecidos ou que poderão ser significativamente maiores do que aqueles indicados pelas medidas históricas que utilizamos. Outros métodos de gerenciamento de riscos que dependem da avaliação de informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados. As informações em que nos baseamos ou utilizamos em modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre os nossos negócios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos nossos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo nos nossos negócios.

A Companhia não pode assegurar, nesse momento, que não serão identificadas deficiências ou falhas significativas em seus controles internos. Se a Companhia não for capaz de manter seus controles internos

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas impróprias, erros ou fraudes. A falha ou a ineficácia nos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo em nossos negócios.

Para mais informações sobre a Política de Gerenciamento de Riscos, ver o item 5.3 deste Formulário de Referência.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e pode ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

A Companhia obtém, armazena, processa e utiliza dados pessoais, tais como dados de clientes e colaboradores, no âmbito de suas operações comerciais. É preciso garantir que qualquer tratamento de dados pessoais e informações confidenciais, tais como, processamento, utilização, armazenagem, disseminação, transferência ou eliminação sob sua responsabilidade seja realizada de acordo com a legislação aplicável. Especialmente em relação ao tratamento de dados pessoais, a Companhia deve observar as leis de proteção de dados e privacidade aplicáveis.

Em 14 de agosto de 2018, foi sancionada a Lei n° 13.709/2018 (“LGPD”) que regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, por meio de um conjunto de regras que impacta todos os setores da economia.

A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais e a transferência e compartilhamento de dados, bem como prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de multa. A lei, ainda, autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), autoridade responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento das disposições da LGPD.

A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, exceto quanto à aplicabilidade das sanções administrativas, as quais entrarão em vigor no dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020.

O descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos a partir da sua entrada em vigor: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas na legislação esparsa.

Caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, a Companhia e suas subsidiárias poderão estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração. Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerada solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pela Companhia e suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Assim, falhas de segurança e quaisquer outras falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, pagamento de indenizações, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia e, consequentemente, o valor de suas ações. Destacamos, ainda, que alguns dos contratos firmados com terceiros no que envolvem o tratamento de dados pessoais não possuem cláusulas - padrão de proteção de dados e essa ausência pode acarretar prejuízo financeiro para a

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Companhia na hipótese de descumprimento da LGPD por qualquer uma das partes. Adicionalmente, não é possível prever como as autoridades brasileiras irão aplicar e interpretar a LGPD.

Incêndios, doenças, pragas e outros desastres podem afetar as instalações agrícolas e propriedades industriais da Companhia, o que pode afetar adversamente seus volumes de produção e, consequentemente, seu desempenho financeiro.

As plantações da Companhia poderão ser afetadas por doenças e pragas, que poderão afetar sensivelmente a quantidade da produção, implicando menor quantidade de produto acabado (etanol e açúcar) e, por consequência, menor retorno financeiro. A falha ou impossibilidade no controle de pragas e doenças pode afetar negativamente a produtividade da lavoura de cana-de-açúcar. A Companhia pode não obter sucesso no controle de pragas e doenças em suas lavouras, seja por não aplicar corretamente os insumos adequados – defensivos agrícolas – seja por uma nova praga ou doença ainda sem diagnóstico. A produtividade pode ser afetada também pela não utilização da mínima quantidade necessária de fertilizantes devido à flutuação do preço desses insumos, especialmente em países que experimentaram recentemente convulsões políticas e sociais ou pela falta de crédito. Esses impactos podem afetar negativamente a produtividade e qualidade dos produtos comercializados pela Companhia.

Quaisquer incidentes sérios de doenças ou pestes nas lavouras da Companhia, e os custos relacionados, poderão afetar adversamente os níveis de produção e, consequentemente, as vendas líquidas da Companhia o seu desempenho financeiro geral.

A falha, imperícia ou ineficiência na efetiva aplicação de defensivos agrícolas e insumos nas lavouras pode afetar negativamente a produtividade da lavoura. Nesse caso, a quantidade de sacarose resultando da produção de cana-de-açúcar das lavouras poderá estar comprometida, impactando negativamente os resultados da Companhia.

A Companhia poderá sofrer desapropriação ou outras restrições de utilização dos bens imóveis pelo Poder Público ou Invasão dos imóveis destinados à produção rural, podem afetar adversamente e de maneira relevante a produção da Companhia e, consequentemente, sua situação financeira e os seus resultados

A capacidade de produção da Companhia pode ser afetada no caso de invasão do Movimento dos Sem Terra, ou de movimentos similares, o que pode impactar negativamente nas suas operações e, consequentemente, em seu resultado. Os movimentos sociais são ativos no Brasil e defendem a reforma agrária e redistribuição da propriedade por parte do Governo brasileiro. Alguns membros de tais movimentos praticaram e podem vir a praticar a invasão e ocupação de terras agrícolas. As propriedades agrícolas da Companhia estão sujeitas a invasão ou ocupação por tais movimentos sociais. A invasão ou ocupação de terras próprias ou arrendadas pela Companhia pode materialmente afetar o seu uso e o cultivo de cana-de-açúcar, bem como afetar adversamente os negócios, situação financeira e operacional da Companhia.

Além disso, os imóveis utilizados pela Companhia, ou por terceiros com os quais ela mantenha relações de parceria ou arrendamento, para o cultivo da lavoura de cana-de-açúcar, poderão ser desapropriados pelo Governo Federal de forma unilateral, de forma total ou parcial, para fins de utilidade pública e interesse social.. Ocorrendo a desapropriação, não há como garantir que o preço que venha a ser pago pelo Poder Público será justo, equivalente ao valor de mercado, ou que, efetivamente, remunerará os valores investidos de maneira adequada ou tempestiva. Dessa forma, a eventual invasão ou desapropriação de qualquer imóvel utilizado pela Companhia para desenvolvimento de suas atividades comerciais, ou por terceiros com os quais ela mantenha relações de parceria ou arrendamento, poderá afetar adversamente e de maneira relevante sua situação financeira e os seus resultados.

Interrupção nos serviços de transporte e logística ou investimentos insuficientes na infraestrutura pública podem afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Agricultura brasileira é altamente impactada pela distância entre as principais regiões de plantio e os respectivos portos de escoamento das mercadorias produzidas. Sendo assim, o fácil acesso à infraestrutura de transporte e aos portos é indispensável para o crescimento da atividade e para as operações da Companhia. Como parte de sua estratégia de negócios, a Companhia tem investido em áreas específicas onde a infraestrutura de transporte ainda necessita de desenvolvimento.

A distribuição dos produtos da Companhia é realizada através de ferrovias e rodovias, sendo que possíveis danos a estas infraestruturas de transporte podem representar um risco ao escoamento.

As deficiências da malha rodoviária, ferroviária ou hidroviária, tais como estradas sem asfalto ou sem manutenção, insuficiência de ferrovias, principalmente nas regiões mais distantes do porto, ocasionam altos custos de logística e, consequentemente, perda da rentabilidade da cana-de-açúcar. Da mesma forma, a falha ou imperícia no manuseio para transporte, seja em trens, caminhões ou embarcações, pode acarretar perdas de produção, desperdício de quantidades ou danos à cana-de-açúcar.

A cadeia de distribuição da Companhia tem forte dependência do transporte rodoviário, o qual pode ser negativamente afetado, ou mesmo paralisado, devido a condições climáticas adversas, como alagamentos, desabamentos de terra e desmoronamentos causados por chuvas, dentre outras. Dessa forma, caso certas estruturas viárias sejam obstruídas ou prejudicadas, a Companhia poderá ter que utilizar-se de rotas alternativas, até o momento de sua desobstrução ou reconstrução, o que poderá afetar negativamente seus custos operacionais. Ademais, as constantes mudanças climáticas, como excesso de chuva, vêm ocasionando piora no estado de conservação das estradas, o que pode acarretar o aumento de perda de produção acima do previsto. Falhas do poder público em realizar corretamente a manutenção das estradas pode ocasionar perdas além do esperado na produção da Companhia, o que impactará negativamente seus resultados.

Além disso, a capacidade do sistema portuário nacional está próxima da plena utilização. Como a totalidade do açúcar produzido pela Companhia é direcionada ao mercado externo, esta poderá ser diretamente impactada pela indisponibilidade do transporte quando necessário e/ou por um aumento significativo dos custos deste modal em função da demanda excessiva ou da oferta escassa.

Adicionalmente, paralisações ou greves na infraestrutura de logística e transporte (como por exemplo a greve dos caminhoneiros, ocorrida em maio 2018), atraso ou não desenvolvimento dos sistemas de infraestrutura brasileiros, podem prejudicar a demanda por produtos da Companhia, impedir a entrega de seus produtos ou impor a custos adicionais à Companhia.

O financiamento da estratégia de crescimento da Companhia requer capital intensivo de longo prazo. A falha em obter tal financiamento em volume suficiente e condições satisfatórias poderá afetar a Companhia adversamente.

A competitividade e a implementação da estratégia de crescimento da Companhia dependem de sua capacidade de captar recursos para realizar investimentos, seja por dívida ou aumento de capital. Não é possível garantir que a Companhia será capaz de obter financiamento suficiente para custear seus investimentos ou que tais financiamentos serão obtidos a custos e termos aceitáveis, seja por condições macroeconômicas adversas, acarretando, por exemplo, um aumento significativo das taxas de juros praticadas no mercado, seja pelo desempenho da Companhia ou por outros fatores externos ao seu ambiente. A falha em obter tal financiamento em volume suficiente e condições satisfatórias pode afetar adversamente de forma relevante as atividades da Companhia.

Avanços tecnológicos podem afetar a oferta e a demanda por produtos da Companhia ou exigir investimentos de capital substanciais para manter sua competitividade.

Os avanços no desenvolvimento de produtos alternativos ao etanol, como por exemplo o crescimento no uso dos carros movidos à eletricidade, poderão reduzir a demanda por etanol como oxidante do combustível de maneira significativa. Quaisquer avanços tecnológicos que necessitem de investimentos

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

significativos para a manutenção da competitividade, ou que, de outra forma, reduzam a demanda por etanol, terão um efeito adverso relevante sobre os resultados operacionais da Companhia.

O mercado como um todo tem se movimentado no sentido de identificar novas tecnologias para aprimorar o processo de produção de açúcar e etanol. Exemplos de áreas onde a pesquisa e desenvolvimento estão especialmente intensos incluem desenvolvimento de novas especialidades de cana de açúcar e produção de etanol de 2ª geração.

A Companhia não pode afirmar que as soluções em novas tecnologias que têm estudado/desenvolvido serão as mais viáveis comercialmente. Caso seus competidores desenvolvam soluções mais eficientes a Companhia pode ter dificuldade para manter sua competitividade, afetando seus resultados.

Além dos desenvolvimentos na área de açúcar e etanol, os avanços no desenvolvimento de produtos alternativos ao etanol de cana-de-açúcar também podem reduzir a demanda por produtos da Companhia de maneira significativa. Evoluções na eficiência energética de motores a combustão interna também podem reduzir a demanda global por combustíveis, incluindo aí etanol anidro e hidratado.

Avanços tecnológicos que demandem significativos investimentos de capital para a manutenção da competitividade ou que, de outra forma, reduzam a demanda por seus produtos terão um efeito adverso relevante sobre os resultados operacionais e desempenho financeiro da Companhia.

Aumento no uso de adoçantes alternativos podem impactar na redução do consumo de açúcar, causando diminuição de receita da Companhia

O aumento do consumo de adoçantes alternativos, especialmente os adoçantes artificiais como aspartame, sacarina e HFCS, pode afetar negativamente o crescimento da demanda total por açúcar no Brasil e no mundo. Inúmeros fabricantes de industrializados têm substituído o açúcar por adoçantes alternativos, ou aumentado o seu consumo. Além disso, o uso de adoçantes alternativos por parte dos consumidores, também pode reduzir a demanda por açúcar no Brasil. Uma redução substancial no consumo de açúcar ou aumento do uso de adoçantes alternativos ou artificiais poderá reduzir a demanda pelo açúcar . Na medida em que a Companhia possui três subsidiárias operacionais produtoras de açúcar, e na medida em que esta situação se concretize, a produção da Companhia poderá ser afetada, podendo resultar em uma redução no crescimento de vendas líquidas e, consequentemente, de seu desempenho financeiro.

A Companhia poderá sofrer com a diminuição na produtividade da matéria prima

As receitas da Companhia decorrem, quase que em sua totalidade, de derivados da cana-de-açúcar. O cultivo da cana ocorre em terras próprias ou de terceiros.

Cerca de 55% da cana processada em suas usinas advém de produtores terceiros e, apesar de a maior parte destes fornecedores serem parceiros de longo prazo da Companhia e estarem com ela vinculados por contratos de 5 (cinco), 10 (dez), 15 (quinze) e 20 (vinte) anos, conforme o caso concreto, a Companhia não pode assegurar a existência desta cana no futuro, visto que não pode garantir as renovações dos contratos de fornecimento, arrendamento e parceria hoje em vigor. A eventual descontinuidade de quantidade substancial destes relacionamentos de longo prazo pode resultar na diminuição do volume de matéria prima disponível para o processamento.

A volatilidade de preços das commodities e da moeda podem afetar o desempenho financeiro da Companhia

Os produtos comercializados pela Companhia estão sujeitos a variações de preços que podem afetar seu desempenho financeiro. O açúcar, por ser precificado em dólares americanos, está sujeito, além das oscilações naturais de preço da commodity, à variação cambial desta moeda frente ao real brasileiro. A Companhia executa estratégias de *hedge* cambial, de açúcar e etanol, que podem ter efeitos adversos em seus resultados em caso de volatilidade do câmbio.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

As operações agrícolas, industriais e logísticas da Companhia oferecem riscos de acidentes e de ineficiências operacionais, que podem ocasionar interrupções ou falhas, bem como uma redução do volume de açúcar, etanol e energia produzidos, podendo afetar adversamente os seus resultados

As operações da Companhia envolvem uma variedade de riscos de segurança e outros riscos operacionais, incluindo, dentre outros, o manuseio, produção, armazenamento e transporte de materiais inflamáveis. Os riscos das operações agrícolas, industriais e logísticas da Companhia podem resultar em danos físicos e acidentes de trabalho, danos graves ou destruição de propriedade e equipamentos da Companhia e/ou de seus prestadores de serviço e fornecedores ou, ainda, acidentes ambientais. Um acidente ou uma fiscalização por parte de uma autoridade competente que conclua que há riscos de segurança em uma de unidades, estações de serviços, instalações de armazenamento ou nas propriedades rurais onde a Companhia atua, poderá obrigá-la a suspender suas operações e gerar penalidade imposta por parte das autoridades públicas, incluindo multas, interdições temporárias ou definitivas, dentre outras, resultando em expressivos custos de reparação, indenização, suspensão de atividades e perda de receita. Quebras de equipamentos, problemas de controle de processo de produção, confiabilidade operacional de máquinas e equipamentos, incêndios, explosões, rupturas de dutos, desastres naturais, atrasos na obtenção de insumos ou de peças ou equipamentos de reposição necessários, acidentes no transporte ou outros incidentes também podem ter efeito substancialmente desfavorável nas operações da Companhia e, consequentemente, nos seus resultados.

A Companhia poderá ter problemas na execução de seus planos de negócio no qual poderão não ser identificados, desenvolvidos e/ou implementados com sucesso a estratégia de crescimento e/ou expansão das instalações existentes.
O crescimento e desempenho financeiro da Companhia dependerão do seu sucesso na implementação de diversos elementos de sua estratégia que estão sujeitos a fatores além do seu controle. Alguns aspectos da estratégia da Companhia podem resultar no aumento dos custos operacionais, e esse aumento pode não ser compensado por um aumento correspondente na receita, resultando em uma diminuição das margens operacionais da Companhia. Ainda, o crescimento futuro e desempenho financeiro da Companhia dependerão, em parte, do êxito na implementação de determinadas estratégias, incluindo: (a) a habilidade da Companhia em atrair novos clientes ou aumentar o volume de clientes existentes em específicos mercados e localidade, (b) a capacidade da Companhia de financiar investimentos (por meio de dívidas ou de outras formas), (c) a competência da Companhia para aumentar sua capacidade operacional e expandir a atual capacidade de fornecimento para novos mercados, (d) a capacidade da Companhia em reduzir custos operacionais e aumentar a eficiência operacional. A Companhia não pode assegurar que será capaz de atingir esses objetivos e/ou estratégias com sucesso. A falha da Companhia no atingimento desses objetivos em razão de dificuldades competitivas, aumento de custos, limitações em sua capacidade de investir, dentre outros, poderão limitar a capacidade de implementar com sucesso sua estratégia de crescimento. A Companhia poderá ter que contrair novas dívidas para financiar seus investimentos a fim de implementar sua estratégia de crescimento. Condições econômicas desfavoráveis no Brasil e no mercado global de crédito, tal como altas taxas de juros para novos empréstimos, baixa liquidez ou baixo interesse de instituições financeiras na concessão de empréstimos, podem limitar o acesso da Companhia a novos financiamentos. Além disso, o não atingimento do crescimento esperado pode causar um efeito adverso material em seus negócios, condições financeiras, resultados operacionais e capacidade de pagar suas dívidas.

Nos planos de negócios da Companhia estão incluídas diversas iniciativas para otimização e crescimento dos negócios. Por uma série de razões estes projetos podem não ser implementados e/ou podem ser concluídos com atraso, comprometendo o retorno esperado. Alguns dos elementos que podem comprometer estes projetos são: (i) não obtenção de autorizações ambientais e/ou licenças de outra natureza; (ii) falta de fornecedores aptos a fornecer equipamentos e/ou matéria‑prima (cana‑de‑açúcar); (iii) elevação de custos ou redução de receitas; (iv) falta de mão‑de‑obra capacitada; (v) falta de prestadores de serviços, e (vi) falta de fonte de financiamento em condições satisfatórias.

Os projetos de otimização e crescimento da Companhia requerem um número significativo de prestadores de serviços, os quais podem não estar disponíveis. Consequentemente, a sua incapacidade de contratar os serviços necessários em razão da escassez da indústria de serviços ou da falta de fornecedores com capacidade técnica para prestar os serviços exigidos poderá ter um efeito adverso em

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

seus projetos de expansão ou resultar em atrasos na execução de projetos de expansão, enquanto novos prestadores de serviços passam por um processo de aprovação e desenvolvimento de qualificação técnica para iniciar as operações. Qualquer atraso ou falha para iniciar ou continuar os projetos de expansão dentro do cronograma previsto poderia representar um efeito material adverso nos negócios da Companhia, condição financeira e em seus resultados operacionais.

A Companhia pode não ser capaz de integrar com sucesso aquisições de outras sociedades que já ocorreram ou que venham a ocorrer, ou implementar com sucesso sistemas operacionais, administrativos e financeiros adequados e controles para conseguir os benefícios que espera resultar destas aquisições. O desvio da atenção da administração da Companhia e/ou quaisquer atrasos ou dificuldades relacionadas à integração dessas empresas ou ativos podem impactar negativamente e de forma relevante os negócios da Companhia.

Assim, caso a Companhia não seja bem‐sucedida na execução de sua estratégia de negócios, seus planos para aumentar a sua receita e rentabilidade poderão ser afetados de forma relevante.

Recursos financeiros de quaisquer naturezas podem não estar sempre disponíveis ou não serem suficientes em termos aceitáveis pela Companhia e/ou em valor suficiente para atender às suas futuras necessidades de capital

A Companhia capta recursos por meio de empréstimos junto a instituições financeiras nacionais e estrangeiras, e por acesso ao mercado de capitais. Alterações nas condições de mercado, local e global, tem o potencial de impactar a disponibilidade e viabilidade desses financiamentos, dificultando novas captações.

A competitividade e a implementação da estratégia de crescimento da Companhia dependem de sua capacidade de captar recursos para realizar investimentos, seja por dívida ou aumento de capital. Não é possível garantir que a Companhia será capaz de obter financiamento suficiente para custear seus investimentos ou que tais financiamentos serão obtidos a custos e termos aceitáveis, seja por condições macroeconômicas adversas, acarretando, por exemplo, um aumento significativo das taxas de juros praticadas no mercado, seja pelo desempenho da Companhia ou por outros fatores externos ao seu ambiente, o que poderá afetar adversamente de forma relevante as atividades da Companhia.

Ainda, suas necessidades de capital poderão diferir de forma substancial das estimativas de sua administração, caso, por exemplo, as vendas da Companhia não atinjam os níveis planejados ou se tiver que incorrer em gastos imprevistos ou realizar investimentos para manter a competitividade da Companhia no mercado.

Caso isso ocorra, a Companhia poderá necessitar de capital ou financiamentos adicionais antes do previsto ou, ainda, abrir mão de oportunidades de mercado. Futuros instrumentos de empréstimo ou financiamento poderão ter cláusulas restritivas e poderão ainda exigir que a Companhia dê ativos em garantia dos empréstimos tomados. A impossibilidade de obter capital adicional em termos satisfatórios poderá atrasar, impedir a expansão ou afetar adversamente os negócios da Companhia.

A Companhia pode precisar incorrer em novos empréstimos, aumentando o seu endividamento, ou ainda acessar mercados de capitais, o que poderá acarretar a diluição da participação acionária dos acionistas em seu capital social.

A Companhia poderá ser responsabilizada solidária ou subsidiariamente por eventuais contingências de caráter trabalhista e previdenciário dos empregados das empresas prestadoras de serviços A Companhia e/ou suas controladas, estas podem contratar prestadores de serviços que tenham trabalhadores a eles vinculados. A Companhia poderá ser responsabilizada solidária ou subsidiariamente por eventuais contingências de caráter trabalhista e previdenciário dos empregados das empresas

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

prestadoras de serviços, quando estas deixarem de cumprir com suas obrigações trabalhistas e previdenciárias. Essa responsabilização poderá afetar adversamente o resultado da Companhia e/ou suas controladas.

A Companhia está sujeita a intensa concorrência nos seus setores de atuação, o que pode afetar de maneira adversa sua participação no mercado e a lucratividade da Companhia

Os setores de etanol e açúcar são altamente competitivos. Internacionalmente, a Companhia concorre com produtores globais de etanol e açúcar. No Brasil, os mercados de etanol e açúcar permanecem altamente fragmentados e competitivos. Uma possível maior consolidação do mercado local pode levar a pressões competitivas ainda mais intensas.

No tocante às vendas de açúcar no mercado interno, os maiores competidores da Companhia são os produtores locais. Caso o governo brasileiro venha a criar incentivos para as importações de açúcar, a Companhia pode enfrentar um aumento da concorrência de produtores estrangeiros no mercado brasileiro.

Em relação às vendas de açúcar para o mercado externo, a competição é muito intensa, com os preços globais sendo altamente influenciados pela produção em outras regiões do mundo, incluindo Índia, Tailândia, países membros da União Europeia, entre outros. A existência de produtores globais de açúcar com custos menores do que os dos produtores no Brasil pode levar a pressões sobre os preços mundiais, reduzindo a rentabilidade deste segmento.

Já em relação ao etanol, existe uma forte competição interna, de forma que o preço pode facilmente sofrer quedas em razão do excesso de produção. Isso porque é muito grande a quantidade de usinas que produzem tanto etanol, quanto açúcar, e que, por isso, aumentam o percentual de etanol produzido, em relação à quantidade de açúcar, como uma forma de compensar a baixa de preços do açúcar no mercado internacional, quando ela ocorre. O aumento brusco da oferta de etanol no mercado interno provoca a queda dos preços e a redução da margem de lucro da Companhia, que, em razão da pesada carga tributária que incide sobre os combustíveis e a limitação natural exercida pelo preço da gasolina, que é totalmente controlado pelas políticas de preço da Petrobrás, podem comprometer bastante a geração de caixa da Companhia.

Em termos gerais, são muitos os fatores que influenciam a posição competitiva da Companhia, incluindo a disponibilidade, qualidade e o custo de fertilizantes, energia, água, produtos químicos, e mão-de-obra, além da taxa de câmbio. Alguns dos concorrentes internacionais da Companhia têm ou podem vir a ter maior escala, maior base de clientes e maior variedade de produtos. Se a Companhia não permanecer competitiva em relação a esses produtos no futuro, a Companhia pode ser negativamente afetada.

Além disso, na medida em que um ou mais dos concorrentes da Companhia encontrem-se mais capitalizados, ou adotem uma política de venda e de fixação de preços mais bem-sucedida que a da Companhia, as vendas dos concorrentes podem aumentar de maneira significativa, podendo afetar a Companhia negativamente.

A intensa concorrência no mercado de distribuição de combustíveis pode reduzir o volume de vendas da Companhia e, consequentemente, afetar adversamente os seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Políticas governamentais relacionadas ao preço da gasolina podem afetar negativamente o preço do etanol.

Políticas de contenção do preço da gasolina no mercado doméstico podem influenciar negativamente o preço do etanol combustível e, portanto, a comercialização de tal produto e dos resultados da Companhia. Em 13 de outubro de 2016, foi aprovada uma política de preços de diesel e gasolina que tem como parâmetros, dentre outros fatores, a paridade com o mercado internacional que inclui custos de frete de navios, custos internos de transporte e taxas portuárias – acrescido de uma margem que deve ser praticada para remunerar riscos intrínsecos à operação, tais como volatilidade da taxa de câmbio e dos

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

preços sobre estadias em portos e lucro, além de tributos. Tal política prevê avaliações para revisões de preços pelo menos uma vez por mês, o que poderá aumentar a volatilidade dos preços da gasolina no mercado doméstico, podendo aumentar a volatilidade do preço do etanol combustível e, portanto, podendo intensificar a influência negativa na margem de comercialização de etanol e nos resultados da Companhia.

Eventual redução ou crescimento abaixo do esperado na demanda de etanol como combustível, ou uma mudança na política do governo brasileiro no sentido de reduzir a adição de etanol à gasolina, poderá causar efeitos adversos significativos à Companhia.

O governo brasileiro obriga a adição de etanol anidro à gasolina. Compete ao Poder Executivo determinar o percentual obrigatório de adição de etanol anidro à gasolina entre 18% e 27%. Atualmente, a adição obedece a uma mistura de 25% de etanol anidro na gasolina premium e 27% de etanol anidro na gasolina comum. Conforme dados divulgados pela ANP, parte relevante de todo o etanol combustível do Brasil é usada para abastecer automóveis movidos a gasolina, em função da adição obrigatória de etanol anidro à gasolina. Quaisquer reduções no percentual de etanol a ser adicionado à gasolina ou mudanças nas políticas do governo brasileiro relacionadas à tributação e à utilização do etanol, assim como eventuais crescimentos da demanda ou incentivos governamentais voltados à expansão da demanda por combustíveis alternativos, tais como gás natural, poderão causar efeitos adversos significativos à Companhia. Eventuais reduções no preço da gasolina poderão tornar o etanol menos competitivo e igualmente resultar na redução da demanda, mesmo diante do aumento de vendas de veículos flexfuel, afetando os seus resultados e situação financeira. Caso o aumento esperado na demanda por etanol não se concretize conforme as expectativas atuais ou ocorra a interrupção, suspensão ou redução da fabricação de veículos flexfuel e/ou veículos movidos exclusivamente a etanol, poderá haver oferta excessiva de etanol no mercado, resultando em queda de preços e efeitos adversos para os nossos resultados.

Avanços tecnológicos podem afetar a oferta e a demanda por produtos da Companhia ou exigir investimentos de capital substanciais para manter sua competitividade.

O mercado como um todo tem se movimentado no sentido de identificar novas tecnologias para aprimorar o processo de produção de açúcar e etanol. Exemplos de áreas onde a pesquisa e desenvolvimento estão especialmente intensos incluem desenvolvimento de novas especialidades de cana de açúcar e produção de etanol de 2ª geração.

A Companhia não pode afirmar que as soluções em novas tecnologias que têm estudado/desenvolvido serão as mais viáveis comercialmente. Caso seus competidores desenvolvam soluções mais eficientes a Companhia pode ter dificuldade para manter sua competitividade, afetando seus resultados.

Além dos desenvolvimentos na área de açúcar e etanol, os avanços no desenvolvimento de produtos alternativos ao etanol de cana-de-açúcar também podem reduzir a demanda por produtos da Companhia de maneira significativa. Evoluções na eficiência energética de motores a combustão interna também podem reduzir a demanda global por combustíveis, incluindo aí etanol anidro e hidratado.

Avanços tecnológicos que demandem significativos investimentos de capital para a manutenção da competitividade ou que, de outra forma, reduzam a demanda por seus produtos terão um efeito adverso relevante sobre os resultados operacionais e desempenho financeiro da Companhia.

Os custos de mão de obra e as restrições operacionais em relação às quais a Companhia e/ou suas controladas pretendem operar podem aumentar devido às negociações coletivas e alterações nas leis e regulamentações trabalhistas

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Os empregados da Companhia e/ou suas controladas são representados por sindicatos. Muitos desses empregados trabalham regidos por acordos coletivos sujeitos a contínuas negociações de salários. Essas negociações, bem como alterações nas leis trabalhistas, podem resultar em maiores despesas com pessoal, outros aumentos nos custos operacionais ou aumentos nas restrições operacionais, impactando negativamente a capacidade financeira da Companhia e/ou suas controladas.

Falhas no funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação da Companhia podem comprometer suas operações e impactá-la adversamente

A Companhia depende dos sistemas de tecnologia da informação para elementos significativos de suas operações, incluindo o armazenamento de dados e a recuperação de informações críticas de negócios.

O regular funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação da Companhia poderá ser comprometido em virtude de caso fortuito, falhas humanas e de programação, bem como em razão da infraestrutura da Companhia e/ou dos prestadores de serviços de processamento de dados, além de eventos de força maior, como incêndios, explosões, desastres, e quaisquer outros fatores ou incidentes alheios ao controle da Companhia.

Adicionalmente, a segurança dos sistemas de tecnologia da informação da Companhia pode ser corrompida por programadores experientes ou hackers, que podem não só prejudicar o regular funcionamento de tais sistemas como apropriar-se indevidamente das informações confidenciais da Companhia e/ou de seus clientes e fontes pagadoras ou divulgá-las. A ocorrência de qualquer dos fatores acima pode impactar negativamente o valor de mercado das ações de emissão da Companhia e suas atividades operacionais, resultado e/ou, ainda, sua imagem.

Falhas ou interrupções significativas nos sistemas de tecnologia da informação da Companhia ou utilizados por seus provedores de serviços terceirizados podem impedi-la de conduzir suas operações comerciais em geral. Qualquer interrupção ou perda de sistemas de tecnologia da informação dos quais dependem aspectos críticos de suas operações pode ter um efeito adverso sobre seus negócios, resultados operacionais e condição financeira. Qualquer violação de segurança envolvendo apropriação indébita, perda ou outra divulgação não autorizada ou uso de informações confidenciais dos seus fornecedores, clientes ou terceiros, seja pela Companhia ou por terceiros, pode: (i) sujeitar a Companhia a penalidades civis e criminais, (ii) ter um impacto negativo em sua reputação, ou (iii) expor a Companhia à responsabilidade de seus fornecedores, clientes, outros terceiros ou autoridades governamentais. Qualquer um desses acontecimentos pode gerar impactos adversos nos seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter os sistemas de TI da Companhia podem resultar em danos financeiros e reputacionais

As operações da Companhia dependem do funcionamento eficiente e ininterrupto de seus sistemas de tecnologia da informação. Caso estes sistemas tenham seu funcionamento interrompido por falhas próprias, falhas na prestação de serviços pelos fornecedores contratados, seja por infecção por vírus nos computadores, invasão física ou eletrônica, ou em razão da impossibilidade de cumprimento das disposições contratuais aplicáveis e/ou da manutenção ou renovação dos contratos de licenciamento, pode haver a interrupção temporária das operações da Companhia, bem como a sua responsabilização perante terceiros que venham a ser afetados direta ou indiretamente por tais ocorrências, o que pode afetar adversamente as operações da Companhia e, consequentemente, seus resultados, bem como impactar negativamente sua reputação e as interações com concorrentes e terceiros, incluindo organizações governamentais e órgãos reguladores, fornecedores e outros.

Ainda, a LGPD estabelece responsabilidade solidária entre os controladores de dados, como a Companhia, e os operadores de dados, definidos como os agentes que realizam tratamento de dados pessoais em seu nome e no seu interesse, sempre que os controladores de dados estiverem diretamente envolvidos no tratamento de dados pessoais pelos operadores. Isto significa que as violações à legislação de proteção de dados por contratados e subcontratados da Companhia que realizem tratamento de dados em seu interesse, inclusive os provedores de aplicativos e conexão na internet, poderão resultar em deveres de

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

compensação e indenização perante terceiros à Companhia, que poderão gerar custos e despesas relevantes e impactar os resultados financeiros da Companhia e sua reputação.

A Companhia está exposta a eventos como ataques de vírus, softwares mal-intencionados, panes e outros problemas que podem vir a interferir inesperadamente nas operações e podem resultar em interrupções, atrasos, perda de dados ou na incapacidade de operar, além de falhas nos controles de segurança de rede. Qualquer interrupção nos sistemas da Companhia poderá causar efeito material adverso sobre os negócios ou gerar perdas financeiras.

Além disso, devido à pandemia da COVID-19, as práticas de trabalho remoto pelos colaboradores aumentaram. Assim, interrupções ou falhas nos sistemas de tecnologia da informação (como por exemplo no sistema de teletrabalho ou apuração e contabilização do faturamento), causadas por acidentes, mau funcionamento ou atos mal-intencionados, podem ocasionar impactos no funcionamento corporativo da Companhia, comercial e operacional, o que pode afetar seus negócios e resultados operacionais de forma negativa, além de afetar adversamente a imagem e confiabilidade junto ao mercado. Ataques cibernéticos têm se tornado cada vez mais sofisticados e difusos. A Companhia mantém em sua base de dados informações sensíveis de seus clientes, que podem ser objeto de ataques cibernéticos por parte de indivíduos que tentam ter acesso não autorizado a estas informações para utilização de forma indevida.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais dos clientes da Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem resultar em custos e afetar negativamente sua imagem e reputação.

A Companhia pode precisar de recursos adicionais no futuro, os quais podem não estar disponíveis para atender às suas futuras necessidades de capital ou não estar disponíveis no momento necessário ou desejável.

A Companhia capta recursos para suas atividades por meio de empréstimos de instituições financeiras (nacionais e estrangeiras) e pelo acesso ao mercado de capitais. A capacidade para obter recursos para financiar o crescimento ou operar os negócios depende de uma série de fatores, incluindo o seu nível de endividamento que em 31/03/2021 estava em R$ 662.459 mil (Dívida Liquida) e as condições de mercado.

O mercado global e as condições econômicas têm sido, e podem continuar sendo, voláteis. Os mercados de dívida (seja o de capitais ou o de empréstimos bancários) vêm sendo afetado de forma significativa por uma série de questões políticas e econômicas (perdas no setor financeiro, reavaliação do risco de crédito do país, inadimplência de dívidas soberanas, dentre outros). Esses eventos impactaram negativamente as condições econômicas do país, especialmente no que diz respeito ao custo de captação de recursos no mercado de capitais, que aumentou substancialmente, ao passo que a oferta de crédito para as companhias brasileiras diminuiu significativamente. O aumento desse custo financeiro se deve ao fato dos credores e investidores institucionais terem aumentado as taxas de juros, estabelecido condições de empréstimos mais rigorosas, assim como terem reduzido ou, em certos casos eliminado, os financiamentos em condições comerciais razoáveis para os devedores.

Se não houver financiamento disponível quando necessário, ou se estiver disponível apenas em termos desfavoráveis, pode tornar-se desafiador o atendimento às necessidades de capital da Companhia, o que pode afetar suas estratégias de investimentos e causar um efeito adverso relevante e adverso nos resultados das operações. Adicionalmente, caso a Companhia decida aumentar seu nível de endividamento, ela pode ficar sujeita ao risco de inclusive não ser capaz de adimplir suas obrigações financeiras. Na contratação de novas dívidas, a Companhia deverá observar determinadas obrigações previstas nos respectivos instrumentos de crédito, podendo ficar sujeita a restrições de endividamento ou realização de novos investimentos. O inadimplemento de alguma dessas obrigações assumidas pode resultar no vencimento antecipado ou na obrigação de pré-pagamento dessas dívidas. Em qualquer desses casos, os ativos e o caixa da Companhia podem não ser suficientes para pagar todo o valor devido aos credores, o que pode causar um efeito adverso em sua condição financeira.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Companhia pode ter necessidade de emitir títulos de dívida ou contratar empréstimos bancários para obter financiamentos adicionais. Não há garantias de que isso será possível no momento necessário ou desejável. Adicionalmente, os recursos adicionais que a Companhia venha a precisar no futuro podem não estar disponíveis em condições favoráveis.

A falta de disponibilidade de recursos financeiros no mercado a taxas razoáveis pode comprometer os planos de crescimento da Companhia e até mesmo a manutenção das condições atuais de operação. Em eventos limite, a Companhia pode ter que optar por cancelar alguns de nossos projetos e/ou aceitar termos de financiamento menos favoráveis. Em qualquer um dos casos, o resultado financeiro da Companhia seria adversamente afetado.

A Companhia detém imóveis próprios que estão onerados

Vários dos imóveis ocupados pela Companhia encontram-se onerados por hipoteca.

Na hipótese de inadimplemento das obrigações que estão sendo garantidas por tais hipotecas, os credores poderão proceder à sua excussão, situação em que os imóveis poderão ser alienados judicialmente, tendo a sua propriedade transferida a um terceiro com quem a Companhia não possui qualquer relação. Caso o proprietário não possua outros bens para garantir o pagamento de tal dívida, referidos imóveis poderão ser arrematados por terceiros em leilão ou sua propriedade poderá ser consolidada em nome do credor. Nessa hipótese, as operações e a situação financeira da Companhia podem ser impactadas adversamente.

Um dos imóveis rurais ocupados pela Companhia não está georreferenciado

Um dos imóveis rurais ocupados pela Companhia possui área maior que 100 hectares e não possui georreferenciamento.

Nesse sentido, a Companhia não poderá desmembrar, parcelar, remembrar ou transferir referido imóvel, a qualquer título, tendo em vista a obrigatoriedade de georreferenciamento para imóveis com área igual ou superior àquela mencionada. , o que pode ser um risco caso a Companhia precise dispor, alienar ou vender o referido imóvel.

Alguns imóveis potencialmente de propriedade da Companhia não apresentam a titularidade regularizada

Seis imóveis indicados como de propriedade da Companhia não apresentam a titularidade registrada em nome da Companhia, perante os Cartórios de Registros de Imóveis competentes.

A Companhia poderá encontrar óbices no registro e na averbação de atos subsequentes perante os Cartórios de Registros de Imóveis, tendo em vista a existência de desatualização na titularidade nas matrículas correspondentes, o que pode acarretar discussões judiciais, eventual perda da propriedade dos imóveis, podendo impactar diretamente a produção da Companhia

A não obtenção, não renovação, atrasos na obtenção ou renovação, ou o cancelamento de alvarás e licenças necessárias à continuidade de todas as suas atividades (incluindo ambientais) podem impactar os negócios da Companhia

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Companhia é obrigada a obter licenças específicas para produtores rurais, emitidas por autoridades governamentais, com relação a determinados aspectos das suas operações. As leis e regulamentos que tratam dessas licenças podem, com frequência, exigir a compra e instalação de equipamentos de custo mais elevado para o controle da poluição ou a execução de mudanças operacionais a fim de limitar impactos ou potenciais impactos ao meio ambiente e/ou à saúde dos funcionários da Companhia. A violação de tais leis e regulamentos ou licenças pode resultar em multas elevadas, sanções criminais, revogação de licenças de operação e/ou na proibição de exercício das atividades pela Companhia.

Adicionalmente, a Companhia está atualmente em processo de obtenção ou renovação, conforme o caso, de certas licenças e permissões (inclusive imobiliárias e ambientais) necessárias para a continuidade de suas atividades. Os negócios da Companhia, sua condição financeira e seus resultados operacionais podem ser afetados de maneira significativa e adversa, caso elas não consigam obter ou renovar todas as licenças e permissões necessárias para o desenvolvimento de suas atividades.

Companhia pode não pagar dividendos aos acionistas titulares de suas ações

Em certas circunstâncias, a Companhia pode não ser capaz de distribuir dividendos ou terá que que distribuí-lo em valor inferior ao dividendo mínimo obrigatório, nomeadamente: (i) se o lucro líquido for capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (ii) se o Conselho de Administração da Companhia informar à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia, suspendendo a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, tendo em vista o disposto na Lei das Sociedades por Ações; e/ou (iii) em caso de existência atual ou futura de restrições à distribuição de dividendos em contratos de financiamento por nós celebrados.

A perda de membros da alta administração da Companhia e/ou a incapacidade de atrair e manter diretores e colaboradores qualificados podem causar um efeito adverso sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

O crescimento e desempenho da Companhia dependem em grande parte de esforços e da capacidade de sua alta administração formada por experientes executivos e colaboradores-chave que detêm amplo conhecimento do negócio. A perda de qualquer um dos membros da alta administração da Companhia poderá afetar de modo adverso e relevante seus negócios e resultados operacional e financeiro. Além disso, caso a Companhia venha a perder algum desses profissionais-chave, pode não conseguir atrair novos profissionais com a mesma qualificação para substituí-los.

O sucesso da Companhia também depende de sua capacidade em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia, marketing e serviços aos clientes. A competição por tais colaboradores altamente qualificados é intensa, e a Companhia pode não ser capaz de atrair, contratar, reter, motivar e gerir suficientemente com sucesso tais profissionais qualificados. Se a Companhia não for capaz de atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir suas operações, poderá não ter capacidade para conduzir seu negócio com sucesso e, consequentemente, os resultados operacional e financeiro da Companhia poderão ser adversamente afetados.

Emissão de ações da Companhia ou suas controladas

É possível que a Companhia ou qualquer de suas controladas tenha interesse em captar recursos no mercado de capitais por meio de emissão de ações e/ou colocação pública ou privada de títulos conversíveis em ações. A captação de recursos adicionais por meio da emissão pública de ações, que pode não prever direito de preferência aos acionistas da Companhia, poderá acarretar diluição da participação acionária dos atuais acionistas no capital social da Companhia e/ou da Companhia em suas controladas, ainda que tal emissão esteja sujeita à aprovação por quórum qualificado.

(b) Riscos Relacionados a Seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Os interesses do acionista controlador da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos investidores da Companhia

Os acionistas controladores da Companhia, tem poderes para definir e/ou modificar a sua forma de atuação, ao mesmo tempo que possuem seus próprios negócios. Deste modo, os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses dos demais investidores e causar um efeito adverso relevante para a Companhia.

A Companhia não está segurada contra todos os riscos que envolvem suas atividades e as coberturas de seguro da Companhia podem ser inadequadas para cobrir todas as perdas e/ou responsabilidades que podem ser incorridas em suas operações.

A Companhia não está segurada contra os riscos de interrupção de todas as suas unidades, estando coberta pelo plano de Business Interruption apenas as unidades Vale do Tijuco e Vale do Pontal, não estando, portanto, a unidade Canápolis garantida contra os gastos adicionais incorridos exclusivamente com a compra de energia elétrica e/ou pagamento de fatura gerada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) necessária ao atendimento dos Contratos de Compra e Venda de Energia (“CCVE”) celebrados pela planta sinistrada. Além disso, a Companhia possui limite máximo de cobertura para interrupções de atividades causadas por disputas trabalhistas, como greves; não estando coberto, nesse caso, os danos causados a vidros, e os decorrentes de incêndio, explosão, roubo, furto, estelionato, apropriação indébita, extorsão, extorsão indireta e extorsão mediante sequestro.

Caso os empregados da Companhia promovam paralisações resultantes podem ter um efeito negativo substancial sobre a Companhia. Ademais, o seguro de nossos ativos contém limites máximos de cobertura com relação a incêndios, desastres naturais (como furacões e ciclones), danos elétricos, quebra de máquinas roubos e furtos. Portanto, danos e interrupção de atividades causados que tenham valores excedidos pela cobertura contratada ou que sejam excluídos pela cobertura securitária podem ter um efeito negativo substancial na nossa condição financeira ou em nossos resultados operacionais. Nem todas as perdas ou responsabilidades que possam ser incorridas nas operações da Companhia são passíveis de transferência de risco através de seguro. Além disso, a Companhia estará sujeita ao risco de não conseguir manter ou obter seguro do tipo e no montante desejado por preços razoáveis. Assim, se a Companhia incorrer em uma responsabilidade significativa para a qual não esteja inteiramente segurada, seu negócio, sua condição financeira e seus resultados operacionais podem ser negativamente afetados.

Na eventualidade da ocorrência de um dos eventos não garantidos ou que excedam as coberturas previstas em suas apólices atuais, a Companhia pode sofrer um revés financeiro para recompor e/ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, e mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, não é possível garantir que o pagamento do seguro será realizado de forma tempestiva, ou em valor suficiente para compensá‑la integralmente pelos danos decorrentes de tal sinistro, o que pode afetar negativamente seus resultados financeiros. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. Uma eventual falha da Companhia em pagar esses prêmios, cumulada com a ocorrência de um sinistro, pode colocar a Companhia em uma situação de risco, dado que, nessa hipótese, danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

No caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A falha da Companhia em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá nos colocar em uma situação de risco, dado que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

Adicionalmente, a Companhia não pode garantir que será capaz de manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Além disto, a Companhia pode ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro. Caso

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

quaisquer desses fatores venham a ocorrer, os negócios e resultados financeiros e operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

(c) Riscos Relacionados a Seus acionistas

A Companhia é controlada por dois grupos de acionistas o que pode resultar em discordância entre eles

A Companhia é controlada por dois grupos de acionistas, (i) Ápia SP Participações S.A., Marseille Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e JF Investimentos S.A., todos pertencentes à família Santos ("Grupo JF"); e (ii) IFAR Brazil Pte. Ltd. e Rio Grande Investment Pte. Ltd. ("Grupo Indoagri-Salim"). Para informações adicionais sobre o controle, vide Seção 8 deste Formulário de Referência. O controle compartilhado de nossa Companhia pode resultar em impasses e disputas entre nossos acionistas controladores em relação à estratégia, controle e outros assuntos importantes, o que poderá nos afetar adversamente.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, determinadas matérias necessitam de quórum especial de aprovação pelos acionistas (desde que mantenham percentual mínimo de participação societária na Companhia), incluindo, mas não se limitando a: (a) aprovação de qualquer tipo de reorganização societária; (b) qualquer nova emissão de ações pela Companhia; (c) autorização para distribuição de dividendos além dos dividendos mínimos obrigatórios; (d) modificação de qualquer aspecto substancial do plano de negócios da Companhia; e (e) celebração de contratos, em um ano fiscal, que em conjunto representem mais do que 25% do orçamento operacional da Companhia. Assim, uma possível discordância entre acionistas poderá ser determinante para a aprovação de matérias relevantes para a continuidade dos negócios da Companhia, lhe causando um efeito adverso.

(d) Riscos Relacionados a Suas Controladas e Coligadas

A qualidade de holding da Companhia reflete eventuais contingências de suas controladas e coligadas que pode afetar adversamente o desempenho financeiro da Companhia

A qualidade de Companhia *holding* reflete eventuais contingências de suas controladas e coligadas, de modo que a administração dos riscos, despesas e incertezas associadas à execução de seus respectivos negócios ou à falta de sucesso na condução de seus respectivos negócios, pode afetar adversamente o desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia controla ou participa do capital de diversas outras sociedades do setor sucroenergético. A capacidade da Companhia de cumprir com suas obrigações financeiras e de pagar dividendos aos seus acionistas depende do fluxo de caixa e dos lucros de suas controladas, coligadas, parcerias e consórcios. Suas sociedades de propósito específico não podem pagar dividendos ou juros sobre capital próprio, exceto se todas as suas obrigações tenham sido integralmente pagas, incluindo a entrega do empreendimento, ou os sócios tenham decidido de outra forma. Não há garantia de que tais recursos serão disponibilizados para a Companhia ou que serão suficientes para o cumprimento de suas obrigações financeiras e para o pagamento de dividendos aos seus acionistas.

A Companhia pode enfrentar situações de conflito de interesses nas operações com empresas pertencentes aos acionistas.

A Companhia mantém negócios e operações financeiras com seus acionistas controladores ou empresas pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos. Ademais, visando garantir a independência necessária, o Estatuto Social da Companhia exige que quaisquer acordos envolvendo acionistas (ou empresas de seus grupos econômicos) devam ser aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. Eventuais conflitos de interesse poderão prejudicar a eficiência da gestão da Companhia.

(e) Riscos Relacionados a Seus Fornecedores

Fornecedores da Companhia e fornecimento de matéria prima

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A cana-de-açúcar é a principal matéria-prima utilizada na produção de etanol e de açúcar. No Brasil, o suprimento de cana-de-açúcar pode ser reduzido significativamente na eventualidade de rescisão ou não renovação de acordos de parceria, arrendamento de terras e contratos de fornecimento firmados com proprietários de terras ou produtores de cana-de-açúcar. Se o suprimento de cana-de-açúcar for interrompido ou se qualquer dos contratos de parceria ou de arrendamento de terras vier a ser rescindido, a Companhia poderá vir a ser obrigada a pagar preços mais elevados pela matéria-prima ou processar um volume menor, circunstâncias estas que poderiam afetar de forma adversa os negócios e resultados Companhia.

Os preços da cana-de-açúcar podem aumentar em função da alteração dos critérios definidos pelo Conselho dos Produtores de Cana, Açúcar e Álcool ("CONSECANA"), formado por produtores de cana-de-açúcar e usinas açucareiras. O preço da cana-de-açúcar definido nos contratos arrendamento e parceria é parcialmente fixo, com outra parcela variável, de acordo com os critérios definidos pelo CONSECANA. Como resultado, quaisquer mudanças nos critérios definidos pelo CONSECANA podem levar ao aumento nos preços que a Companhia e/ou suas controladas pagam pela cana-de-açúcar, afetando materialmente os negócios da Companhia. Nos contratos de fornecimento de cana, a partir da safra 2019/2020 a empresa definiu acordo com seus fornecedores para seguir as mesmas regras de precificação do Consecana SP, no entanto considerando os preços líquidos de impostos praticados pela Usina Em alguns casos, a Companhia e/ou suas controladas podem não conseguir repassar o valor integral dos aumentos no preço da matéria-prima aos seus clientes, devido às fórmulas de precificação dos contratos de venda por elas celebrados, o que poderia reduzir sua rentabilidade.

O rendimento da safra e o teor de sacarose na cana-de-açúcar dependem principalmente de fatores geográficos como a composição da terra, a topografia e o clima, bem como as técnicas agrícolas utilizadas e a variedade plantada. Portanto, fatores que estejam fora do controle da Companhia, tais como secas, geadas e pragas, poderão afetar adversamente o rendimento da cana-de-açúcar que a Companhia e/ou suas controladas produzem ou compram, de modo que a Companhia pode ser adversamente afetada.

Interrupção da venda de cana-de-açúcar pelos fornecedores à Companhia e/ou suas controladas poderá afetá-las adversamente

Atualmente, a cana fornecida por terceiros, com base na produção em terras arrendadas ou objeto de parceria, representa, em média, 55% (cinquenta e cinco por cento) do total da cana necessária para os negócios da Companhia e suas controladas. Não há meios de se garantir que, no futuro, o abastecimento da matéria-prima será mantido sem interrupções, nem que os contratos de parceria agrícola e de arrendamento continuarão em vigor. A ocorrência de tais fatos, considerando o alto percentual de cana fornecido por terceiros, poderá resultar no aumento dos gastos atualmente despendidos com matéria prima ou na diminuição significativa do volume de cana-de-açúcar disponível para o processamento da Companhia e suas controladas, afetando negativamente a capacidade financeira da Companhia e/ou suas controladas.

Dependência de terceiros para fornecimento dos serviços e dos produtos essenciais aos negócios da Companhia e/ou suas controladas

A Companhia celebra contratos com terceiros para o fornecimento de serviços necessários para a condução de seus negócios, como o transporte e armazenamento de etanol e açúcar.

A revogação ou rescisão de contratos com terceiros, considerados essenciais para os negócios da Companhia e/ou suas controladas, e a impossibilidade de renovação de tais contratos, ou de negociar novos contratos com outros prestadores de serviços, poderão afetar os negócios da Companhia e/ou suas controladas. A dependência de terceiros por parte da Companhia e/ou suas controladas poderá resultar em um menor controle sobre os custos, eficiência, pontualidade e qualidade de tais serviços. Interrupção ou suspensão nos serviços de transporte e logística poderão afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia e/ou suas controladas.

A dependência da Companhia de terceiros para fornecer serviços essenciais também leva a um menor controle sobre os custos, eficiência, pontualidade e qualidade de tais serviços. A negligência de um

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

terceiro contratado pode comprometer a segurança do transporte de etanol e de açúcar de usinas da Companhia para os terminais de exportação, podendo também levar a danos reputacionais e/ou ambientais (em caso de acidente).

A cadeia de distribuição da Companhia e suas controladas tem forte dependência do transporte rodoviário, o qual pode ser negativamente afetado, ou mesmo paralisado, devido a condições climáticas adversas, como alagamentos, desabamentos de terra e desmoronamentos causados por chuvas, dentre outras. Dessa forma, caso certas estruturas viárias sejam obstruídas ou prejudicadas, a Companhia e/ou suas controladas poderão ter que utilizar-se de rotas alternativas, até o momento de sua desobstrução ou reconstrução, o que poderá afetar negativamente seus custos operacionais.

Além disso, a capacidade do sistema portuário nacional está próxima da plena utilização. Como parte significativa da produção da Companhia e/ou suas controladas é direcionada ao mercado externo (no caso açúcar), a Companhia e/ou suas controladas poderão ser diretamente impactadas pela indisponibilidade do transporte quando necessário e/ou por um aumento significativo dos custos deste modal em função da demanda excessiva ou da oferta escassa.

Os custos de matéria-prima e serviços estão sujeitos a flutuações que podem ocasionar efeitos adversos relevantes nos resultados das operações da Companhia

As matérias-primas e serviços utilizados nos negócios da Companhia estão sujeitas a ampla variação de preço de acordo com as condições de mercado. Esses preços são influenciados por diversos fatores sobre os quais a Companhia tem pouco ou nenhum controle, incluindo, mas não se limitando, condições econômicas nacionais e internacionais, questões regulatórias, políticas governamentais, ajustes de tarifa e efeitos globais de oferta e procura. A Companhia não pode garantir que os respectivos ajustes de preços serão realizados tempestiva e efetivamente a fim de refletir de maneira adequada ou de compensar a inflação de preços, alterações nos custos e despesas operacionais, amortização de investimentos e tributos. Desta forma, a Companhia pode não ser capaz de repassar os aumentos na estrutura de custos aos clientes o que pode reduzir sua margem de lucro e resultar em efeito adverso relevante aos negócios, condições financeiras e resultado das operações da Companhia.

(f) Riscos Relacionados a seus Clientes

Exposição a dependência de clientes, em virtude de concentração de receita

A Companhia possui clientes que representam mais de 10% de suas receitas líquidas. Em caso de encerramento da relação comercial firmada entre a Companhia e tais clientes, por qualquer que seja o motivo, a receita da Companhia pode ser adversamente afetada de forma significante.

Exposição a risco de crédito e outros riscos de contrapartes dos clientes da Companhia e/ou suas controladas no curso normal de seus negócios

A Companhia e suas controladas mantêm relacionamento com diversos tipos de clientes, dentre eles distribuidores de combustíveis, indústrias atacadistas, varejistas e tradings. Como parte de seu relacionamento, a Companhia e suas controladas estabelecem condições de crédito distintas de acordo com a capacidade avaliada de crédito de cada um destes clientes. Alterações no ambiente econômico podem afetar negativamente a capacidade de alguns destes clientes de honrar com suas obrigações. Caso isso aconteça com um número significativo de clientes relevantes, os resultados da Companhia e/ou suas controladas, incluindo fluxos de caixa, poderiam ser substancialmente afetados.

Além do crédito, a Companhia e/ou suas controladas estão sujeitas a outros riscos com contraparte, principalmente aqueles relacionados à reputação de seus clientes, como por exemplo, no tocante a riscos de corrupção, lavagem de dinheiro, embargos, violações trabalhistas, dentre outros. Caso alguns destes fatores aconteça com um número significativo de clientes relevantes, nossos resultados, incluindo fluxos de caixa, poderiam ser substancialmente afetados.

Correlação entre os preços do etanol e do açúcar

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

O preço do etanol geralmente está diretamente ligado ao preço do açúcar e está progressivamente se tornando correlacionado ao preço da gasolina no mercado local. A grande maioria do etanol brasileiro é produzido em usinas de cana que produzem tanto açúcar quanto etanol. Como tais usinas são capazes de alterar a quantidade produzida de cada um dos produtos de acordo com o preço praticado pelo mercado para cada um deles, o preço de ambos acaba se tornando correlacionado, correlação esta que tende a se tornar mais forte com o passar do tempo. Adicionalmente, os preços do açúcar praticados no Brasil sofrem influência dos preços praticados no mercado global e, desta forma, existe uma correlação entre os preços praticados para o etanol no Brasil com o preço do açúcar praticado no mercado global. Os veículos "flex" permitem que os consumidores escolham entre gasolina e etanol no posto de gasolina, ao invés da concessionária. Por causa disso, os preços do etanol estão começando a se tornar correlacionados aos preços da gasolina e, consequentemente, ao do diesel, podendo esta correlação aumentar ao longo do tempo. Caso ocorra uma redução nos preços do açúcar, tal redução pode ter um efeito adverso sobre o desempenho financeiro dos negócios de etanol e açúcar da Companhia. Da mesma forma, uma queda nos preços do petróleo pode ter um efeito adverso sobre o negócio de etanol Companhia, incluindo em seu fluxo de caixa.

Nesse sentido, o setor sucroenergético brasileiro pode alterar o mix de sua produção entre o açúcar e etanol, o que faz com que exista alta correlação entre os preços das duas commodities. Sendo assim, os preços do açúcar no mercado internacional influenciam sobremaneira a oferta do etanol hidratado no mercado interno e, em caso de aumento da sua oferta, pode haver um desequilíbrio de mercado causando a queda de seus preços e uma redução de renda da Companhia.

O uso de produtos alternativos ao açúcar e ao etanol e avanços tecnológicos podem ter efeitos adversos sobre a demanda pelos nossos produtos no Brasil e em outros países, ou exigir investimentos de capital para que continuemos competitivos.

Os avanços no desenvolvimento de produtos alternativos ao açúcar e ao etanol podem reduzir a demanda por produtos da Companhia, ou eliminar a necessidade de etanol como combustível ou como oxidante de combustível de maneira significativa. O uso de adoçantes ou combustíveis alternativos, tem afetado negativamente a demanda total por etanol e açúcar no Brasil e no resto do mundo. Uma redução substancial no consumo de etanol e/ou açúcar ou aumento do uso de produtos alternativos pode reduzir, e consequentemente afetar a demanda pelo açúcar e etanol produzidos pela Companhia e poderia afetar negativamente suas vendas líquidas e do seu desempenho financeiro geral.

Quaisquer outros produtos alternativos ou avanços tecnológicos que reduzam a demanda pelos produtos da Companhia terão um efeito adverso sobre seus resultados operacionais e desempenho financeiro.

(h) Riscos Relacionados à Regulação dos Setores em que a Companhia Atue

Políticas e regulamentações governamentais que afetem o setor agrícola e setores relacionados podem afetar de maneira adversa as operações e lucratividade da Companhia.

Políticas e regulamentos governamentais federais, estaduais e municipais brasileiras e estrangeiras, exercem grande influência sobre a produção e a demanda agrícola e os fluxos comerciais. As políticas governamentais que afetam o setor agrícola, tais como políticas relacionadas a impostos, tarifas, encargos, subsídios, estoques regulares e restrições sobre a importação e exportação de produtos agrícolas e commodities, podem influenciar a lucratividade do setor. Estes elementos podem influenciar a escolha pelo plantio de determinadas safras em comparação a diferentes usos dos recursos agrícolas, a localização e o tamanho das safras, a negociação de commodities processadas ou não processadas, e o volume e tipos das importações e exportações.

Futuras políticas governamentais no Brasil e no exterior podem causar efeito adverso sobre a oferta, demanda e preço dos produtos da Companhia e/ou suas controladas, restringir sua capacidade de fechar negócios no mercado em que atuam e em mercados que pretendem atingir, podendo ter efeito adverso nos seus resultados operacionais.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Os preços do açúcar, assim como os preços de outras commodities no Brasil, estiveram, no passado, sujeitos a controle pelo governo brasileiro. Os preços do açúcar no Brasil não têm sido controlados desde 1997. Entretanto, medidas de controle de preços podem ser impostas no futuro. Quaisquer alterações nas políticas e regulamentações governamentais em relação ao etanol, açúcar ou cana-de-açúcar poderão afetar adversamente a Companhia e/ou suas controladas. Além disso, o petróleo e produtos derivados do petróleo têm sido historicamente sujeitos a controle de preços no Brasil. Atualmente, não há legislação ou regulamento vigente que forneça ao governo brasileiro o poder de determinar diretamente os preços do petróleo, produtos derivados do petróleo, etanol ou GNV. Desta forma, considerando que a variação do preço do petróleo impacta diretamente o preço do etanol, na medida em que esta precisa se manter competitivo em relação àquele principalmente no mercado interno, os resultados da Companhia e/ou suas controladas poderão ser afetados. Não é possível garantir que não haverá, no futuro, a imposição de regulamentações de controle de preços ou limitação na venda dos produtos comercializados pela Companhia e/ou suas controladas.

Regulamentação das atividades desenvolvidas pela Companhia e/ou suas controladas

A Companhia e/ou suas controladas estão sujeitas a extensa regulamentação federal, estadual e municipal relacionada à proteção do meio ambiente, à saúde e segurança dos trabalhadores relacionados à atividade, conforme aplicável, podendo estar expostas a contingências resultantes do manuseio de materiais perigosos e potenciais custos para cumprimento da regulamentação ambiental, as quais poderão afetar negativamente os resultados da Companhia e/ou suas controladas.

As operações da Companhia podem ser afetadas por eventual ineficiência logística no Brasil, bem como por falhas de infraestrutura.

A dependência da Companhia em relação ao transporte rodoviário e ferroviário pode afetar o seu custo de produção, de forma que sua capacidade de concorrer nos mercados em que atua poderá ser prejudicada. Investimentos significativos em infraestrutura ainda são necessários, os quais podem não ser concluídos oportunamente ou sua conclusão pode não ocorrer. Qualquer atraso ou não desenvolvimento dos sistemas de infraestrutura brasileiros poderá afetar negativamente a demanda por produtos da Companhia, impedir a entrega de tais produtos ou impor à Companhia custos adicionais. Adicionalmente, se os concessionários de serviços públicos que operam ativos na cadeia de infraestrutura logística na qual as operações da Companhia estão inseridas não sejam capazes de (i) operar de maneira satisfatória, (ii) efetuar os investimentos necessários para manutenção e expansão de suas operações, ou (iii) atender os requisitos e obrigações relacionadas às suas concessões, os negócios da Companhia podem ser negativamente afetados.

Por fim, a operação de transporte de carga, seja por qualquer modal, ferroviário, aquaviário ou terrestre, apresenta riscos de acidentes, falhas mecânicas, colisões e perdas de ativos, vazamentos de combustível e outros incidentes ambientais, perda ou dano de carga, interrupção de negócios devido a fatores políticos, bem como reivindicações trabalhistas, reivindicações de natureza social ou ambiental, greves, condições meteorológicas adversas e desastres naturais que podem afetar tais concessionários e consequentemente afetar à Companhia, resultando em perda de receitas, assunção de responsabilidades ou aumento de custos.

Eventual redução ou crescimento abaixo do esperado na demanda de etanol como combustível, ou uma mudança na política do governo brasileiro no sentido de reduzir a adição de etanol à gasolina, poderá causar efeitos adversos significativos à Companhia.

O governo brasileiro obriga a adição de etanol anidro à gasolina. Compete ao Poder Executivo determinar o percentual obrigatório de adição de etanol anidro à gasolina entre 18% e 27%. Atualmente, a adição obedece a uma mistura de 25% de etanol anidro na gasolina premium e 27% de etanol anidro na gasolina comum. Conforme dados divulgados pela ANP, parte relevante de todo o etanol combustível do Brasil é usada para abastecer automóveis movidos a gasolina, em função da adição obrigatória de etanol anidro à gasolina. Quaisquer reduções no percentual de etanol a ser adicionado à gasolina ou mudanças nas políticas do governo brasileiro relacionadas à tributação e à utilização do etanol, assim como eventuais crescimentos da demanda ou incentivos governamentais voltados à expansão da demanda por

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

combustíveis alternativos, tais como gás natural, poderão causar efeitos adversos significativos à Companhia.

Eventuais reduções no preço da gasolina poderão tornar o etanol menos competitivo e igualmente resultar na redução da demanda, mesmo diante do aumento de vendas de veículos flexfuel, afetando os seus resultados e situação financeira. Caso o aumento esperado na demanda por etanol não se concretize conforme as expectativas atuais ou ocorra a interrupção, suspensão ou redução da fabricação de veículos flexfuel e/ou veículos movidos exclusivamente a etanol, poderá haver oferta excessiva de etanol no mercado, resultando em queda de preços e efeitos adversos para os nossos resultados.

Eventuais leis e medidas governamentais que busquem desestimular o consumo de açúcar em qualquer um dos mercados em que o produto é comercializado podem impactar adversamente os negócios da Companhia

Eventuais leis e medidas governamentais que busquem desestimular o consumo de açúcar em qualquer dos mercados em que a Companhia atua, como, por exemplo, a majoração de tributos na comercialização do açúcar, a criação de subsídios para produtos alternativos, o incentivo ao consumo de alimentos in natura, a adoção de medidas que desestimulem o consumo de produtos com alto teor de açúcar e a regulamentação da venda desses alimentos em determinados locais,

como cantinas escolares, podem afetar negativamente o crescimento da demanda por açúcar em referidos mercados. Uma redução substancial no consumo de açúcar no Brasil ou no mundo reduziria a demanda pelo açúcar da Companhia e poderá afetar negativamente suas vendas e, consequentemente, seus resultados operacionais e desempenho financeiro.

(i) Riscos Relacionados aos Países Estrangeiros onde a Companhia Atue

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não desenvolve atividades no exterior.

(j) Riscos Relacionados a Questões Socioambientais

A Companhia e suas controladas estão sujeitas à extensa legislação ambiental. Dessa forma, caso não observem a regulamentação aplicável, ou ficarem sujeitas à regulamentação mais rigorosa, os negócios da Companhia podem ser prejudicados.

As penalidades administrativas e judiciais, incluindo criminais, impostas contra aqueles que violam a legislação ambiental são aplicadas, independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente.

A ausência de licença ambiental, por exemplo, ou a operação em desacordo com as licenças ambientais emitidas, independentemente de a atividade estar causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental, e sujeita o infrator a sanções criminais e administrativas, além da obrigação de recuperar eventuais danos causados ao meio ambiente. No âmbito administrativo, além das sanções descritas, as multas, no âmbito federal, podem ir de R$5.000,00 (cinco mil reais) a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), além de crime ambiental e da obrigação de reparar o meio ambiente.

Com base na legislação aplicável, a responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas distintas e independentes, quais sejam: civil, criminal e administrativa. Tais esferas são assim consideradas, porque uma única ação pode gerar responsabilidade ambiental nos três níveis, com a aplicação de sanções administrativas e criminais, existindo também a obrigação de reparar ou indenizar o dano causado, independentemente de dolo ou culpa. A ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isentas, necessariamente, o agente de responsabilidade nas demais.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade solidária, objetiva e extracontratual, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada pode afetar a todos os envolvidos, direta ou indiretamente, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Além disso, a responsabilidade civil ambiental não pode ser excluída ou mitigada mediante qualquer transação. Assim, por exemplo, quando a Companhia e/ou suas controladas contratam terceiros para proceder qualquer intervenção nas suas operações, como a disposição final de resíduos, a Companhia e/ou suas controladas não estão isentas de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados por estes terceiros contratados.

Caso a Companhia, alguma de suas subsidiárias ou construtores e/ou empreiteiros contratados pela Companhia cause ou de outra forma seja considerada responsável por algum dano ambiental, conforme acima, a Companhia pode sofrer um efeito adverso em seus resultados e negócios, inclusive em aspectos reputacionais. Em adição, a Companhia e/ou suas controladas podem ser consideradas responsáveis por todas e quaisquer consequências provenientes de contaminação do solo, da exposição de pessoas a substâncias nocivas ou de outros danos ambientais. Note‐se, ainda, que a violação a normas ambientais pode implicar sanções não só à Companhia e/ou suas controladas, como também a pessoas naturais envolvidas na respectiva atividade.

O Ministério Público poderá instaurar inquéritos civis para investigar eventual dano ambiental que possa ser atribuído às atividades da Companhia e/ou das construtoras ou empreiteiros contratados pela Companhia, assim como promover Ações Civis Públicas (ACP) para recuperação de danos ao meio ambiente que vierem a ser identificados, bem como instituir eventuais ressarcimentos a terceiros. Em situações em que a Companhia for parte em inquéritos civis ou ACPs, poderá figurar como compromissária em Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) ou Termos de Compromissos (TC) genéricos perante o Ministério Público, com assunção de obrigações específicas. Por possuir natureza de título executivo extrajudicial, se verificado o descumprimento – total ou parcial – das obrigações assumidas no TAC, a Companhia poderá ficar sujeita à riscos e penalidades, tais como o pagamento de multas, execução judicial do título e, ainda, judicialização de desacordos perante o Poder Judiciário. Para mais informações, ver item 4.7.

Além disso, no âmbito penal, o Ministério Público poderá instaurar inquéritos policiais, procedimentos investigatórios criminais ou termos circunstanciados para investigar eventual crime ambiental que possa ser decorrente das atividades da Companhia, assim como oferecer denúncias perante o Juízo Criminal, pleiteando a instauração de ações penais, para requerer a condenação da pessoa jurídica e/ou das pessoas físicas envolvidas às penas previstas na legislação. Em relação às pessoas jurídicas, as sanções criminais aplicáveis são de multa, penas restritivas de direitos (suspensão parcial ou total de atividades; interdição temporária de estabelecimentos, obras ou atividades; proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações) e/ou prestação de serviços à comunidade (custeio de programas e projetos ambientais; execução de obras de recuperação de áreas degradadas; manutenção de espaços públicos; contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas). Em situações em que a Companhia for parte em inquéritos policiais, procedimentos investigatórios criminais, termos circunstanciados ou ações penais, poderá, conforme aplicável, celebrar acordos com o Ministério Público (transação penal, suspensão condicional do processo ou acordo de não persecução penal), com assunção de obrigações específicas. Se verificado o descumprimento – total ou parcial – das obrigações assumidas nos acordos, a persecução penal nesses casos poderá ser retomada.

Os custos para cumprir com a legislação atual e futura relacionada à proteção do meio ambiente, saúde e segurança, e as contingências provenientes de danos ambientais e terceiros afetados poderão ter um efeito adverso sobre os negócios da Companhia e/ou suas controladas, seus resultados operacionais e sua situação financeira. Adicionalmente, existe a possibilidade das leis de proteção ambiental e zoneamento urbano serem alteradas após a aquisição de um terreno e antes do desenvolvimento do projeto a ele atrelado, o que pode trazer atrasos e modificações ao objetivo comercial inicialmente projetado, e impactar negativamente os negócios da Companhia e resultados estimados.

A Companhia é obrigada a obter aprovação de diversas autoridades governamentais para desenvolver a sua atividade de participação na plantação e processamento de cana de açúcar, podendo novas leis ou

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

regulamentos serem aprovados, implementados ou interpretados de modo a afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

Incêndios ou outros desastres naturais ou de origem humana podem afetar as instalações e a estrutura de custos da Companhia, o que pode causar um efeito material adverso em suas atividades, situação financeira, resultados operacionais e reputação.

Incêndios, danos causados por desastres naturais ou de origem humana, danos ambientais e outras condições imprevistas ou imprevisíveis podem causar danos significativos aos empreendimentos da Companhia, danificar ou destruir as suas instalações e propriedades, ocasionar atrasos em seus projetos e causar custos adicionais. Interrupções duradouras no fornecimento de energia elétrica nos empreendimentos da Companhia podem implicar em aumentos significativos nos custos. Adicionalmente, as propriedades que a Companhia deseja ou pretende desenvolver os projetos podem também ser afetadas por problemas ou condições imprevistas de planejamento, engenharia, ambientais ou geológicos, incluindo condições ou problemas que surgem em propriedades de terceiros adjacentes ou nas proximidades de propriedades que a Companhia desenvolver os projetos e que podem resultar em impactos desfavoráveis em tais propriedades reduzindo a disponibilidade de terrenos. A ocorrência de tais eventualidades pode causar um efeito material adverso em nossas atividades, situação financeira, resultados operacionais e reputação.

As atividades dos fornecedores da Companhia a expõem a risco de violação de direitos trabalhistas, bem como de direitos humanos tais como trabalho infantil ou trabalho análogo a escravo.

A comprovação de não cumprimento pelos fornecedores da Companhia da legislação trabalhista, de desrespeito aos direitos do trabalhador ou de utilização de mão de obra em condições que possam ser caracterizadas como em situação de trabalho análogo ao escravo, ou mesmo identificação de trabalho infantil em quaisquer destes fornecedores e/ou em prestadores de serviços contratados pela Companhia e/ou por referidos fornecedores, pode gerar impacto direto para a Companhia, que pode ser acionada e envolvida nas discussões e nos processos judiciais que vierem a ser iniciados pelos funcionários de referidos fornecedores e/ou prestadores de serviços, além de impacto adverso relevante direto na nossa imagem, reputação e consequentemente em nossos resultados financeiros.

(k) Riscos Macroeconômicos

A Companhia atua em setores nos quais a demanda e o preço de mercado dos seus produtos são cíclicos e são afetados pelas condições econômicas gerais do Brasil e do mundo

Os setores de etanol e açúcar, tanto mundialmente quanto no Brasil, são historicamente cíclicos e sensíveis a mudanças internas e externas de oferta e demanda.

Condições climáticas têm causado volatilidade nos setores de etanol e açúcar e, consequentemente, nos resultados operacionais da Companhia por prejudicarem as safras ou reduzirem as colheitas. Enchentes, secas e geadas, que podem ser influenciadas por mudanças climáticas globais, podem afetar de forma prejudicial a oferta e os preços das commodities agrícolas vendidas e utilizadas nos negócios da Companhia. Condições climáticas futuras poderão reduzir a quantidade de açúcar e cana-de-açúcar que a Companhia irá obter em uma determinada safra ou no teor de sacarose da cana-de-açúcar.

Historicamente, o mercado internacional de açúcar tem passado por períodos de oferta limitada, resultando em aumento dos preços do açúcar e das margens de lucro do setor - seguidos de expansão do setor que resulta em excesso de oferta – causando queda nos preços do açúcar e nas margens de lucro do setor. Além disso, os preços do etanol e do açúcar podem sofrer flutuações por vários outros motivos, inclusive fatores além do controle da Companhia, tais como:

- variação no preço da gasolina;

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

- variações nas capacidades de produção dos concorrentes da Companhia; e

- disponibilidade de produtos substitutos para açúcar, etanol e derivados produzimos pela Companhia.

Os preços de açúcar obtidos pela Companhia dependem, em grande parte, dos preços vigentes no mercado. Tais condições de mercado, tanto no Brasil quanto internacionalmente estão fora do controle da Companhia. O preço do açúcar no atacado exerce uma grande influência nos lucros da Companhia. Tal como ocorre com outras commodities agrícolas, o açúcar está sujeito a flutuações de preço em função de condições climáticas, desastres naturais, níveis de safra, investimentos agrícolas, programas e políticas governamentais para o setor agrícola, políticas de comércio exterior e nacional, mudanças na oferta e na demanda, aumento do poder de compra, produção mundial de produtos similares e concorrentes e outros fatores fora do nosso controle. Ademais, uma parcela significativa da produção mundial total de açúcar é comercializada em bolsas e estando, portanto, sujeita à especulação, o que pode afetar o preço do açúcar e os nossos resultados operacionais.

O preço do açúcar em particular também é afetado pelo cumprimento dos requisitos de exportação de açúcar pelos produtores e os seus efeitos em relação à oferta para o mercado interno. Como consequência, os preços do açúcar têm historicamente sofrido maior volatilidade quando comparado a outros produtos. A concorrência de adoçantes alternativos, inclusive a sacarina e o xarope de milho com alto teor de frutose, conhecidos na sigla em inglês como “HFCS”, modificações nas políticas agrícola ou comercial brasileiras ou internacionais, ou desenvolvimentos relacionados ao comércio internacional, inclusive aqueles ditados pela Organização Mundial do Comércio são fatores que podem resultar direta ou indiretamente na diminuição dos preços do açúcar nos mercados interno e internacional. Qualquer diminuição prolongada ou significativa nos preços do açúcar pode ter efeitos adversos relevantes no negócio e no desempenho financeiro da Companhia.

O etanol é comercializado como um aditivo ao combustível utilizado para reduzir as emissões da gasolina ou para aumentar o nível de octanagem da gasolina (etanol anidro) ou como um combustível substituto da gasolina (etanol hidratado). Dessa forma, os preços do etanol são influenciados pela oferta e demanda da gasolina. O desempenho financeiro da Companhia, portanto, pode ser adversamente afetado se a demanda e/ou preço da gasolina diminuírem, conforme detalhado a seguir:

- a demanda por etanol anidro está ligada diretamente à demanda por gasolina e ao percentual da mistura do anidro na gasolina, o qual é definido pelo Governo. Uma redução brusca na demanda por gasolina e/ou alterações no mix anidro/gasolina (atualmente em 27% de etanol anidro no mix com a gasolina comum) podem levar a quedas substanciais na demanda pelo etanol anidro, impactando preços e comprometendo o resultado financeiro da Companhia; e,

- a utilização do etanol hidratado como substituto para a gasolina está atrelada à competitividade de preços das duas alternativas. Sendo assim, a manutenção de preços baixos na gasolina leva à deterioração nos preços do etanol hidratado, produzindo efeitos negativos nos resultados da Companhia.

Se não formos capazes de manter as vendas de etanol e açúcar a preços adequados no mercado brasileiro, ou se não formos capazes de exportar quantidades suficientes de açúcar de forma a assegurar um equilíbrio adequado do mercado interno, nossos negócios de etanol e açúcar e o fluxo de caixa da Companhia poderão ser afetados adversamente.

Os preços de açúcar dependem, em grande parte, dos preços vigentes no mercado (brasileiro e internacional) e estão fora do controle da Companhia. Tal como ocorre com outros produtos agrícolas, o açúcar está sujeito a flutuações de preço em função de condições climáticas, desastres naturais, níveis de safra, investimentos agrícolas, programas e políticas agrícolas governamentais, políticas de comércio exterior, produção mundial de produtos similares e concorrentes e outros fatores fora do controle da Companhia. Ademais, o açúcar é uma commodity negociada em bolsa, estando, portanto, sujeita a especulação, o que pode afetar o preço do açúcar e os resultados operacionais da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Volatilidade substancial dos preços do açúcar.

Modificações nas políticas agrícola/comercial (brasileiras ou internacionais) são fatores que podem resultar direta ou indiretamente na diminuição dos preços do açúcar nos mercados interno e internacional. Qualquer diminuição prolongada ou significativa nos preços do açúcar pode ter efeitos adversos relevantes no negócio e no desempenho financeiro da Companhia.

Se a Companhia não for capaz de manter as vendas de etanol e açúcar a preços atrativos no mercado brasileiro, ou se não for capaz de exportar quantidades suficientes de açúcar de forma a assegurar um equilíbrio adequado do mercado interno, os seus negócios de etanol e açúcar poderão ser afetados adversamente.

Riscos relacionados às condições econômicas e políticas do Brasil podem afetar negativamente os negócios da Companhia.

A economia brasileira tem sido caracterizada por intervenções frequentes e, ocasionalmente, extensivas do Governo Federal, bem como por ciclos econômicos instáveis. O Governo Federal tem frequentemente alterado as políticas monetárias, tributárias, de crédito, tarifas e outras políticas para influenciar o curso da economia brasileira. As ações do Governo Federal para controlar a inflação implicaram, por vezes, a fixação dos controles dos salários e dos preços, o bloqueio do acesso às contas bancárias, a imposição de controles cambiais e a limitação das importações no Brasil. A Companhia não pode prever quais políticas o governo brasileiro pode adotar ou alterar ou o efeito que tais políticas poderiam ter sobre os seus negócios e sobre a economia brasileira. Quaisquer novas políticas ou alterações a políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

Os negócios, desempenho financeiro e resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados por mudanças na política e regulamentos que envolvam ou afetem determinados fatores, tais como:

- inflação;
- movimentos cambiais;
- políticas de controle cambial;
- flutuações das taxas de juros;
- liquidez disponível no mercado interno de capitais, crédito e mercados
- financeiros;
- expansão ou contração da economia brasileira, medida pelas taxas decrescimento do PIB;
- greves nos portos, alfândegas e autoridades fiscais;
- mudanças nos regulamentos do mercado de transporte;
- escassez de energia e água e racionamento;
- aumentos de preços do petróleo e de outros insumos;
- instabilidades de preços;
- políticas fiscais; e

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

- outros desenvolvimentos econômicos, políticos, diplomáticos e sociais no Brasil ou em locais que afetem o Brasil.

A instabilidade resultante de qualquer mudança do governo brasileiro em políticas ou regulamentações que possam afetar estes ou outros fatores no futuro podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil e intensificar a volatilidade do mercado de capitais brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por empresas brasileiras. O Governo Federal tem poder para definir políticas e ações em relação à economia brasileira e, portanto, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas brasileiras. O Governo Federal pode estar sujeito a pressões internas para ajustar as políticas macroeconômicas atuais, a fim de atingir taxas mais altas de crescimento econômico. A Companhia não pode prever quais políticas serão adotadas pelo governo brasileiro. Além disso, no passado, a economia brasileira tem sido afetada pelos acontecimentos políticos do país, que também afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, afetando adversamente o desempenho da economia brasileira. Além disso, qualquer indecisão do governo brasileiro em implementar mudanças em certas políticas ou regulamentações podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil e maior volatilidade para o mercado de capitais brasileiro e os valores mobiliários emitidos no exterior por empresas brasileiras. Qualquer dos acontecimentos acima pode afetar negativamente os negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia, bem como o preço dos seus valores mobiliários.

Surtos de doenças transmissíveis em escala global têm acarretado medidas diversas cujos efeitos podem levar a maior volatilidade no mercado de capitais global e à potencial desaceleração do crescimento da economia brasileira.

Surtos de doenças transmissíveis em escala global, como o recente surto do vírus COVID-19, conhecido como coronavírus, têm levado autoridades públicas e agentes privados em diversos países do mundo a adotar uma série de medidas voltadas à contenção do surto, que podem incluir, restrições à circulação de bens e pessoas, quarentena de pessoas que transitaram por áreas de maior risco, cancelamento ou adiamento de eventos públicos, suspensão de operações comerciais, fechamento de estabelecimentos abertos ao público, entre outras medidas mais ou menos severas.

Tais medidas podem impactar as operações das empresas e o consumo das famílias, e por consequência afetar as decisões de investimento e poupança, resultando em maior volatilidade nos mercados de capitais globais, além da potencial desaceleração do crescimento da economia brasileira, que tinha sido recentemente retomado. Estes fatores podem afetar material e adversamente os negócios e os resultados das operações da Companhia, bem como a cotação das ações de emissão da Companhia.

O Governo Federal exerceu e continua exercendo influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, podem afetar adversamente as atividades da Companhia

A economia brasileira tem se caracterizado por frequentes e por vezes drásticas intervenções do governo e, também, por ciclos econômicos instáveis. O governo brasileiro tem alterado frequentemente as políticas monetárias, tributárias, de crédito, tarifárias e outras políticas para influenciar o curso da economia no País. Por exemplo, por vezes, as ações do governo brasileiro para controlar a inflação envolveram o controle salarial e de preços, o congelamento de contas bancárias, a imposição de controles cambiais e limites sobre as importações. A Companhia não tem controle e não pode prever as políticas ou ações que o governo brasileiro poderá adotar no futuro. Os negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- inflação;
- movimentos cambiais;
- políticas de controle cambial;

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

- flutuação das taxas de juros;
- liquidez dos mercados internos de empréstimos, de capitais e financeiros;
- expansão ou retração da economia brasileira, conforme medida pelos índices do Produto Interno Bruto;
- greves de portos, alfândegas e autoridades fiscais;
- alteração na regulamentação aplicável ao setor de transporte;
- saúde pública, incluindo em razão de epidemias e pandemias, como a atual pandemia de COVID-19;
- aumento do preço de petróleo e outros insumos;
- instabilidade dos preços;
- políticas tributárias; e
- outros eventos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o País, como a instabilidade política decorrente dos recentes desdobramentos do inquérito que investiga as denúncias feitas pelo ex-ministro Sérgio Moro contra o atual Presidente da República.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

Impactos negativos sobre a economia brasileira podem afetar a demanda pelos produtos da Companhia

Condições econômicas globais e fatores internos podem afetar a economia brasileira e também a demanda pelos produtos da Companhia.

Além dos impactos acima mencionados, uma recessão global ou local pode vir a provocar uma redução na demanda pelos produtos da Companhia, seja via consumo menor ou via implementação de medidas que levem à proteção da produção local. Em ambos os casos a consequência seria redução dos preços para os produtos e de volumes vendidos pela Companhia nos mercados interno e externo.

Acontecimentos e mudanças na percepção de riscos nos mercados internacionais podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários globais, dentre eles o preço de mercado das nossas ações.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, principalmente os Estados Unidos e os países da Europa, bem como em outros países da América Latina, inclusive economias desenvolvidas e emergentes. Embora a conjuntura econômica desses países seja significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, as reações dos investidores aos acontecimentos nesses outros países, especialmente Estados Unidos e Europa, podem causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras. Os preços das ações negociadas no mercado de capitais brasileiro, por exemplo, têm sido historicamente suscetíveis às flutuações das taxas de juros nos Estados Unidos, bem como às variações das principais bolsas de valores dos Estados Unidos.

Além disso, as crises ou acontecimentos relevantes em outros países de economia emergente ou políticas econômicas diferenciadas, como a recente crise entre os Estados Unidos e o Irã, entre os Estados Unidos e a China ou outros países, além do surto do COVID-19, podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, incluindo os de emissão da Companhia. Tais acontecimentos poderão afetar adversamente o valor de mercado das ações de emissão da Companhia,

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

restringir o seu acesso ao mercado de capitais e comprometer sua capacidade de financiar suas operações em condições favoráveis.

Instabilidade política tem afetado adversamente a economia brasileira e os negócios e os resultados das operações da Companhia.

O ambiente político brasileiro tem influenciado historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país e a confiança de investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade nos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

Os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes da possível prática de crimes que estão sendo apurados em investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro, dentre as quais, a "Operação Lava Jato". As apurações até o momento realizadas por tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país.

Até a data deste Formulário de Referência, o presidente Jair Bolsonaro estava sendo investigado pela chamada CPI da COVID ("CPI"), a qual investiga a negligência do Governo Federal e a posição de omissão do Presidente da República frente ao enfrentamento da pandemia de COVID-19. A depender daquilo que for apurado na CPI, quaisquer consequências resultantes, incluindo um potencial impeachment, poderiam ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em negócios que operam no Brasil, inclusive em nossos negócios.

Alguns membros do Governo Federal brasileiro e do Poder Legislativo, bem como executivos de grandes companhias públicas e privadas, estão enfrentando acusações de corrupção por, supostamente, terem aceitado subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a companhias de infraestrutura, petróleo e gás, e construção, dentre outras. Os valores destas propinas supostamente financiaram campanhas de partidos políticos e não foram contabilizadas ou divulgadas publicamente, servindo para promover o enriquecimento pessoal dos beneficiários do esquema de corrupção. Como resultado, vários políticos, incluindo membros do Congresso Nacional e executivos de grandes companhias públicas e privadas brasileiras, renunciaram a seus cargos e/ou foram presos, sendo que outras pessoas ainda estão sendo investigadas por alegações de conduta antiética e ilegal, identificadas durante tais investigações.

O potencial resultado destas e outras investigações é incerto, mas as apurações até o momento realizadas por elas já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem afetado e pode continuar a afetar adversamente nossos negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia. A Companhia não pode prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro. Também não podemos prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro. Além disso, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as nossas operações. Incertezas em relação à implementação, pelo governo atual, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a Companhia ou sobre a economia brasileira.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Flutuações da taxa de juros poderão ocasionar efeitos adversos sobre os negócios da Companhia, inclusive aumentando o custo de suas dívidas e o custo de financiamento de seus clientes, o que pode diminuir a demanda e afetar negativamente a Companhia.

O Governo Federal, por meio do Comitê de Política Monetária ("COPOM"), estabelece as diretrizes da política monetária e define a taxa de juros brasileira. A política monetária brasileira possui como função controlar a oferta de moeda no país e as taxas de juros de curto prazo, sendo, muitas vezes, influenciada por fatores externos ao controle do Governo Federal, tais como os movimentos dos mercados de capitais internacionais e as políticas monetárias dos países desenvolvidos, principalmente dos Estados Unidos. Historicamente, a política monetária brasileira tem sido instável, havendo grande variação nas taxas definidas.

O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro tomando por referência, entre outros, o nível de crescimento econômico da economia brasileira, o nível de inflação e outros indicadores econômicos. As taxas de juros têm flutuado de maneira significativa na última década. Por exemplo, a taxa de juros oficial no Brasil no final de 2006 foi de 13,25%, recuando para 7,25% em 2012, avançando para 13,8% em 2016 e fechando a 4,5% em 2019, conforme estabelecido pelo COPOM. No exercício social corrente houve crescente aumento da taxa, alcançando o nível de 3,5 em 05 de maio de 2021

Em caso de elevação acentuada das taxas de juros, a economia poderá entrar em recessão, já que, com a alta das taxas de juros básicas, o custo do capital se eleva e os investimentos se retraem, além de estimular a poupança e desestimular o consumo, o que pode causar a redução da taxa de crescimento da economia, afetando adversamente a produção de bens no Brasil, o consumo, a quantidade de empregos, a renda dos trabalhadores e, consequentemente, os negócios da Companhia. Em contrapartida, em caso de redução acentuada das taxas de juros, poderá ocorrer elevação da inflação, reduzindo os investimentos em estoque de capital e a taxa de crescimento da economia, bem como trazendo efeitos adversos ao país, podendo, inclusive, afetar as atividades da Companhia.

A variação na taxa de juros poderá afetar o custo de financiamento à produção da Companhia e, desta forma, impactar nos custos de construção de seus projetos e também as demais dívidas que a Companhia poderá vir a contratar.

A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira e sobre a Companhia.

A moeda brasileira flutua em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. No passado, o Governo Federal adotou diferentes regimes cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variava de diária para mensal), controles cambiais, mercados com caixa de câmbio dupla e um sistema de taxa de câmbio flutuante. Desde 1999, o Brasil adota um sistema de taxa cambial flutuante, com intervenções do Banco Central do Brasil na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, ocorrem flutuações significativas na taxa cambial entre o real e o dólar norte-americano e outras moedas. O real pode desvalorizar ou valorizar substancialmente com relação ao dólar norte-americano no futuro. A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia. A desvalorização do real frente ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e provocar aumentos nas taxas de juros, o que poderia afetar negativamente o crescimento da economia brasileira como um todo e resultar em um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

Qualquer desvalorização adicional da classificação de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de nossas ações ordinárias.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de rating avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores. O Brasil perdeu

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

grau de classificação da sua dívida soberana nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA: Standard&Poor's, Moody's e Fitch.

- Em setembro de 2015, a Standard & Poor's reduziu o rating de crédito soberano do Brasil para grau de investimento inferior, de BBB- para BB+, citando, entre outras razões, a instabilidade geral no mercado brasileiro causada pela interferência do governo brasileiro na economia e dificuldades orçamentárias. A Standard & Poor's rebaixou novamente o rating de crédito do Brasil em fevereiro de 2016, de BB+ para BB, e manteve sua perspectiva negativa sobre o rating, citando uma piora na situação de crédito desde o rebaixamento de setembro de 2015. Em janeiro de 2018, a Standard & Poor's reduziu seu rating para o BB com uma perspectiva estável, tendo em vista as dúvidas em relação aos esforços de reforma das aposentadorias e eleições presidenciais deste ano. Em abril de 2020, a Standard & Poor's manteve o rating de crédito do Brasil em BB, mas mudou sua perspectiva de estável para negativa.

- Em dezembro de 2015, a Moody´s colocou os ratings Baa3 do Brasil em análise, citando tendências macroeconômicas negativas e uma deterioração das condições fiscais do governo. Posteriormente, em fevereiro de 2016, a Moody's rebaixou os ratings do Brasil para abaixo do grau de investimento, para Ba2 com perspectiva negativa, citando a perspectiva de deterioração adicional no serviço da dívida do Brasil em um ambiente negativo ou de baixo crescimento, além de desafiar a dinâmica política. Em abril de 2018, a Moody's manteve o rating de crédito do Brasil em Ba2, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável, o que manteve em setembro de 2018, citando expectativas de novos cortes nos gastos do governo.

- A Fitch também rebaixou o rating de crédito soberano do Brasil para BB + com perspectiva negativa em dezembro de 2015, citando o déficit orçamentário em rápida expansão do país e a recessão pior que a esperada e fez um rebaixamento ainda maior em maio de 2016 para BB com perspectiva negativa, que manteve em 2017. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil para BB negativo, nota essa que foi reafirmada em agosto de 2018, com uma perspectiva estável, citando as fraquezas estruturais nas finanças públicas, alto endividamento do governo, fracas perspectivas de crescimento, ambiente político e questões relacionadas à corrupção. A Fitch manteve o rating de crédito soberano do Brasil para BB - com perspectiva negativa em maio de 2020, citando a deterioração dos cenários econômico e fiscal brasileiro e de riscos de piora para ambas dimensões, diante da renovada incerteza política, além das incertezas sobre a duração e intensidade da pandemia de COVID-19.

Qualquer rebaixamento adicional dos ratings de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar adversamente o preço de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Além dos riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, os riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são: (a) Risco de Taxa de Juros; (b) Risco de Crédito; (c) Risco de Liquidez; (d) Risco de Mercado; e (e) Risco de Câmbio:

(a) Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto a riscos relacionados às taxas de juros, em função de empréstimos e financiamentos contratados e aplicações financeiras, expostas, principalmente, à variação do CDI, Selic, Libor, TJLP e TLP. A direção do Grupo monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a algumas dívidas, utilizando-se de instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar o impacto destes riscos.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	**31/03/2021**	**31/03/2022**	**31/03/2021**
Ativos financeiros				
Caixas e equivalentes de caixa	891.989	512.176	14	261
Arrendamentos a receber	497.014	316.787	-	-
Aplicações financeiras	8.806	14.065	-	-
Total	1.397.809	843.028	14	261
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	1.702.597	1.188.700	-	-
Arrendamentos e parceria agrícola a pagar	1.485.939	746.172	-	-
Total	**2.170.396**	**2.170.396**	**-**	**-**

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável - consolidado

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos em 31 de março de 2022. Conforme determinado pela Instrução CVM 475/08, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado, apresentamos abaixo os possíveis impactos de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. Esses cenários poderão gerar impactos no resultado e nos fluxos de caixa futuros do Grupo conforme descrito a seguir:

- Cenário I: Corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras;
- Cenário II: Apreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável;
- Cenário III: Apreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável;
- Cenário IV: Depreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável;

- Cenário V: Depreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável;

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – Consolidado

			Cenários		Apreciação		Depreciação	
Instrumentos	**Exposição em 31 março de 2022**	**Risco**		**Provável**	**Variação do índice em 25%**	**Variação do índice em 50%**	**Variação do índice em 25%**	**Variação do índice em 50%**
Ativos financeiros								
Equivalentes de caixa	806.528	CDI	11,65%	93.960	23.490	46.980	(23.490)	(46.980)
Aplicações financeiras	8.806	CDI	11,65%	1.026	256	513	(256)	(513)
Passivos financeiros								
CCB	47.219	CDI	11,65%	(5.501)	(1.375)	(2.751)	1.375	2.751
CCB	12.135	SELIC	11,75%	(1.426)	(356)	(713)	356	713
CCE	148.111	CDI	11,65%	(17.255)	(4.314)	(8.627)	4.314	8.627
CPR	59.109	CDI	11,65%	(6.886)	(1.722)	(3.443)	1.722	3.443
CRA	116.599	CDI	11,65%	(13.584)	(3.396)	(6.792)	3.396	6.792
CRA	208.392	IPCA	10,55%	(21.981)	(5.495)	(10.991)	5.495	10.991
CRA	361.893	IPCA	10,55%	(38.173)	(9.543)	(19.086)	9.543	19.086
CRA	612.851	IPCA	10,55%	(64.644)	(16.161)	(32.322)	16.161	32.322
Finame	916	TJLP	6,08%	(56)	(14)	(28)	14	28
Finame	679	SELIC	11,75%	(80)	(20)	(40)	20	40
Finame	76.822	TLP	10,55%	(8.103)	(2.026)	(4.052)	2.026	4.052
Finem	88.535	TLP	10,55%	(9.339)	(2.335)	(4.669)	2.335	4.669
Impacto no resultado e patrimônio líquido				**(92.042)**	**(23.011)**	**(46.021)**	**23.011**	**46.021**

(b) Risco de preço

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos principais produtos comercializados pela Companhia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas de vendas, principalmente relacionados a exportação de Açúcar VHP. Para mitigar esse risco, a Companhia realiza constante monitoramento do mercado para antecipar-se a movimentos de preços.

Exposições a riscos de preço

A exposição líquida dos instrumentos derivativos para hedge de preço do Açúcar VHP está demonstrada no quadro a seguir, pelos montantes de principal (em US$ mil):

	Consolidado	
	31/03/2022	**31/03/2021**
NDF Etanol	-	142.252
Receita futura (Etanol) - Objeto de hedge	-	(142.252)
Termo de *commodities*	238.714	310.014
Opções	1.105	6.272
Receita futura (VHP) - Objeto de hedge	(239.819)	(316.286)
Exposição líquida	-	-

Análise de sensibilidade - risco de preço - Consolidado

A análise de sensibilidade abaixo é determinada com base na exposição dos instrumentos financeiros derivativos de termo de commodities à variação de preços de exportação baseados na curva futura dos preços de tela NY#11 em 31 de março de 2022. Abaixo foram apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado os possíveis impactos de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício do Grupo, conforme descrito a seguir:

- Cenário I: Para o cenário provável aumento no preço das telas futuras NY#11 na posição da data de 31 de março de 2022;
- Cenário II: Apreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro derivativo em relação ao nível verificado no cenário provável;
- Cenário III: Apreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro derivativo em relação ao nível verificado no cenário provável;
- Cenário IV: Depreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro derivativo em relação ao nível verificado no cenário provável; e
- Cenário V: Depreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro derivativo em relação ao nível verificado no cenário provável;

4. Fat

Cenários	USD	R$ (MTM)	Apreciação (R$)		Depreciação (R$)	
			25%	50%	25%	50%
Termo de *commodities*	238.714	(449.584)	(327.713)	(675.384)	367.629	715.300
Receita futura (VHP) - Objeto de hedge	(238.714)	449.584	327.713	675.384	(367.629)	(715.300)
Impacto no resultado e patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-

(c) Risco de câmbio

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, o Grupo garante que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, comprando ou vendendo moedas estrangeiras a taxas à vista, quando necessário, para tratar instabilidades de curto prazo.

As parcelas de curto prazo dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira estão respaldadas por ativos também denominados em moeda estrangeira (exportação de açúcar com preço fixado em moeda estrangeira).

Com relação à parcela de longo prazo desses passivos, ela está respaldada pelas exportações de açúcar da Companhia, que representam 100% das exportações, e possui preços denominados em moeda estrangeira e com pouca volatilidade às variações da taxa de câmbio.

Exposições a riscos cambiais

A exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir, pelos montantes de principal (em US$ mil):

	Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021
Caixa e equivalentes de caixa	13.251	5.142
Swap	25.000	25.000
NDF	-	(3.500)
Termo de moedas	(202.044)	(328.763)
Receita futura (VHP) – Objeto de hedge	202.044	328.763
Exposição líquida	**38.251**	**26.642**

A exposição cambial líquida demonstrada acima, está substancialmente compensada com receitas altamente prováveis de exportação de produtos.

Análise de sensibilidade - risco de câmbio - Consolidado

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição dos empréstimos e financiamentos à variação monetária do dólar norte americano em 31 de março de 2022. Conforme determinado pela Instrução CVM 475/08, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado, apresentamos abaixo os possíveis impactos de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. Esses cenários poderão gerar impactos no resultado e/ou nos fluxos de caixa futuros do Grupo conforme descrito a seguir:

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

- Cenário I: Para o cenário provável em dólar norte americano foi considerada a taxa de câmbio da data de 31 de março de 2022;
- Cenário II: Apreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável;
- Cenário III: Apreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável;
- Cenário IV: Deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável;
- Cenário V: Deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável;

Cenários	US$ mil	R$ (MTM)	Apreciação (R$)		Deterioração (R$)	
Instrumentos financeiros			**25%**	**50%**	**25%**	**50%**
Caixa e equivalente de caixa	13.251	62.781	15.695	31.390	(15.695)	(31.390)
Instrumentos financeiros derivativos						
Swap	25.000	(20.064)	33.906	66.226	(30.735)	(63.055)
Termo de moedas	(202.044)	94.327	67.122	305.987	(410.608)	(649.473)
Receita futura (VHP) – Objeto de hedge	202.044	(94.327)	(67.122)	(305.987)	410.608	649.473
Impacto no resultado e patrimônio líquido	**38.251**	**42.717**	**49.601**	**97.616**	**(46.430)**	**(94.445)**

As informações utilizadas para a apuração da análise de sensibilidade apresentada acima, foram obtidas junto as fontes externas de mercado, como Bloomberg e B3.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais e procedimentos administrativos de natureza cível, tributária, trabalhista, administrativa e ambiental, com chance de perda provável, possível e remota, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Para os fins deste item 4.3, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Segue abaixo os processos judiciais que sejam individualmente relevantes, quer em relação à possibilidade de perda envolvida, quer em relação à matéria por meio dele veiculada, a que a Companhia estava sujeita em 31 de março de 2022:

Ação Civil Pública nº 0010228-09.2017.5.03.0041	
a. Juízo	1ª Vara do Trabalho de Uberaba/MG
b. Instância	Tribunal Superior do Trabalho
c. Data de distribuição	23.02.2017
d. Partes no processo	Polo ativo: Ministério Público do Trabalho ("MPT") Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. ("Companhia")
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Adequação no preenchimento de cotas destinadas a pessoas portadoras de necessidades especiais ("PNE's")
f. Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública interposta pelo MPT, visando a obrigação de fazer e instituição de penalidade pelo não preenchimento da cota destinadas às PNEs, bem como a penalização por dano moral coletivo. Durante a instrução processual, a Companhia demonstrou nos autos a dificuldade no preenchimento das cotas, mesmo com a disponibilização das vagas. A sentença, proferida em 5.6.2018, julgou a ação parcialmente procedente, condenando a Companhia a (i) tomar as medidas cabíveis e necessárias para adequar o ambiente de trabalho em todos os setores produtivos (industrial, agrícola e administrativo), de forma a garantir a ampla acessibilidade de reabilitados e/ou portadores de necessidades especiais; (ii) disponibilizar em seu quadro funcional o percentual de 5% de vagas de emprego previstas no § 9º da Lei 8.213/91, com ampla divulgação nas instituições perante as quais já realiza esse trabalho, bem como na mídia escrita, comprovando-a nos autos, sob pena de imposição de multa diária de R$ 1.000,00, até o cumprimento da obrigação; e (iii) pagar indenização por dano moral coletivo no importe total de R$ 200.000,00. As Partes interpuseram Recurso Ordinário. Em 24.10.2018, foi proferido acórdão pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, que (i) condenou a Companhia a preencher a cota legal de PNE's prevista no artigo 93 da Lei nº 8.213/91; (ii) determinou que o não preenchimento da cota não implicará em penalização da Companhia somente quando restar comprovado que a Companhia envidou esforços para o preenchimento, esgotando todas as possibilidades de contratação de PNE's; e (iii) reduziu a condenação ao pagamento de indenização por dano moral coletivo ao importe de R$ 100.000,00. A Companhia interpôs Recurso de Revista e Agravo de Instrumento

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Ação Civil Pública nº 0010228-09.2017.5.03.0041	
	em Recurso de Revista, que aguardam julgamento pelo Tribunal Superior do Trabalho desde 03/02/2020
g. Chance de perda	Provável
h. Impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro e imposição de obrigação de fazer.

Contingências Tributárias

Processo Administrativo nº 10650.720460/2017-11	
a. Juízo	**Conselho Administrativo de Recurso Fiscais - CARF**
b. Instância	2ª **Contingências Tributárias** **Processo Administrativo nº 10650.720460/2017-11** **a. Juízo** — Conselho Administrativo de Recurso Fiscais - CARF instância administrativa
c. Data de distribuição	02/06/2017
d. Partes no processo	Polo ativo: Secretaria da Receita Federal do Brasil Polo passivo: Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 71.831.560,15
f. Principais fatos	Auto de Infração lavrado em decorrência da glosa de créditos em razão da discordância com relação (i) aos percentuais de rateio dos créditos em razão das receitas de exportação; e (ii) à apropriação de crédito em decorrência de determinadas despesas. A Impugnação apresentada foi parcialmente procedente para reconhecer valores de crédito presumido e crédito ordinário relativo a determinadas despesas. Contra essa decisão, foi interposto Recurso Voluntário. Em 21.3.2019, foi proferida decisão pelo CARF determinando a conversão do julgamento diligência. Aguarda-se inclusão do processo em pauta para julgamento do Recurso Voluntário.
g. Chance de perda	Possível / Remota
h. Impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito na discussão, estará sujeita ao pagamento do valor indicado no item “e”, devidamente atualizado.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não aplicável, dado que não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam seus administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou seus investidores ou de suas controladas.

4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Tem em vista que inexistem processos relevantes descritos no item 4.4 acima, este item não é aplicável.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Não aplicável, dado que a Companhia e suas controladas não possuem processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes.

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

Não aplicável, considerando que, em 31 de março de 2021, não havia valor provisionado para os processos descritos no item 4.6 deste Formulário de Referência.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Não aplicável, dado que a Companhia e suas controladas não possuem processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes.

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

Não aplicável, considerando que, em 31 de março de 2022, não havia valor provisionado para os processos descritos no item 4.6 deste Formulário de Referência.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Não aplicável, dado que a Companhia e suas controladas não possuem processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes.

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

Não aplicável, considerando que, em 31 de março de 2022, não havia valor provisionado para os processos descritos no item 4.6 deste Formulário de Referência.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

A Companhia figura como parte em 2 (dois) Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) firmados com a Ministério Público do Trabalho, com assunção de obrigações específicas e por tempo indeterminado, que viabilizam o exercício de suas atividades em conformidade com a legislação aplicável, conforme abaixo descrito.

Termo de Ajuste de Conduta/Retificador nº 05/2016	
a. Juízo	Procuradoria do Trabalho de Uberlândia
b. Instância	Não aplicável
c. Data de instauração	29/11/2013
d. Partes no processo	Ministério Público do Trabalho Vale do Pontal Açúcar e Etanol (IC nº 000633.2011.03.001/4)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Adequação do peso transportado pelos caminhões canavieiros à resolução do Contran sob pena de multa
f. Principais fatos	Trata-se de repactuação do Termo de Ajuste de Conduta nº 100/2013. Excesso de Carga – Inquérito administrativo com assinatura de TAC com cláusulas regulando obrigação de transporte de cana dentro dos limites de peso estabelecidos pelo Contran, tendo como fundamento a segurança dos trabalhadores e riscos de acidente.
g. Chance de perda	Remota
h. Impacto em caso de perda do processo	A fiscalização é anual e em caso de constatação de peso muito acima dos limites estabelecidos o custo da multa pode impactar financeiramente a operação.

Termo de Ajuste de Conduta Aditivo/Retificador nº 10/2016	
a. Juízo	Procuradoria do Trabalho de Uberlândia
b. Instância	Não aplicável
c. Data de instauração	14/10/2016
d. Partes no processo	Ministério Público do Trabalho Vale do Tijuco Açúcar e Álcool (IC nº 000627.2011.03.001/2)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Adequação do peso transportado pelos caminhões canavieiros à resolução do Contran sob pena de multa
f. Principais fatos	Trata-se de repactuação do Termo de Ajuste de Conduta nº 97/2013. Excesso de Carga – Inquérito Civil com assinatura de TAC com cláusulas regulando obrigação de transporte de cana dentro dos limites de peso estabelecidos pelo Contran, tendo como fundamento a segurança dos trabalhadores para evitar riscos de acidentes.
g. Chance de perda	Remota

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

Termo de Ajuste de Conduta Aditivo/Retificador nº 10/2016	
h. Impacto em caso de perda do processo	A fiscalização é anual e em caso de constatação de peso muito acima dos limites estabelecidos o custo da multa pode impactar financeiramente a operação.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gestão de riscos

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia. A Companhia mantém práticas e sistemas de controles internos que buscam fornecer maior segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações contábeis e demais demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatórios financeiros emitidas pelo International Accounting Standards Board e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM').

Adicionalmente, buscando aprimorar ainda mais os níveis de controle e garantir a qualidade e confiabilidade dos relatórios financeiros da Companhia, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas são submetidas à análise do Comitê de Auditoria, a quem cabe supervisionar a qualidade e integridade das mesmas, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração, antes de sua publicação.

As rotinas operacionais de Controles Internos utilizado pela empresa estão embasadas no framework COSO 2013 (Controles Internos) e nas boas práticas de mercado. Dividimos os trabalhos em três fases:

- Análise da Estratégia: Elaboração do Plano de Controles Internos;
- Avaliação de Riscos e Controles Operacionais;
- Monitoramento: Atividades de Controle, Informação e Comunicação e Atividades de Monitoramento.

O Comitê de Auditoria monitora periodicamente a efetividade dos mecanismos de controles internos e qualquer falha identificada será tratada prontamente por meio de planos de ação estabelecidos pelas estruturas organizacionais envolvidas.

Consideramos nossas práticas de controles internos eficientes e adequadas ao nosso porte e à complexidade de nossas atividades. Para detalhes sobre riscos relacionados a controles internos, ver fator de risco "Incapacidade de identificar falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de controles poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderá afetar adversamente seus negócios", descrito no item 4.1 deste Formulário de Referência.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia adota uma metodologia constituída por três linhas de defesa que suportam as suas práticas:

- **Áreas de negócios**: Diretores e gestores dos processos, responsáveis por aplicar medidas de controles para mitigar os riscos e evidenciar através de indicadores de performance e testes de efetividade.

- **Área de Controles Internos e Gestão de Riscos**: área responsável por fornecer auxílio de defesa no desenvolvimento de processos e controles para gerenciamento dos riscos, emitir alertas sobre mudanças no cenário regulatório e de riscos e apoiar no desenvolvimento das políticas associadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- **Comitê de Auditoria**: Órgão de assessoramento do Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração ao qual compete avaliar e monitorar de forma permanente a efetividade dos mecanismos de gerenciamento de riscos e controles internos da Companhia

- **Auditoria interna:** departamento responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos e controles internos fornecendo relatórios periódicos ao Comitê de Auditoria, a fim de garantir que a cultura de transparência, responsabilização e conscientização sobre os riscos está sendo devidamente implementada pela Companhia. Este departamento é diretamente subordinado ao Comitê de Auditoria, a fim de garantir maior independência na identificação de riscos e controles.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A efetividade dos controles é regularmente monitorada como parte da gestão da Companhia, já que um controle inicialmente eficaz pode tornar-se ineficaz devido a alterações no ambiente operacional. Mudanças nos controles também podem ocorrer devido a mudanças nos processos, nos sistemas de tecnologia da informação ou de pessoal.

O acompanhamento dos controles internos é realizado pela Área de Gestão de Riscos e Controles Internos, a qual responde à Gerência de GRC, que por sua vez se reporta diretamente ao Comitê de Auditoria.

A efetividade e eficiência dos controles internos é verificada pela área de Auditoria Interna, a qual responde também à Gerência de GRC, que por sua vez se reporta diretamente ao Comitê de Auditoria. Por sua vez, o Comitê de Auditoria, órgão de funcionamento permanente e subordinado apenas ao Conselho de Administração, é responsável por monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela Companhia. Essa estrutura permite que qualquer inexatidão ou falha identificada que possa impactar nas demonstrações financeiras seja pronta e tempestivamente reportada à Administração para adoção das ações corretivas.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O processo de encerramento das demonstrações financeiras da Companhia está concentrado principalmente em determinados profissionais do departamento contábil, concorrendo com as demais atividades recorrentes da área contábil, e também possui um volume considerável de informações manuais, de como que a informação obtida inicialmente durante as fases do processo de encerramento apresenta algumas inconsistências e problemas de conciliação, resultando em várias revisões das demonstrações financeiras da Companhia. Isso causa atrasos na conclusão de relatórios financeiros exatos e demanda tempo adicional para concluir a auditoria. A falta de um processo de conclusão bem planejado pode resultar também no uso ineficiente dos recursos da área contábil.

O Auditor recomenda que a Companhia reveja seu processo de preparação das demonstrações financeiras, considerando, por exemplo, os seguintes aspectos:

- Estabelecer um cronograma de fechamento das demonstrações financeiras;

- Estabelecer um processo de revisão das conciliações realizadas (contas a receber, caixa e equivalentes, contas a pagar, etc), onde fiquem registradas as evidências das revisões pelos níveis adequados da Administração;

- Envolver demais áreas da Companhia para o preenchimento de informações das demonstrações financeiras, como por exemplo: revisão pelo departamento financeiro das notas de empréstimos e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

instrumentos financeiros; revisão pelo departamento jurídico das notas de provisões; revisão das informações de impostos pelo departamento responsável; dentre outros;

- Rever as alçadas de aprovações e automação do processo de encerramento das demonstrações financeiras, de modo a reduzir o volume de lançamentos manuais na contabilidade, que estão mais suscetíveis a erros e fraude;

- Estabelecer uma rotina de revisão formal das demonstrações financeiras, onde o trabalho do preparador das demonstrações seja revisado por seu supervisor e/ou responsável pela área contábil e de controladoria;

- Monitorar o status dos prazos do processo de conclusão e realocar recursos, se possível, para garantir que eles sejam atendidos.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Atualmente a Companhia já possui cronograma de fechamento envolvendo todas as suas áreas. Com intuito de otimizar o processo de elaboração das demonstrações financeiras e informações intermediárias foi efetuada, também, a implantação do sistema de consolidação. Ainda, deverão ser implementadas as seguintes ações:

- Criação no FCCS, ferramenta já implementada para consolidação contábil, workflow para segregação das rubricas e processos para cada profissional contábil, com a finalidade de otimizar o processo de fechamento;

- Criação no EPRCS, ferramenta já implementada para elaboração das notas explicativas de forma automática, a partir da integração com FCCS, e workflow para delegar as demais áreas envolvidas (financeiro, jurídico, controladoria, etc) na elaboração das notas explicativas relacionadas;

- Homologação da ferramenta ARCS, ferramenta responsável pela automatização das conciliações contábeis, com intuito de otimizar o processo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas,

Em seu Código de Conduta Ética, a Companhia destaca seu veemente compromisso com o respeito às leis, normas e regulamentos vigentes, bem como sua intolerância a toda e qualquer forma de corrupção, direta ou indireta.

No Código de Conduta Ética são apresentados os valores e princípios éticos que devem ser seguidos por todos os integrantes da Companhia. Consta no documento a responsabilidade dos colaboradores, líderes e terceiros, com desdobramentos dos princípios em orientações de como agir, comportamentos esperados, proibições e campos para “entenda melhor”. Além disso, o Código enfatiza a existência do Canal Confidencial da Companhia e recomenda a utilização por todos os seus colaboradores, destacando que todas as eventuais denúncias são confidenciais e livres de qualquer tipo de retaliação ou discriminação. Também constam no Código as consequências de violações, apresentando um rol de penalidades aplicáveis a todos os integrantes da Companhia.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Visando promover maior transparência nas atividades da Companhia, estar em conformidade com a legislação aplicável e com as práticas comerciais legais a que está sujeita, a Companhia conta com uma área de Compliance e Auditoria Interna, que está diretamente vinculada ao Conselho de Administração.

A área é responsável por coordenar a elaboração e revisão deste Código para adaptar ou incluir novos itens ou conceitos não previstos quando necessário.

Tem, como uma de suas demais responsabilidades, dar ampla divulgação ao Código e suas diretrizes, coordenando e operacionalizando treinamentos, ou através de campanhas internas de comunicação sempre que necessário.

São responsáveis também pela operação do Canal Confidencial e de outras ferramentas de denúncias da Companhia, assegurando a solução de questionamentos de forma confiável, sigilosa e livre de qualquer tipo de retaliação ou discriminação. Além disso, são responsáveis por responder prontamente qualquer falha no cumprimento deste Código, solicitando aos devidos responsáveis a aplicação de medidas disciplinares apropriadas.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

- **se é com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

As regras contidas no Código de Conduta Ética devem ser respeitadas por todos os funcionários da Companhia, Acionistas, gestores, membros do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento, membros do Conselho Fiscal, diretores executivos, colaboradores próprios ou não, estagiários, prestadores de serviço e por qualquer pessoa que atue em nome da Companhia ou que com a Companhia se relacione

A Companhia possui um plano de comunicação e treinamento periódico para seus colaboradores com intuito de divulgar e conscientizar da importância fiel cumprimento deste Código de Conduta Ética.

Violações ao Código de Conduta ética, a demais políticas, normas, procedimentos e orientações da Companhia são aplicadas considerando o tipo de violação e sua gravidade e a legislação aplicável, e sujeitam os infratores a consequências, que incluem:

(i) Advertência por escrito;
(ii) Suspensão;
(iii) Demissão sem justa causa;
(iv) Demissão por justa causa;
(v) Ajuizamento de ações judiciais cabíveis; e
(vi) Outras previstas em lei.

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia adquiriu recentemente a solução de Canal de Denúncias externa e independente, gerida pela empresa ICTS Global Brasil ("ICTS"), para a realização de denúncias de condutas que violem o Código de Conduta e demais políticas da Companhia.

O Canal de Denúncias deverá assegurar que o denunciante seja ouvido de forma sigilosa e tenha seu anonimato preservado.

As denúncias feitas através do Canal de Denúncias deverão ser apuradas por um Comitê de Ética, ao qual caberá também a condução até seu desfecho, bem como a eventual aplicação de ações corretivas e medidas disciplinares.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

De modo a aumentar a vigilância e, consequentemente, o controle sobre os possíveis casos de violação ao Código de Conduta, às demais políticas da Companhia ou à legislação vigente, o Canal de Denúncias é aberto não apenas aos Colaboradores, mas também a fornecedores, parceiros comerciais, clientes, investidores e outras interfaces externas da Companhia.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O denunciante, no momento que está relatando uma ocorrência, tem a opção de se identificar ou se manter anônimo. Todas as informações encaminhadas pelos canais de denúncias serão mantidas em sigilo absoluto. As denúncias não implicarão em retaliação ou represália aos denunciantes de boa-fé.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

O Canal de Denúncias da Companhia fica sob responsabilidade do Comitê de Ética, que é responsável por apurar as denúncias recebidas. De modo a evitar conflitos de interesses na apuração de denúncias, o Canal de Denúncias redireciona qualquer denúncia que envolva membros do Comitê de Ética ou da alta diretoria executiva da Companhia para o Comitê de Auditoria. Assim garante-se imparcialidade e autonomia no processo de apuração das denúncias.

A Companhia adquiriu recentemente a solução de Canal de Denúncias externa e independente, gerida pela empresa ICTS, para a realização de denúncias de condutas que violem o Código de Conduta e as demais políticas da Companhia.

O Canal de Denúncias deverá assegurar que o denunciante seja ouvido de forma sigilosa e tenha o seu anonimato preservado.

As denúncias feitas através do Canal de Denúncias deverão ser apuradas por um **Comitê de Ética**, ao qual caberá também a condução até seu desfecho, bem como a eventual aplicação de ações corretivas e medidas disciplinares.

(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia executa processo de auditoria legal previamente à realização de operações de fusão, aquisição ou restruturação societária, para fins de verificação do cumprimento das regras da Lei Anticorrupção, cometimento de irregularidades ou ilícitos ou da existência de vulnerabilidades nas pessoas jurídicas ou indivíduos envolvidos.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 5.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	01/12/2006
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade empresária limitada, transformada em sociedade anônima em 12 de julho 2007.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	04/03/2009

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

6.3. Descrever sumariamente o histórico do emissor

A constituição da CMAA, à época uma sociedade empresária limitada, ocorreu em 2006, por iniciativa de José Francisco de Fátima Santos, controlador da JF Citrus Agropecuária S.A. (atual denominação da JF Citrus Agropecuária Ltda.), uma tradicional empresa atuante no ramo de produção de cítricos. No mesmo ano, foi assinado o protocolo de intenções com o Estado de Minas Gerais e o protocolo do processo ambiental, e teve início a implantação do canteiro de mudas, com plantio de 200 hectares de cana-de açúcar.

No ano seguinte, a CMAA foi transformada em sociedade anônima, com o ingresso da Auratus Empreendimentos Imobiliários S.A., controlada pelo Fundo de Investimento em Participações PDG, passando a integrar seu controle acionário. No mesmo ano, (i) foram plantados 1.200 hectares de cana-de-açúcar; (ii) foi adquirida, no município de Uberaba, a área onde atualmente está implantada a Usina Vale do Tijuco; e (iii) obteve-se a licença prévia e ato seguinte a licença de instalação da referida usina.

Em 2008, destacam-se eventos como: (i) a emissão de licença prévia; (ii) a emissão da licença de instalação; (iii) o início das obras de terraplanagem; (iv) o plantio de 600 hectares de cana-de-açúcar; e (i) a venda de energia no Leilão de Reserva da ANEEL, para início da entrega em maio de 2010.

Em 2009, (i) as participações da JF Citrus Agropecuária S.A. e da Auratus Empreendimentos Imobiliários S.A. na CMAA foram transferidas, respectivamente, para a Apia SP Participações S.A. e o Fundo de Investimento em Participações PDG (Vinci Partners), (ii) a CMAA registrou-se na CVM como companhia aberta; e (iii) ZAM Ventures, LP (Och-Ziff Group), um investidor norte-americano, tornou-se acionista da CMAA, com 33% de seu capital.

Em 12 de abril de 2010, a CMAA concluiu a primeira fase de implantação da Vale do Tijuco, com uma planta industrial com capacidade de moagem de aproximadamente 1,8 milhões de toneladas de cana, para a produção de etanol hidratado e exportação de energia. No mesmo ano a usina concluiu a primeira safra com uma moagem de 1,2 milhões de toneladas de cana.

Ainda em 2010 foram contratados junto ao BNDES, com repasse de diversas instituições financeiras de primeira linha, valores para expansão da planta para permitir o processamento de 3,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra na produção de etanol hidratado, etanol anidro, açúcar, VHP bruto e energia elétrica.

Em 2011, teve início o plano de expansão da unidade industrial (Fase B, investimento de R$ 207 milhões para implementação da fábrica de açúcar e etanol anidro). Nesta safra, a moagem realizada pela Vale do Tijuco foi de 1,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar.

Ainda em 2011, mais especificamente, em 3 de março, o capital social da CMAA foi aumentado para R$ 192.612.198,00, com emissões de 58.485.829 ações, das quais 18.263.175 foram subscritas pela Ápia Participações S.A., 19.495.276 foram subscritas pela ZAM Ventures L.P. e 20.727.378 foram subscritas

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

pela Auratus Empreendimentos Imobiliários S.A. Em 4 de maio de 2011, o capital social da Auratus Empreendimentos Imobiliários S.A. foi reduzido, transferindo-se a totalidade das ações da CMAA de sua propriedade para seu controlador, o Fundo de Investimento em Participações PDG I.

Em 2012 a fase final da ampliação industrial da Vale do Tijuco foi concluída junto a um plantio total de 10 mil hectares resultando em uma moagem total de 2,2 milhões de toneladas de cana.

Em 2013, após alteração no quadro societário, a CMAA passou a ser controlada em bloco, figurando de um lado a Ápia SP Participações S.A. e a Família Santos e, do outro, IndoAgri Brazil Participações Ltda. Com isso o capital social da CMAA passou a ser de R$ 203.364.126,00 (duzentos e três milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, cento e vinte e seis reais) e tornou-se subsidiária da CMAA, também, a Rio Tijuco Agropecuária Ltda. Após esses investimentos, a moagem da Vale do Tijuco foi de 3 milhões de toneladas de cana.

Em 24 de março de 2014, após a transferência das ações da CMAA detidas pela Família Santos para Ápia SP Participações S.A., a CMAA passou a ser controlada, de um lado, pela Ápia SP Participações S.A. e, do outro, pela IndoAgri Brazil Participações Ltda., cada uma detendo 50% das ações da CMAA. Pelo segundo ano seguido, a moagem da Vale do Tijuco superou a marca de 3 milhões de toneladas, mostrando que todos os investimentos feitos foram efetivos, resultando numa moagem total de 3,5 milhões de toneladas de cana.

Em 2015, o capital social da CMAA foi aumentado em 27 de novembro de 2015 para R$ 303.364.126,00, com emissões de 493.924.726 novas ações, das quais 246.962.363 foram subscritas pela Ápia SP Participações, 246.962.363 foram subscritas pela Indoagri Brazil Participações Ltda. Coroando este ciclo ininterrupto de investimentos, a safra 2015/2016 (ano 2015) resultou na moagem de 3,7 milhões de toneladas de cana, pela Vale do Tijuco.

No ano de 2016 foi adquirida pelos acionistas da CMAA a usina Vale do Pontal, ex-ADM do Brasil, localizada em Limeira do Oeste (MG), onde é operada uma planta industrial, produzindo até 650 metros cúbicos de etanol e 750 toneladas de açúcar por dia, com colheita 100% mecanizada. Esta usina deverá atingir uma capacidade de moagem total de até 2,5 milhões de toneladas de cana em 2022.

O ano de 2016 foi marcado pelo início das atividades da Vale do Pontal sob a administração da CMAA já com uma colheita completamente mecanizada e uma moagem inicial de 950 mil toneladas, dando início ao que viria a ser chamado de Grupo CMAA. A Vale do Tijuco manteve sua moagem igual ao total do ano anterior (3,7 milhões de toneladas).

Em 22 de junho de 2017, na assembleia geral de acionistas da Vale do Tijuco, foi aprovada a incorporação das companhias Triângulo Mineiro Açúcar e Álcool S.A. e Rio Tijuco Agropecuária S.A. pela Vale do Tijuco, bem como a ampliação do objeto social da Vale do Tijuco para incluir, dentre outras, as atividades realizadas pela Rio Tijuco Agropecuária S.A. Referida incorporação foi registrada perante a JUCEMG sob os números 6895800 (Vale do Tijuco), 6895803 (Triângulo Mineiro) e 6895808 (Rio Tijuco), a partir de quando a Vale do Tijuco passou a consolidar os ativos da Triângulo Mineiro Açúcar e Álcool S.A. e Rio Tijuco Agropecuária S.A. e atuar de acordo com o seguinte objeto social: (a) a produção, comercialização e exportação de açúcar, álcool e outros derivados do processamento de cana-de-açúcar; (b) a prestação de serviços a terceiros e a industrialização por ordem destes; (c) a cogeração e comercialização de energia elétrica; (d) a exploração de cultivo de cana-de-açúcar, em terras próprias ou de terceiros; (e) a comercialização e a intermediação de venda de cana-de-açúcar, própria ou de terceiros; (f) exploração da atividade de agropecuária, como cultivo de culturas, em terras próprias ou de terceiros, podendo, inclusive, celebrar contratos de parceria; (g) o comercio atacadista e intermediação de venda de soja; (h) o comercio atacadista e intermediação de venda de milho; (i) o comercio atacadista e intermediação de venda de sorgo; (j) o comercio atacadista e intermediação de venda de cereais e leguminosas beneficiadas; (k) fornecimento de bens e produtos agropecuários primários e mercadorias em geral a seus parceiros comerciais; (l) a exploração de pecuária de corte; (m) administração de bens imóveis próprios; (n) a participação em sociedades cooperativas; e (o) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

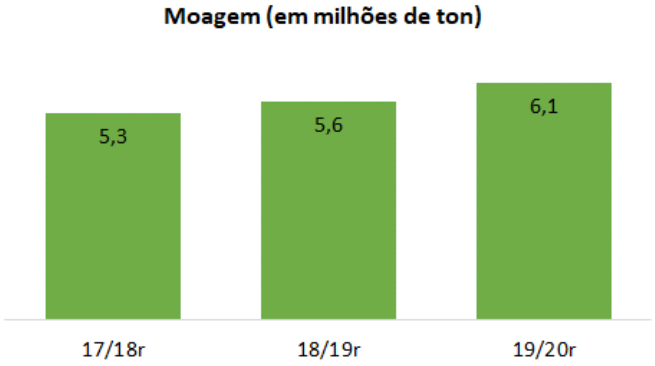
Em 2017, ocorreu, ainda, a conclusão do plano de expansão da unidade industrial da Vale do Pontal (investimento de R$ 80 milhões para implantação da fábrica de açúcar), visando uma capacidade total de produção de até 150 mil toneladas de açúcar VHP. Além disso, a Vale do Pontal possui capacidade em sua destilaria para a produção em uma safra de 130 mil m³ de etanol anidro (produto misturado diretamente na gasolina) e hidratado (utilizado diretamente nos veículos *flex*).

Na safra 2018/19, a Vale do Pontal realizou uma moagem total de 1,3 milhões de toneladas e a Vale Tijuco realizou uma moagem total de 4,3 milhões de toneladas, retomando o padrão crescente de moagem ano a ano, a que as empresas se acostumaram, tendo o Grupo CMAA, em suas duas unidades, superado a marca de 5.6 milhões de toneladas de cana moídas.

O dia 1º de julho de 2018 representa uma data importante para o grupo, sendo este o dia em que foi concretizada a operação societária envolvendo a Vale do Pontal, seu(s) acionista(s) (JFLim Participações S.A., JF Investimentos S.A., e Rio Grande Investment PTE LTD.) e ambos os grupos econômicos, tendo resultado na contribuição das quotas da Vale do Pontal de titularidade da sócia JFLim Participações S.A., ao capital social da CMAA, com o consequente ingresso de referidas companhias no bloco de controle da CMAA. Após a conclusão de referida operação societária, a CMAA passou a deter 99,99% das quotas de emissão da Vale do Pontal representativas de seu capital social.

Ainda na safra 2018/19 a Vale do Pontal realizou investimentos em uma linha de transmissão, visando ligar suas UTEs ao sistema de Distribuição de energia Elétrica, ampliando assim as fontes de renda para o Grupo CMAA.

A safra 2019/2020 foi uma das melhores safras já experimentadas pelo Grupo CMAA, sendo a primeira safra em que as unidades Vale do Tijuco e Vale do Pontal figuraram como controladas da CMAA. Neste ano foram processadas 6.095 mil toneladas de cana, volume 23,3% superior ao volume processado durante o mesmo período da safra anterior. Na safra foram produzidos: 301 mil toneladas de açúcar VHP, 320 mil m³ de etanol e 367 mil MWh de energia.



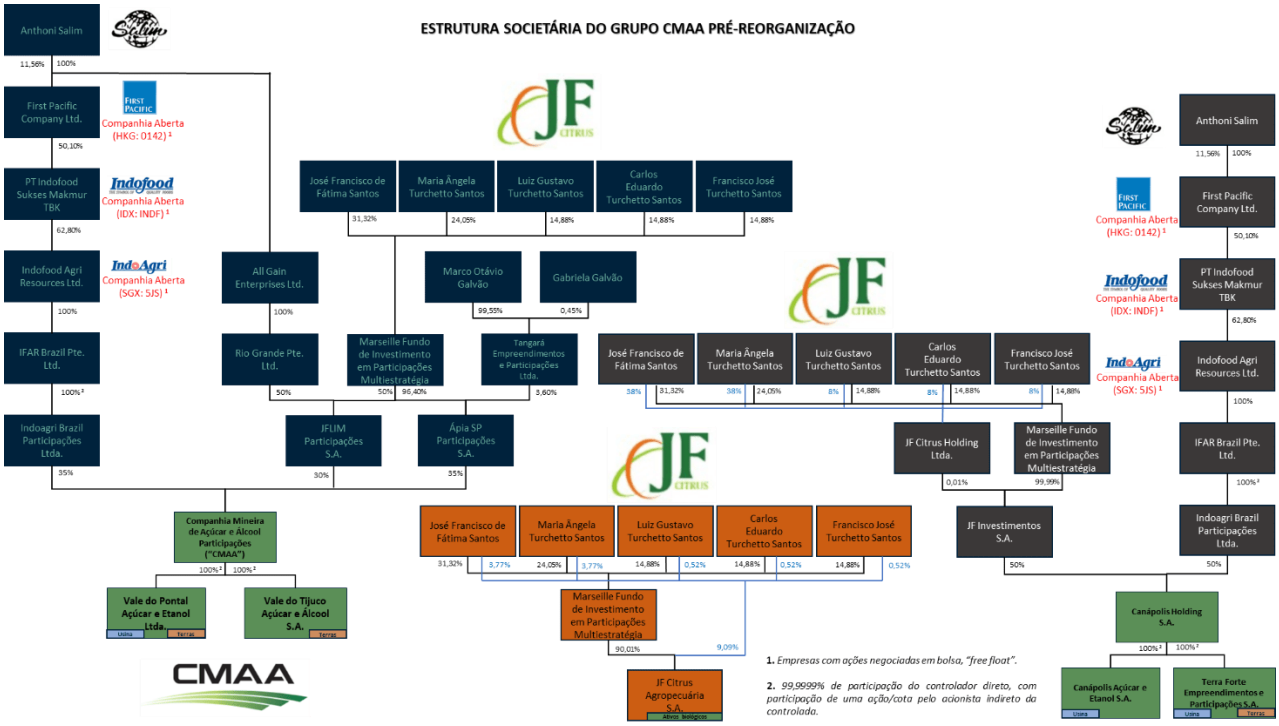
Fonte: CMAA, 2020

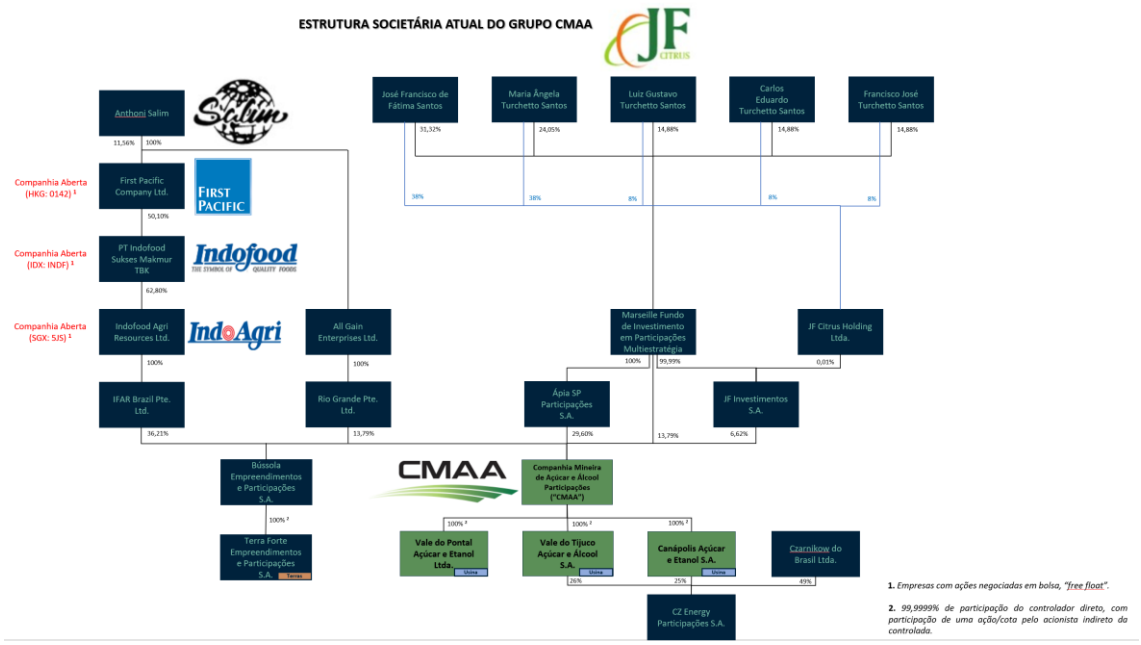
Os acionistas da CMAA, dando continuidade a seu plano de expansão e continuidade dos negócios, iniciaram em 30 de setembro de 2020, uma reorganização societária no Grupo CMAA, visando consolidar

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

as sociedades dele integrantes. Em referida reorganização, a Canápolis Holding S.A foi incorporada pela CMAA, tornando a Usina Canápolis a mais nova unidade operacional do Grupo CMAA, juntamente com as então existentes Vale do Tijuco e a Vale do Pontal. Esta movimentação buscou organizar de forma mais eficaz as operações e os negócios associados, simplificando a estrutura do Grupo CMAA e, ao mesmo tempo, lhe dando mais substância.

As figuras abaixo representam, respectivamente, os cenários anterior e posterior à reorganização mencionada no parágrafo acima.





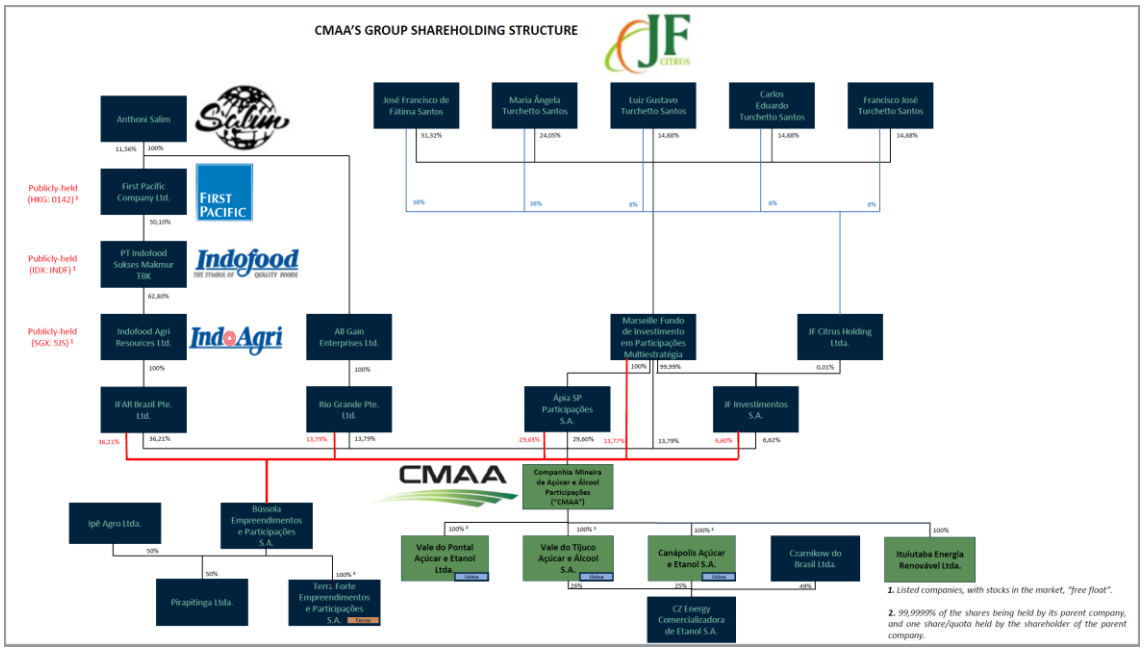
6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

A partir de uma sociedade entre a Czarnikow do Brasil Ltda., a Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. e a Canápolis Açúcar e Etanol S.A., o Grupo CMAA passou a atuar também no ramo de empresas comercializadoras de etanol, criando CZ Energy, que tem como objeto a comercialização e o financiamento da produção de etanol diretamente com as usinas produtoras.

Dando continuação ao movimento de segregação das atividades do Grupo CMAA, criou-se a Ituiutaba Energia Renovável Ltda., que é uma sociedade limitada unipessoal, ainda não operacional, que tem por objeto a geração, cogeração e comercialização de energia elétrica.

Foi também criada a Pirapitinga Ltda., que é uma *joint venture* controlada pelas empresas Bússola Empreendimentos e Participações S.A. (Grupo CMAA) e a Ipê Agro Ltda. (Grupo Aroeira), na proporção de 50% (cinquenta por cento) cada, constiuída com o objetivo de explorar a cultura de cana-de-açúcar na Fazenda Pirapitinga, localizada em área de intersecção entre os Municípios de Canápolis e Monte Alegre de Minas, no Estado de Minas Gerais e, eventualmente, adquirir propriedades imobiliárias da mesma natureza.

Assim, atualmente o organograma do Grupo CMAA é o seguinte:



6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

6.5. Pedido de falência ou de recuperação

Não houve pedido de falência, autofalência ou de recuperação judicial no exercício social encerrado em 31/03/2022.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

6.6. Outras informações relevantes - Histórico

Todas as informações relevantes relativas ao histórico da Companhia já foram divulgadas nos itens anteriores.

1.2. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

VISÃO GERAL

A CMAA é uma companhia que detém participação em empresas produtoras de etanol, açúcar VHP ("*Very High Polarization*") e bioeletricidade, localizada no Estado de Minas Gerais. Com DNA agrícola e industrial, a CMAA foi criada com o objetivo de trazer, para o setor sucroenergético, eficiência de gestão e produção, características intrínsecas das operações do Grupo como um todo, gerando alta criação de valor para os seus *stakeholders.*

Com o grande crescimento no grupo, a empresa teve faturamento líquido no exercício findo em 31 de março de 2022 de R$ 1.797.711; no exercício findo em 31 de março de 2021 de R$ 1.375.005 mil, apresentando resultado líquido de R$ 176.161 mil, R$ 57.538 mil, e R$ 7.828 Mil, respectivamente.

Visão Geral das Atividades da Companhia

Criada em 2006 pelo Grupo JF Citrus, a CMAA é um dos maiores *players* de açúcar e etanol e está entre os mais eficientes em operações de cogeração de energia no Estado de Minas Gerais. Com um DNA combinando operações agrícolas e eficiência industrial, a CMAA foi concebida sob o conceito de trazer para o setor sucroenergético, as mais modernas técnicas de aumento de eficiência, gestão e produção agrícola, gerando valor para os seus *stakeholders*.

Atualmente, a CMAA opera no mercado de açúcar e etanol por meio das suas três linhas de negócio: (i) produção de açúcar VHP; (ii) produção de etanol anidro e hidratado; e (iii) cogeração de energia

Cana-de-açúcar

O plano de negócios do Grupo CMAA prevê o suprimento de cana-de-açúcar para as controladas por meio de (i) cana própria, plantada em terras arrendadas ou objeto de parcerias, o que representará, em média, 62% do total da cana necessária em 2028; e (ii) cana fornecida por terceiros, com base na produção em terras arrendadas ou objeto de parceria, o que representará, em média, 38% do total da cana necessária em 2028.

Na safra 2021/2022 a empresa possui 47%, até o momento, de sua cana cultivada em área de parceria e 53% derivado de fornecedores de cana, onde 70% da cana produzida por fornecedores está em terra de parceria onde a usina faz a cessão do contrato de parceria, tendo assim o controle sobre os arrendamentos da região.

Produção de Açúcar VHP

A subsidiária Vale do Tijuco, a Vale do Pontal e a Usina Canápolis produzem e vendem açúcar VHP ("*Very High Polarization*"), destinado à exportação podendo ser também comercializado no mercado interno em industriais de alimentos e bebidas

Produção de Etanol Anidro e Hidratado

A Vale do Tijuco, a Vale do Pontal e a Usina Canápolis produzem e vendem dois tipos de etanol: o etanol hidratado e o etanol anidro para combustível. O tipo de etanol mais consumido no Brasil atualmente é o etanol hidratado, utilizado como uma alternativa à gasolina para veículos movidos a etanol ou veículos flex (diferentemente do etanol anidro, utilizado, por exemplo, como aditivo à gasolina).

Cogeração de Energia

A Vale do Tijuco cadastrou-se para a habilitação técnica e participação do Leilão de Reserva nº 01/2008, promovido pela ANEEL. No referido leilão, realizado em 14 de agosto de 2008, a Vale do Tijuco negociou o equivalente a 876.000 MWh a serem fornecidos a partir de 2010, ao longo de 15 anos, conforme contrato de energia de reserva celebrado entre a Vale do Tijuco e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A energia elétrica deste leilão está sendo gerada pela UTE Vale do Tijuco I com capacidade de geração de 40 MWh, e o preço desta operação é corrigido anualmente pelo IPCA.

A Vale do Pontal cadastrou-se para a habilitação técnica e participação do Leilão 05/2017, promovido pela ANEEL. No referido leilão, realizado em 20 de dezembro de 2017, a Vale do Pontal negociou o equivalente a 85.000 MWh a serem fornecidos a partir de 2023, ao longo de 25 anos, conforme contrato de energia de reserva celebrado entre a Vale do Pontal e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A energia elétrica deste leilão será gerada pela UTE Vale do Pontal II com capacidade de geração de 25 MWh, o preço desta operação será corrigido anualmente pelo IPCA. Atualmente está em operação o gerador UTE Vale do Pontal, o 2º gerador de energia será implantado na safra 2022/2023 e instalado na UTE Vale do Pontal II, com capacidade instalada de 25 MW, totalizando a capacidade instalada de 50MW nesta unidade, conforme contrato de conexão firmado junto a CEMIG o 2º gerador entrará em operação na UTE Vale do Pontal II em 30/09/2022 e suportará o fornecimento acima mencionado.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Geração de CBIOS (Renovabio)

O programa Renovabio, nova Política Nacional de Biocombustíveis tem por objetivo expandir a produção de biocombustíveis no Brasil, e contribuir para a redução das emissões de gases de efeito estufa. A produção de etanol irá gerar crédito para a Companhia que poderá comercializá-los em ambiente regulado de bolsa de valores. De acordo com dados divulgados pela ANP pelo site http://www.anp.gov.br/producao-de-biocombustiveis/renovabio/certificados-producaoimportacao. A Companhia já é certificada no programa Renovabio em suas unidades Vale do Tijuco, Vale do Pontal e Usina Canápolis, certificada nO mês de março de 2022.

Modelo de Atuação da Companhia em todos os elos da cadeia produtiva

Em acordo com as diretrizes que fundaram a Companhia, a CMAA criou um modelo de negócio construído para extrair o máximo de produtividade e eficiência da cadeia produtiva de açúcar e etanol, resultando em produtos com maior qualidade e maiores ganhos econômicos. Neste sentido, a Companhia desenvolveu uma formato de operações 100% integradas, atuando em todos os elos da cadeia produtiva, desde a plantação da cana-de-açúcar, coleta 100% mecanizada das plantações, processamento da matéria-prima e, por fim, conduzindo com logística proprietária a venda de seus produtos finais à sua base de clientes.

Plantação de Cana-de-Açúcar

A Companhia dispõe de fornecimento de cana-de-açúcar produzido em mais de 100 mil hectares de terras, distribuídas nas regiões do Triângulo Mineiro, no estado do Minas Gerais e Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, arrendadas por meio de contatos de longo prazo, sendo que na safra 2021/2022, 47% da produção de cana está em áreas de parceria da usina (cana própria), e 53% deriva da produção de fornecedores de cana. Desses fornecedores, cerca de 70% (setenta por cento) operam exclusivamente em área cedida de contratos da usina onde ela possui o poder de negociação com o dono da terra. Permitindo, assim, controle sobre as terras e com um custo médio anual de R$ 12,50 – 13,50 tonelada por hectare. Este vasto banco de terras dá suporte para um rápido aumento nas áreas plantadas totais da Companhia, dando condições para sua estratégia de crescimento. Adicionalmente, as terras da CMAA apresentam elevados índices de produtividade, alcançando em 31/03/2022 um total de 77 toneladas de cana por hectare ("TCH"), sendo que a Usina Vale do Tijuco apresenta um índice total de 84, a Usina Vale do Pontal de 60 (ainda em processo de aumento e melhorias de eficiência produtiva) e a Usina Canápolis de 82. As plantações da CMAA também apresentam alta qualidade de cana ‑ de ‑ açúcar, com um açúcar total recuperável ("ATR") de 137. **Colheita 100% Mecanizada e Moderna.** A produtividade do canavial das usinas da CMAA sofreu uma queda em relação à safra anterior devido aos eventos climáticos (seca, queimadas e geadas) que ocorreram durante a safra 21/22.

Em linha com a proposta de valor da CMAA, de trazer para o campo tecnologia de ponta e altos índices de eficiência, a Companhia investiu em equipamentos altamente modernos, fazendo suas operações de colheita 100% mecanizadas, contando com tanques de fertilizadores, drones para monitoramento em tempo real, metodologia de plantação manual por via Método Inter Ocupacional Simultâneo ("MEIOSI"),, além da utilização de *softwares* sofisticados conectando todos os indicadores de performance para as plantações da Companhia, adicionalmente a um estratégico posicionamento das usinas *versus* áreas de plantação (média de 24 km), e com um índice de produtividade de 910ton/maquina/dia em 31/03/2020.

Usinas de Açúcar e Etanol

Atualmente, a Companhia conta com três usinas operacionais, as usinas Vale do Tijuco, Vale de Pontal e de Canápolis, localizadas na região do Triângulo Mineiro - região com terra apropriada para a cultura e excelente logística de transportes para toda distribuição da produção -, com uma capacidade combinada de produção de açúcar VHP de 4.000 toneladas / dia, de 2.700 m^3 / dia de etanol e uma capacidade instalada de 125 MW para cogeração e de eletricidade. Novamente na linha da instituição de processos altamente eficientes, as usinas da CMAA apresentam alta flexibilidade de produção, podendo ajustar sua capacidade para 57% de dedicação para produção de açúcar VHP ou 61% para etanol.

As usinas Vale do Tijuco, Vale de Pontal e de Canápolis possuem processo 100% mecanizado, do plantio da cana-de-açúcar à sua colheita, contando com maquinário de última geração, associado à utilização de tecnologia visando o ganho de produtividade. Com isto, as usinas conseguem atingir uma alta produtividade de moagem de cana-de-açúcar (i) Usina Vale do Tijuco com 5 milhões de toneladas / ano; (ii) Usina Vale do Ponta 3 milhões de toneladas / ano; e (iii) Usina Canápolis 2 milhões de toneladas / ano.

Pontos fortes e vantagens competitivas Atualmente, a Companhia se destaca por sua forte estratégia baseada em três pilares operacionais: a alta produtividade, o baixo custo e o gerenciamento de riscos. A força em suas três frentes operacionais sustenta seu posicionamento como um dos líderes do mercado sucroenergético mineiro e são bases para sua estratégia de crescimento.

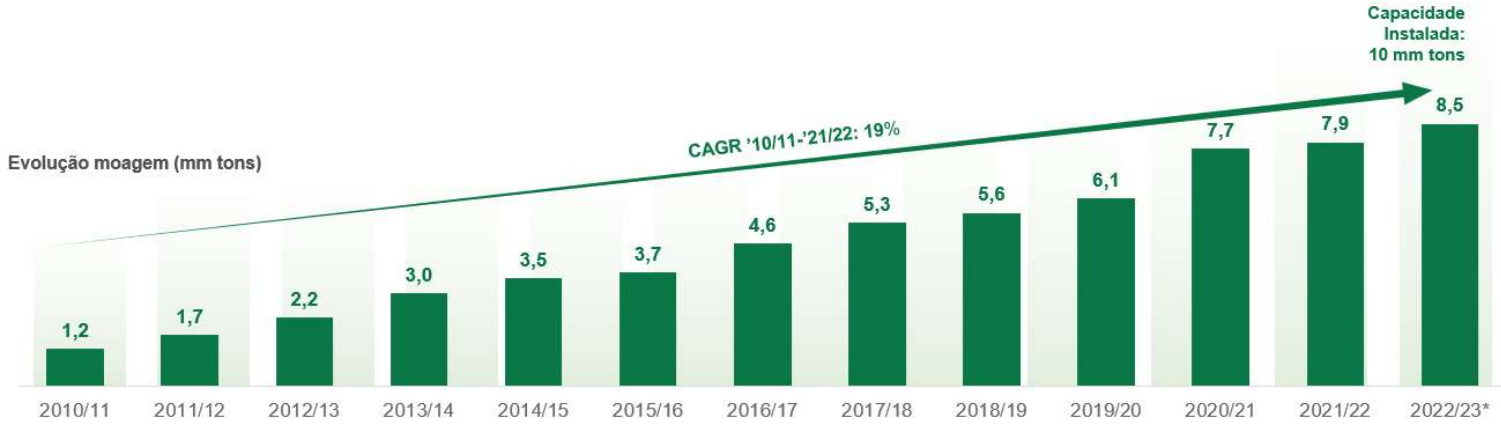
Alta Produtividade

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

O pilar de produtividade da CMAA é resultado da sua alta flexibilidade para alternar entre produções de açúcar VHP e etanol, combinada com uma eficiência diferenciada de suas operações de campo, que por sua vez são beneficiadas por condições climáticas únicas no seu posicionamento geográfico – além do *upside* resultante de suas operações de cogeração de energia.

Estas características somadas à técnica apurada do time como um todo e as modernas máquinas de colheita e processamento aplicadas a todas etapas da cadeia de valor, desde a plantação até a logística final, permitiram à CMAA apresentar um resiliente crescimento em termos de moagem nos últimos 12 anos, apresentando um crescimento anual médio de 19% neste período. A expectativa de moagem do Grupo CMAA para a safra 22/23 é de 8,5 mm de toneladas de cana de açúcar.

Evolução da Moagem (Milhões de Toneladas)

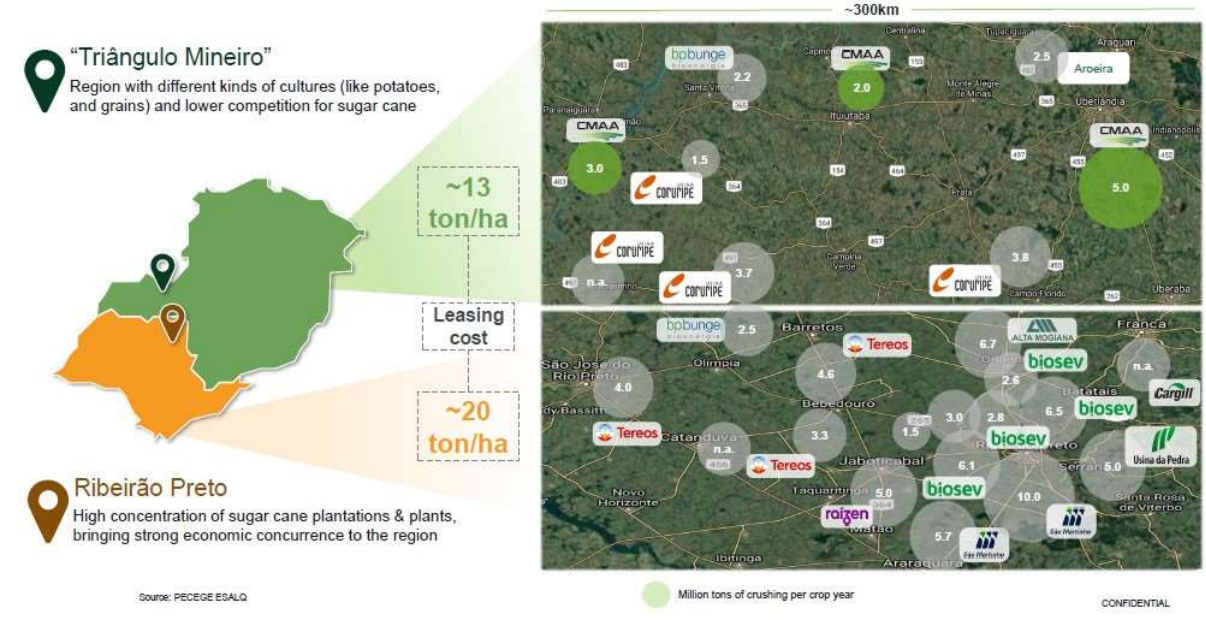


Baixo Custo Operacional

Adicionalmente a uma localização privilegiada e operações com forte viés tecnológico, a CMAA garante uma de suas mais fortes vantagens competitivas: os custos operacionais reduzidos.

A região do Triângulo Mineiro, onde estão focadas as operações da Companhia, apresenta uma base diversa de culturas para o mercado agrícola. Conhecida por sua pecuária e plantação de girassóis, a região possui competição limitada pela cana-de-açúcar. Como a CMAA se apresenta como único *player* relevante na região, obtém vantagens competitiva em custos logísticos, além de usufruir de alto poder de barganha com nossos fornecedores - permitindo contratos de longo prazo e parcerias agrícolas duradouras.

Esta localização privilegiada também permite economia em termos de arrendamento. Em comparação com uma região similar e relativamente próxima, a região de Ribeirão Preto, em São Paulo, o Triângulo Mineiro apresenta menor custo de arrendamento. Enquanto em Ribeirão Preto, os custos de arrendamento são, em média, 20 ton/ha, o Triângulo Mineiro apresenta uma economia de 34%, com um custo de apenas 13,20 ton/ha.



Para fortalecer seu pilar de baixos custos operacionais, a CMAA também investe em tecnologia de ponta para a gestão de suas terras. Investindo em tanques com fertilizantes, drones para o monitoramento de terras, plantação pelo sistema MEIOSI, utilização de softwares e monitoramento conectado de suas plantações, a Companhia possui elevado poder de análise e de tomada de decisão para obter custos cada vez mais eficientes, conforme citado anteriormente.

Gerenciamento de Riscos Eficiente

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

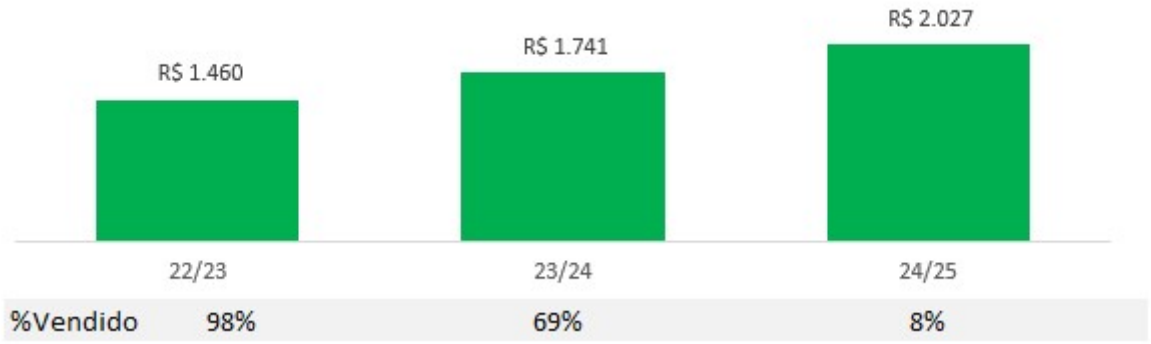
Com uma estratégia de gerenciamento de riscos austera posta como um de principais pilares operacionais, a CMAA baseia suas tomadas de decisões em comitês estruturados de riscos, apoiado em altos padrões de governança e um controle de segurança operacional sofisticado.

Com auxílio de um corpo de assessores independentes e conselho especializados, a Companhia possui comitês de risco e de *hedge* para gerir suas análises de tomada de riscos tanto para curto, como para longo prazo.

Especificamente para o curto prazo, a Companhia estabelece como metas a exposição mínima à variação do câmbio por meio de uma política mandatória de *hedge* e da utilização de derivativos. Para prazos mais longos, a estratégia passa pela regulação de exposição ao câmbio com aprovação prévia e ao *hedge* natural de fornecedores de cana-de-açúcar.

Nesta mesma linha, a CMAA busca fechar seus contratos com antecedência, garantindo previamente uma parcela das receitas e assegurando preços controlados para suas operações. Para os próximos três anos, por exemplo, a Companhia já possui 98%, 69% e 16% das safras vendidas, respectivamente, conforme mostra o gráfico abaixo.

Preço Médio Fixo do Açúcar e Quantidade da Safra Vendida (R$ / ton e %)



Estratégia para Ações de Impacto Ambiental, Social e Instituição de Altos Padrões Governança Corporativa

Para sustentar seus pilares operacionais, a CMAA ainda conta com iniciativas ambientais e sociais impactantes e uma gestão experiente e sólida, capaz de gerir e direcionar a Companhia em direção ao crescimento sustentável. Com elevados padrões de ESG, a CMAA se mostra não apenas produtiva e eficiente, mas consciente e sustentável.

Em relação às frentes ambiental e social, a Companhia demonstra seu poder de ação ao fazer parte do RenovaBio, programa do governo federal brasileiro que visa maior sustentabilidade social, econômica e ambiental do país através da expansão da produção de biocombustíveis; da certificação BonSucro recebida desde 2014, garantindo seus baixos impactos sociais e ambientais e o monitoramento de seus recursos naturais; e por suas iniciativas de impacto social nas comunidades em que opera, como os programas Natal Solidário, Engrenando sua carreira, PEA, Patrulheiro Mirim, Hospital do Amor e seu programa de voluntariado.

Já em relação à governança corporativa, a CMAA se diferencia desde sua criação. A Companhia trabalha seguindo altos padrões de governança, com disciplina financeira e gestão de risco, sendo auditada por uma das “Big Four” e possuindo classificação de risco atual BrAA- pela S&P. Além de contar com um time de gestão qualificado e reconhecido pelo mercado, possui um comitê de estruturação de riscos, sempre buscando entregar credibilidade ao mercado.

Estratégias de Crescimento Podemos dividir as principais avenidas de crescimento da Companhia em duas grandes frentes: (i) inorgânico; e (ii) orgânico.

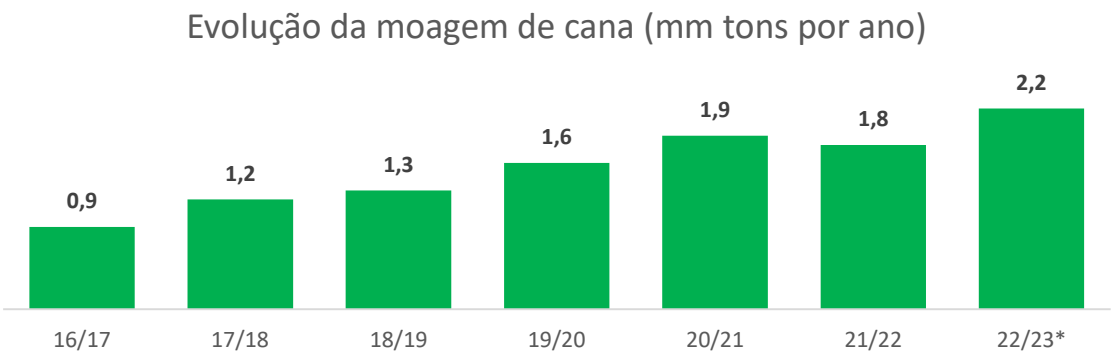
Crescimento Inorgânico

Com um time com ampla experiência de mercado, alinhado a um modelo de negócio sólido e estruturado permitiram à Companhia performar duas aquisições de sucesso nos últimos 4 anos, em que a CMAA conseguiu extrair relevantes ganhos de sinergias. Para os próximos anos, a Companhia pretende continuar com sua estratégia vencedora de aquisições, mantendo um critério restrito para oportunidades alinhadas com seu modelo de negócios.

Em maio de 2016, a Companhia adquiriu a Usina Vale do Pontal, que contava com um Prejuízo Fiscal Acumulado de R$1,1 bilhão e várias ineficiências operacionais: planta de cogeração não estava conectada à rede nacional, ausência de contratos de longo prazo, entre outros. A fim de melhorar e capturar maior eficiência operacional, a CMAA desmobilizou Ativos Fixos subtilizados, reduziu o número de funcionários (de 1.500 para 500, aproximadamente), implementou uma forte cultura transformacional, implementou ferramentas de controle de ricos, conectou a planta de cogeração à rede, além de iniciar já no primeiro ano a

construção da planta de açúcar. Como resultado, reduziu os prejuízos de R$60 milhões (em relação a 2015), além de entregar lucros de R$56 milhões já em 2017.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas



Em dezembro de 2017, a Companhia adquiriu a Usina de Canápolis via leilão, com aproximadamente 40% de deságio em relação ao preço mínimo de avaliação. O lote compreendia 6 mil hectares de terras, mais equipamentos. A usina vinha de um processo de revitalização, uma vez que permaneceu por 4 anos desativada e precisou ser readequada para atender as exigências e conseguir todas licenças ambientais necessárias. Um dos grandes atrativos do ativo é a localização estratégica, com amplo acesso a cadeias logísticas, possiblidade para utilização do mesmo *hub* de distribuição das usinas da CMAA na região do Triângulo Mineiro, além de ter um solo de elevada qualidade para agricultura. Logo na primeira safra, a usina resultou em aproximadamente 830 mil toneladas de cana-de-açúcar.

Crescimento Orgânico

Seguindo os pilares do modelo de negócios da Companhia, a CMAA possui um plano de crescimento orgânico, baseado em aumento das atuais capacidades produtivas, além de melhorar suas eficiências com um todo. Sob essa ótica são esperadas melhoras nas 3 usinas abaixo em cogeração e *stream*, no plantio de cana de açúcar e na irrigação. Adicionalmente, a Companhia analisa entrar em outras verticais de negócios, como: biogás, leveduras, entre outros.

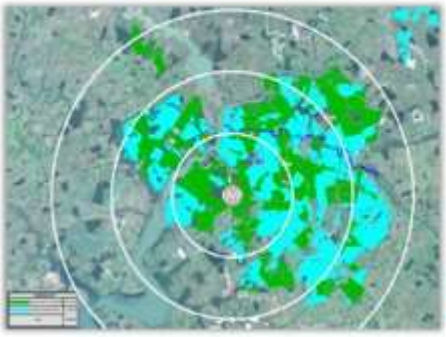
A subsidiária Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S/A começou suas operações em 12 de abril de 2010. Sua unidade fabril possui

capacidade de moagem de aproximadamente 4 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, produzindo açúcar[1], etanol anidro, etanol hidratado e energia, além de subprodutos de óleo de fúsel e bagaço de cana-de-açúcar. Forte crescimento orgânico dirigido por um time de gestão por profissionais com ampla experiência no setor. Até o momento já foram obtidas licenças para 8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar.

[1] Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações Quarterly information - ITR disponibilizado em June 30, 2019

7. Atividad

Vale do Pontal Mill



Expansão potencial mapeada: **41,843 ha**

Requerido para atingir objetivo: **8,942 ha**

Distância Média (atual/futura): **21km / 23km**

Proprietário / área fornecedora de cana de açúcar
Áreas potenciais de expansão

A subsidiária Vale do Pontal Açúcar e Álcool Ltda. é uma empresa privada cujas operações começaram em 2016 e tornaram-se subsidiárias da Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações em 2018. Foi incorporada através da aquisição de um ativo subotimizado com R$1 bilhão de perdas acumuladas, falta de uma cultura empresarial forte e nenhum modelo de *partnership*. A CMMA então implementou várias práticas para aumentar a eficiência operacional da planta, como otimização de pessoal, forte transição cultural e venda de ativos fixos, o que pode ser evidenciado pela transição de perda da companhia passando de R$60 milhões para um ganho de R$56 milhões já no primeiro ano de transição. Sua unidade fabril possui uma capacidade de moagem de aproximadamente 2,5 milhões de toneladas[3] de cana-de-açúcar por ano, produzindo açúcar, etanol anidro, etanol hidratado, além de óleo de fúsel e subprodutos de bagaço de cana-de-açúcar. Até o momento já foram obtidas licenças para 4 milhões de toneladas de cana-de-açúcar.

A subsidiária Canápolis Açúcar e Etanol S/A é uma empresa privada adquirida em dezembro de 2017, através da compra de ativos (6 mil hectares de terra + equipamentos) em um leilão da antiga Usina Triálcool sob um desconto de 40% sobre o valor oficial.

Canápolis Mill

Expansão potencial mapeada: **48,150 ha**

Requerido para atingir objetivo: **33,185 ha**

Distância Média (atual/futura): **16km / 25km**

Proprietário / área fornecedora de cana de açúcar
Áreas potenciais de expansão

A usina havia ficado 4 anos não operacional anterior à aquisição, havendo a necessidade de uma revitalização completa. Seu valor estratégico se dava devido à sua localização premium com amplo acesso a meios logísticos e ao seu solo de alta qualidade.

A companhia passa por um intenso processo de licenciamento e adequação ambiental, com mais de 1,8 milhões de toneladas já obtidas para expansão (objetivo de 6 milhões).

7. Atividades do emissor / 7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria "B" de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria "B" de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

7.9 - Outras informações relevantes

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

8. Negócios extraordinários

8.1 - Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Em 01 de julho de2018, o capital social da CMAA foi aumentado para R$ 379.239 mil, com emissão de 319.224.665 novas ações, das quais foram subscritas pela JFLIM Participações S/A, sendo que a Indoagri Brazil Participações Ltda, passou a deter 372.428.776 ações e a Ápia SP Participações S/A com o montante de 372.428.776 ações. Este ato foi aprovado mediante ata de assembleia geral extraordinária onde o aumento de capital foi de R$ 303.364 para 379.239 na Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações pela subscrição de R$ 75.875 através da emissão de 319.224.665 novas ações ordinárias, integralizada pela JFLIM Participações S.A. com aporte do valor patrimonial da unidade Vale do Pontal Açúcar e Álcool Ltda.

Controladores	Quantidade de ações ordinárias	% em relação à respectiva classe e espécie	% em relação ao capital social
Ápia Participações S.A	372.428.776	35,00%	35,00%
IndoAgri Brazil Participações Ltda.	372.428.776	35,00%	35,00%
JFLIM Participações S.A.	319.224.665	30,00%	30,00%
Total	**1.064.082.217**	**100,00%**	**100,00%**

Em 30 de setembro de 2020, foi iniciada mais uma reorganização societária, visando consolidar as sociedades integrantes do Grupo CMAA. Nesta reorganização, a Usina Canápolis foi adicionada como a mais nova unidade operacional da Companhia, juntamente com a Vale do Tijuco e a Vale do Pontal. Esta movimentação busca organizar de forma mais eficaz as operações e principalmente os negócios associados, simplificando a estrutura do grupo econômico da Companhia e, ao mesmo tempo, dar-lhe mais substância. Com essa movimentação, o capital social da Companhia, encontra-se totalmente subscrito e integralizado e equivale a R$503.892.367,20 (quinhentos e três milhões, oitocentos e noventa e dois mil, trezentos e sessenta e sete reais e vinte centavos), dividido em 1.258.415.911 (um bilhão, duzentas e cinquenta e oito milhões, quatrocentas e quinze mil, novecentas e onze) ações nominativas e sem valor nominal, assim dividido:

Controladores	Quantidade de ações ordinárias	% em relação à respectiva classe e espécie	% em relação ao capital social
Ifar Brazil Pte Ltd.	455.687.717	36,21%	36,21%

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

Ápia SP Participações S.A.	372.428.776	29,60%	29,60%
Rio Grande Investment Pte Ltd.	173.520.239	13,79%	13,79%
JF Investimentos S.A.	83.258.941	6,62%	6,62%
Marseille Fundo de Investimentos em Participações	173.520.238	13,79%	13,79%
Total	**1.258.415.911**	**100,00%**	**100,00%**

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

8.3 - Contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia ou por suas controladas que não fossem diretamente relacionados com suas atividades operacionais nos últimos três exercícios sociais.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

8.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes a esta seção 8 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Justificativa para o não preenchimento do quadro
A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Justificativa para o não preenchimento do quadro
A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Justificativa para o não preenchimento do quadro
A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 9.

2. Comentários dos diretores

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 deste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de março de 2022 e 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com normas internacionais de contabilidade – International Financial Reporting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Boards – IASB , e disponíveis em nosso site http://www.cmaa.ind.br/pt e na página de internet da CVM. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM.

Com base nos fatos mencionados neste item 2.1 e em conjunto com o item 2.11 – Outros Fatores Com Influência Relevante – Análise dos impactos da COVID-19 nas Atividades da Companhia, com o item 4.1 – Descrição dos Fatores de Risco deste Formulário de Referência, a Companhia entende que não há considerações a serem realizadas na demonstração financeira em 31 de março de 2022, no que tange a testes de recuperabilidade de seus ativos, quebras de covenants ou mudança significativa no valor justo de seus ativos e passivos.

A Administração segue monitorando todos os aspectos que possam afetar positiva e negativamente a Companhia. No momento, nossa prioridade é o cuidado e atenção com as pessoas, sem, contudo, deixarmos de acompanhar as oscilações mercadológicas aos quais nossos produtos estão inseridos, ocasionadas pela queda da atividade econômica nacional.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações contábeis e demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores, com o esclarecimento dos resultados obtidos. Assim, constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras ou nas informações contábeis intermediarias sobre a situação financeira da Companhia. A Diretoria não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas referentes aos exercícios sociais encerrados 31 de março de 2022 e 2021.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha (i) em relação à receita operacional líquida para os períodos/exercícios aplicáveis, quando da análise das demonstrações dos resultados; ou (ii) em relação ao total do ativo e/ou total do passivo somado ao total do Patrimônio Líquido, nos respectivos períodos e exercícios, quando da análise do balanço patrimonial.

As informações constantes neste item 10 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2022 e 2021, disponíveis em nosso site http://www.cmaa.ind.br/pt/central-de-resultados e na página de internet da CVM (www.cvm.gov.br).

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócio, desenvolver seus projetos e cumprir suas obrigações de curto e longo prazo. As atividades da

Companhia foram e estão sendo suportadas por recursos aportados por seus acionistas e por recursos captados junto a terceiros, conforme descrito nos itens "b" e "f" deste item 2.1.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2019 e 2020, as atividades e aquisições da Companhia foram suportadas por recursos captados junto a terceiros para a expansão das usinas com a finalidade de atingir capacidade de moagem de 9 milhões de toneladas de cana para a safra 2022/2023. Desta forma, a estrutura de capital da Companhia, em 31 de março de 2022, contava com 90,6% de recursos de terceiros (passivo circulante mais passivo não circulante) e 9,4% de capital próprio. A Companhia encerrou com uma posição consolidada de caixa líquido de R$898.470 mil , e com patrimônio líquido de R$446.083 mil.

A Companhia mostrou um excelente desempenho na sua décima primeira safra denominada "safra 2021/2022". Com moagem de 7,9 milhões de toneladas, o volume processado foi 25% (vinte e seis por cento) superior ao volume de cana-de- açúcar moída na safra 2020/2021. Durante a safra foram produzidos: (a) 572 mil toneladas de açúcar VHP; (b) 317 mil m³ de etanol; e (c) 359 mil MWh de energia. Adicionalmente, foram geradas 242 mil unidades de CBIOS.

Indicadores financeiros consolidados:

(em milhares de reais, exceto índices)	Em 31 de março de	
	2022	2021
Ativo Circulante	1.535.175	965.604
Passivo Circulante	1.420.628	1.034.463
Liquidez Corrente(1)	1,080	0,933
Índice de Endividamento(2)	9,62	11,47
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	1.702.597	1.188.700
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	900.795	526.241
Dívida Líquida(3)	801.802	662.459
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	1,80	2,51
Lucro Líquido do exercício	195.085	176.161

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(em milhares de reais, exceto %)	Exercício social findo em 31 de março de	
	2022	2021
Margem Bruta(4)	30,01%	29,32%
EBITDA(5)	866.840	664.536
Margem EBITDA (6)	48,2%	48,3%
EBITDA Ajustado(7)	625.090	625.090
Margem EBITDA Ajustado(8)	45,5%	45,5%

1. Liquidez Corrente: Ativo Circulante divido pelo Passivo Circulante.

2. Índice de Endividamento: (Passivo Circulante acrescido do Passivo Não Circulante) dividido pelo Patrimônio Líquido.

3. Dívida Líquida: A Dívida Líquida corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), (Dívida Bruta), deduzido dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante). A dívida líquida não é uma medida segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS). Outras companhias podem calcular a dívida líquida de maneira diferente de nós.

4. Margem Bruta: Lucro Bruto dividido pela Receita Operacional Líquida.

5. O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com Instrução CVM n.º 527 expedida em 4 de outubro de 2012, que dispõe sobre a forma de divulgação voluntária do EBITDA pelas companhias abertas e consiste no lucro líquido do exercício ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS, emitidas pelo IASB e não deve ser considerado como substitutos para o lucro líquido,

como indicador do desempenho operacional ou performance da Companhia.

6. Margem EBITDA: EBITDA/Receita Operacional Líquida.

7. O EBITDA Ajustado é calculado do EBITDA acrescido ou reduzido para excluir o resultado da seguinte operação: baixa, em 2019, de gastos incorridos na prospecção de terrenos. O EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS, e não deve ser considerado como substitutos para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional ou performance da Companhia.

8. Margem EBITDA Ajustado: EBITDA Ajustado/Receita operacional Líquida.

O ativo circulante da Companhia totalizou, em 31 de março de 2022 e 2021, respectivamente, R$1.535.175 mil e R$965.604 mil. Essas variações são decorrentes dos principais fatos:

(i) Aumento de R$569.571 mil, no comparativo entre 31 de março de 2022 contra 31 de março de 2021, conforme segue:

Caixa e equivalentes de caixa - aumento de R$379.813 mil ou 74,16%: i) caixa líquido gerado nas atividades operacionais de R$813.810 mil; ii) R$(563.605) no caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos; e iii) R$129.608 mil de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos;

Estoques - aumento de R$40.569 mil ou -79,07%: decorrente do acréscimo no volume e no custo médio dos produtos acabados frente ao período comparativo, o fator que contribuiu de forma relevante foi o início antecipado da moagem, estratégia da Companhia em reestabelecer os volumes de estoque em função das altas de preço do etanol e do açúcar VHP;

Ativo Biológico - aumento de R$111.825 mil ou 59,17%: decorrente da elevação de 14% no custo unitário dos tratos culturais, associado a ampliação de 33% na área tratada pela Companhia frente ao período comparativo. Outro fator relevante foi o impacto sofrido nas premissas utilizadas para cálculo do valor justo como o aumento do preço do etanol, do açúcar VHP e a elevação do custo médio ponderado de capital da Companhia;

Instrumentos financeiros derivativos - aumento de R$51.915 mil ou 4958,42%: os instrumentos financeiros são reconhecidos pelo método de valor justo, levando em consideração a posição do nocional, que pode ser de ganho (ativo) ou perda (passivo) na data do balanço. A variação corresponde significativamente aos vencimentos de termos de commodities e moedas, atrelados a exportação de açúcar da safra de 22-23.

O passivo circulante da Companhia totalizou em 31 de março de 2022 e 2021, respectivamente, R$1.420.628 mil e R$1.034.463 mil. Essas variações são decorrentes de:

i) Aumento de R$386.165 mil no passivo circulante no comparativo entre 31 de março de 2022 contra 31 de março de 2021, conforme segue:

Instrumentos financeiros e derivativos - aumento de R$ 104.111 mil ou 35,12%: os instrumentos financeiros são reconhecidos pelo método de valor justo, levando em consideração a posição do nocional, que pode ser de ganho (ativo) ou perda (passivo) na data do balanço. A variação corresponde significativamente aos vencimentos de termos de commodities e moedas, atrelados a exportação de açúcar da safra de 22-23.

Adiantamento de Clientes - aumento de R$ 140.400 mil ou 178,96% decorrente da redução do prazo de obrigações com clientes, atrelada a entrega de açúcar VHP;

Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar - aumento de R$143.828 mil ou 113,99%: decorrente de adição de novos contratos de arrendamento pactuados, visando a expansão das áreas e remensuração dos contratos vigentes em função da variação do ATR (Consecana SP) do período (Mar-22 R$ 1,1792/KG frente Mar-21 R$ 0,7783/KG).

Os índices de liquidez corrente, apurados em 31 de março de 2022 e 2021, respectivamente, de 1,08x e 0,93x. A variação de 2022 frente a 2021, deve-se, significativamente, ao acréscimo de R$ 379.813 mil ou 74,16% na rubrica de caixa e equivalentes de caixa, em contrapartida houve redução de R$ 26.080 mil ou 10,32%, o que reforça a estratégia da Companhia de manter um caixa robusto e diluir o endividamento no longo prazo;

Os índices de endividamento, apurados em 31 de março de 2022 e 2021 foram, respectivamente, de 9,62 e 11,47. A variação de 2022 frente a 2021 decorre da remensuração do passivo de arrendamento e parcerias agrícolas a pagar, citada anteriormente, associada a redução nas perdas com variação cambial futura de termos de commodities e moedas, e o aumento na reserva de lucros em decorrência da apuração do resultado do exercício, ocasionando aumento significativa do patrimônio líquido.

Os empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) totalizaram, em 31 de março de 2022 e 2021, respectivamente, R$1.702.597 mil e R$1.188.700 mil. A variação corresponde significativamente às captações de recursos realizados através de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA), as quais totalizaram o montante de R$600.000 mil.

No item 2.1 (f.i) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia.

Os diretores acreditam que as métricas de lucro líquido e o crescimento do EBITDA e da Margem EBITDA apresentada demonstrem a melhora significativa de desempenho da Companhia alcançadas através de aumento na produtividade e melhor posicionamento na venda.

b. estrutura de capital

Os Diretores entendem que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada para consecução de seu modelo de negócios, com equilíbrio de recursos de seus acionistas e aqueles captados junto a terceiros, com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seu modelo de negócios e maximizar o retorno e o valor gerado aos seus acionistas, produzindo ganhos de eficiência de forma sustentável e consistente ao longo dos anos.

Em 31 de março de 2022, o capital social da Companhia era de R$503.892 mil, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.258.415.912 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Abaixo encontra-se demonstrada a divisão da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio (representada pelo patrimônio líquido) e capital de terceiros (correspondente ao passivo circulante e não circulante) nas datas indicadas:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(em milhares de reais, exceto %)	Em 31 de março de	
	2022	2021
Passivo circulante (a)	1.420.628	1.034.463
Passivo não circulante (b)	2.871.851	1.990.377
Patrimônio líquido (c)	446.083	263.642
Total (d)	4.738.562	3.288.482
Capital de Terceiros ((a+b)/d)	90,6%	92,0%
Capital Próprio (c/d)	9,4%	8,0%
Passivo total (a+b)	4.292.479	3.024.840
Passivo total/ Patrimônio Líquido	9,623	11,473

A Diretoria entende que, como sua estrutura de capital está formada por 90,6 % de capital de terceiros, esta pode ser considerada como altamente alavancada. Parcela significativa do capital de terceiros é formada pelos empréstimos e financiamentos de R$1.702.597mil o que representa 35,9% do passivo total; arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar, R$1.485.939 mil, o que representa 31,4% do passivo total; e instrumentos financeiros derivativos, R$543.127 mil, o que representa 11,5% do passivo total.

O patrimônio líquido da Companhia passou de R$263.642 mil, em 31 de março de 2021, para R$446.083 mil, em 31 de março de 2022. Este aumento no patrimônio líquido ocorreu devido, principalmente, a : i) redução nas perdas líquidas de hedge de fluxo de caixa, decorrente da variação cambial futura dos instrumentos financeiros no montante de R$47.350 mil parcialmente compensadas por: ii) lucro líquido do exercício no montante de R$135.092 mil .

Não há intenção de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria acredita que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outras obrigações a serem pagos nos próximos doze meses, embora não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada, em função da instabilidade econômica gerada principalmente pelo ano eleitoral no Brasil, pela alta de preço dos insumos e sua disponibilidade, sendo que parte desse impacto está diretamente relacionado ao conflito entre Rússia e Ucrânia. A Diretoria acredita que, caso entenda necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a Companhia terá capacidade para contratá-los.

(em milhares de reais, exceto índices)	Em 31 de março de	
	2022	2021
Ativo Circulante (a)	**1.535.175**	965.604
Passivo Circulante (b)	**1.420.628**	1.034.463
Liquidez Corrente (a/b)	**1,08**	0,93

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Além de financiar nosso capital de giro com recursos de suas operações, a Companhia capta recursos por meio de contratos financeiros e através da emissão de valores mobiliários (nesse caso, emitidas por suas subsidiárias), em especial debêntures e CRA, quando necessário, os quais são empregados no financiamento de suas necessidades de capital de giro, em investimentos de curto e longo prazo e em investimentos relevantes em ativos não circulantes, bem como na manutenção das disponibilidades de caixa da Companhia em nível que a Diretoria acredita ser apropriado para o desempenho das atividades da Companhia. Além disso, a Companhia poderá contar com aportes adicionais de recursos de seus acionistas, caso estes se façam necessários.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os principais investimentos em ativos não circulantes ao longo dos 03 últimos exercícios sociais referem-se (i) à expansão e formação dos canaviais - o que, consequentemente, gerou aumento na capacidade de moagem das 03 usinas para 9,0 milhões de toneladas por ano durante a safra 2021/2022, (ii) adequação da cogeração de energia na planta industrial da Vale do Pontal Açúcar e Etanol Ltda., e (iii) recuperação da planta industrial na usina Canápolis Açúcar e Etanol S.A. Para a hipótese de eventuais coberturas de deficiência de liquidez, mantidas as condições macroeconômicas atuais, a Companhia poderá utilizar os mesmos recursos de financiamento que já utilizou, conforme descrito no item (d) acima e, caso a Diretoria entenda necessário, a Companhia poderá contrair novos empréstimos para financiar seus investimentos. A Diretoria acredita que a Companhia possui capacidade para contratar novos empréstimos, se necessários, podendo, inclusive, se valer do mercado de capitais como uma fonte de recursos para referidos investimentos.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

O saldo de empréstimos e financiamentos, em 31 de março de 2022 e 2021 estão indicados na tabela abaixo:

Linha de crédito (Em R$ milhares)	Ref.	Moeda	Indexador	31/03/2022	31/03/2021
CCB	(c)	R$	CDI	47.219	65.704
CCB	(c)	R$	SELIC	12.135	17.563
CCE	(b)	R$	CDI	148,111	107.709
CPR	(c)	R$	CDI	59.109	48.389
CPR	(c)	R$	Pré-fixada	10.073	20.116
CRA	(d)	R$	CDI	116.599	227.810
CRA	(d)	R$	IPCA	1.183.136	514.467
Finame	(a)	R$	Pré-fixada	7.348	10.932
Finame	(a)	R$	TJLP	916	2.701
Finame	(a)	R$	SELIC	679	1.035
Finame	(a)	R$	TLP	76.822	42.820
Finem	(a)	R$	TLP	88.535	94.283
NCE	(b)	R$	CDI	-	60.028
PPE	(b)	USD	LIBOR	-	-
				1.750.682	1.213.557
Custos de transação				(48.085)	(24.857)
Total (*)				**1.702.597**	**1.188.700**

Passivo circulante 226.576 252.656

1 Passivo não circulante 1.476.921 936.044 nanceiras/patrimoniais

(a)Refere-se a empréstimos contratados com o objetivo de financiar a aquisição de equipamentos industriais e agrícolas. Os empréstimos possuem carência para pagamento da primeira parcela do principal de 6 a 24 meses da data da contratação. Os contratos estão garantidos pela cessão fiduciária em alienação dos bens como objeto de financiamento;

(b) Refere-se a empréstimos que foram firmados com diversas instituições financeiras e serão liquidados através de exportações efetuadas durante os exercícios de 2022 e 2026;

(c) Refere-se a empréstimos que foram firmados com diversas instituições financeiras e serão liquidados durante os exercícios de 2022 e 2024; e

(d) Referem-se a Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA").

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de março de 2022, a Companhia não possuía qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior. Os Diretores acreditam que a Companhia possui um relacionamento próximo com as principais instituições financeiras no mercado brasileiro, com disponibilidade de linhas de crédito em caso de demandas adicionais de capital de giro.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

De acordo com os contratos das dívidas contraídas pela Companhia, nenhuma delas possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas.
Não haverá ordem de precedência nas dívidas contraídas pela Companhia em eventual concurso universal de credores, ressalvadas as garantias reais constituídas nos termos indicados acima.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A controlada Vale do Tijuco cumpriu todas as obrigações contratuais decorrentes de financiamento relacionadas a indicadores financeiros (covenants) para o exercício referente ao período de 12 meses encerrado em 31 de março de 2022. Dessa forma, não há qualquer restrição imposta ao emissor.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A maioria das dívidas da Companhia é destinada a propósitos específicos como, por exemplo, linhas de BNDES para financiamento de ativos não circulantes, e linhas de curto prazo para o financiamento do capital de giro, as quais são utilizadas exclusivamente para seus respectivos propósitos.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2021

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS (em milhares de reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de março de		Exercício social encerrado em 31 de março de		AH
	2022	AV	2021	AV	
Receita operacional líquida	1.797.711	100,00%	1.375.005	100,00%	30,74%
Custo das vendas e serviços	(1.258.042)	-70,0%	(971.786)	-70,70%	29,46%
Lucro bruto	**539.669**	**30,0%**	**403.219**	**29,30%**	33,84%

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS (em milhares de reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de março de		Exercício social encerrado em 31 de março de		AH
	2022	AV	2021	AV	
Despesas operacionais					
\Despesas com vendas	(128.777)	-10,0%	(86.336)	-6,30%	49,16%
Despesas administrativas	(57.840)	-3,2%	(40.723)	-3,00%	42,03%
Outras receitas operacionais, líquidas	25.809	1,4%	29.763	2,20%	-13,28%
Resultado de equivalência patrimonial	203	0,0%	(19)	0,00%	-1168,42%
Resultado antes das receitas financeiras líquidas, e impostos	**379.064**	**21,1%**	**305.944**	**22,20%**	-152,49%
Resultado financeiro, líquido	**(238.864)**	**-13,3%**	**(103.764)**	**-7,55%**	130,20%
Despesas financeiras	(477.739)	-26,6%	(332.115)	-24,10%	43,85%
Receitas financeiras	238.875	13,3%	228.350	16,60%	4,61%
Resultado antes dos impostos	**140.200**	**7,8%**	**202.140**	**14,90%**	-30,64%
Imposto de renda e contribuição	**54.885**	**3,05%**	**(25.979)**	**-1,90%**	-311,27%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(6.206)	-0,35%	(21.900)	-1,60%	-71,66%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	61.091	3,40%	(4.079)	-0,30%	-1597,70%
Lucro líquido do exercício	**195.085**	**10,85%**	**176.161**	**12,80%**	10,74%

Receita operacional líquida

No exercício social encerrado em 31 de março de 2022 a receita operacional líquida foi de R$ 1.797.311 mil, comparativamente a R$ 1.375.005 mil em 31 de março de 2021, o que representou um aumento de R$ 422.706 mil, equivalente a 30,7%. As razões para referido aumento estão explicadas abaixo:

	Consolidado	
	2022	2021
Receita bruta de vendas e serviços:		
Etanol mercado interno	1.035.191	725.604
Etanol mercado externo	62.930	-
Açúcar mercado interno	33.067	1.842
Açúcar mercado externo	990.281	734.777
Hedge accounting (nota 25)	(324.621)	(105.253)
Energia elétrica	107.515	102.450
CBIOs	12.520	9.147
Outras receitas	16.482	20.485
Receita bruta	**1.933.365**	**1.489.052**
Impostos sobre vendas	(135.654)	(114.047)
Receita líquida	**1.797.711**	**1.375.005**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O crescimento da receita operacional líquida é resultante do aumento de moagem que a CMAA registrou em 31 de março de 2022, de 7,9 milhões de toneladas em relação a 6,4 milhões de toneladas de cana em 31 de março de 2021, crescimento esse que corresponde a 15,1%. A usina Canápolis foi incorporada em 30 de setembro de 2020 pela CMAA, contribuindo, na safra 20/21 com uma moagem de 1,4 milhões de toneladas de cana para essa safra que não estão sendo considerados na moagem comparativa. Na receita, foi considerado apenas os efeitos a partir de 01/10 de 2020. Na safra 21/22, toda a receita e consequentemente toda a moagem proveniente da Usina Canápolis foram consideradas nos resultados consolidados do grupo CMAA.

Custo das vendas e serviços

No exercício social encerrado em 31 de março de 2022 os custos das vendas e serviços foram de R$ (1.258.042) mil, comparativamente a R$ (971.786) mil, em 31 de março de 2021, o que representou um aumento de R$ (286.256) mil, equivalente a 29,5%. Essa variação decorre, principalmente, do aumento de moagem, em cerca de 15,1% em 31 de março de 2022, o que resultou em um volume maior de vendas de açúcar, etanol e energias negociados no período. O principal motivo para o aumento dos custos, é que durante a safra 22/23, todo o custo referente a Usina Canápolis foi considerado no resultado da Companhia, diferentemente da safra 21/22, onde foi considerando no resultado apenas os custos referentes ao último semestre, período após a incorporação da Canápolis, uma vez que o resultado líquido em 30/09 foi considerado como componente do acervo líquido adquirido. Outro fator de impacto no aumento da receita foi uma melhora de preços das commodities em relação ao período comparativo.

Lucro bruto

No exercício social encerrado em 31 de março de 2022 o resultado bruto foi de R$ 539.669 mil, comparativamente a R$ 403.219 mil, em 31 de março de 2021, o que representou um aumento de R$ 136.450 mil, equivalente a 33,8%. Essa variação decorre, principalmente, dos aumentos de moagem na safra 21/22- cerca de 15,1%, aumento da receita em 30,7% em contrapartida a um aumento nos custos de 29,5%. O aumento percentual no lucro bruto acompanha em linha muito próxima os percentuais de aumento nas receitas e nos custos da Companhia.

Despesas operacionais

Despesas com vendas

No exercício social encerrado em 31 de março de 2022 as despesas com vendas foram de R$ (128.777) mil, comparativamente a R$ (86.336) mil, em 31 de março de 2021, o que representou um aumento de R$ (42.441) mil, equivalente a 49,2%. Essa variação é decorre, principalmente, de aumento nas despesas com frete, devido ao maior volume de produção e de comercialização de açúcar VHP, em relação a 31 de março de 2021, mas principalmente pelo aumento do custo unitário dos fretes que foram severamente impactados pela inflação e pelas altas no preço dos combustíveis.

Despesas e administrativas

No exercício social encerrado em 31 de março de 2022, as despesas administrativas foram de R$ (57.840) mil, comparativamente a R$(40.723) mil em 31 de março de 2021, o que representa um aumento de R$ (17.117) mil, equivalente a 42%. A variação é principalmente decorrente do aumento de R$ (4,5) milhões nas despesas com pessoal, R$ (6,9) milhões de serviço prestados por terceiros, e R$ (2,4) milhões relacionados a depreciação administrativa em 31 de março de 2022, em relação a 31 de março de 2021.

Outras Receitas Operacionais, líquidas

No exercício social encerrado em 31 de março de 2022 as outras receitas (despesas) operacionais líquidas foram de R$ 25.809 mil, comparativamente a R$ 29.763 mil, em 31 de março de 2021, o que representou uma redução de R$ (3.954) mil, equivalente a 13.3%. No período comparativo, a Companhia incorreu em receitas com perdão de dívida da empresa Bacuri Agrícola para com a empresa Vale do Pontal, em cerca de R$ 22,9 milhões, isso não ocorreu na safra 21/22. Na safra encerrada em 31 de março de 2022, houve aumento na receita referente a baixa de contratos de arrendamentos em R$ 9.743, equivalente a 1.465,1%, reconhecimento de ganhos com cotas em cooperativas de R$ 3.612, aumento de 2.148 em receitas com obrigações atuariais. Tanto as receitas com cotas em cooperativas quanto obrigações atuariais não existiam no período comparativo.

Resultado de equivalência patrimonial

No exercício social encerrado em 31 de março de 2022, o resultado de equivalência patrimonial foi de R$ 203 mil, comparativamente a R$ (19) mil, em 31 de março de 2021, o que representa um aumento de R$ 222 mil, equivalente a 1.168,4%. Essa variação é decorrente de resultado de equivalência patrimonial onde a Vale do Tijuco detêm 26% de participação na CZ Energy e a usina Canápolis detêm 25%, empresa criada para a comercialização de etanol em parceria com a Czarnikow. No período comparativo, a CZ ainda estava em estágio pré-operacional, iniciando suas operações durante a safra 21/22, motivo este que faz com que o resultado comparativo fosse negativo, frente ao resultado positivo da safra atual.

Resultado antes das receitas líquidas, e impostos

No exercício social encerrado em 31 de março de 2022 o resultado antes do resultado financeiro e dos tributos foi de R$ 379.064 mil, comparativamente a R$ 305.944 mil, em 31 de março de 2021, o que representou um aumento de R$ 73.120 mil, equivalente a 23,9%. Essa variação decorre, principalmente, do aumento da receita operacional em torno de 30,7%, aumento dos custos de vendas em torno de 29,5%, aumento nas despesas e receitas operacionais de 65%, aliando-se a isso, o fato de que na safra atual, o resultado de 12 meses da Usina Canápolis foi considerado no resultado consolidado da Companhia, diferente da safra comparativa, onde, para efeitos contábeis, apenas o resultado após a incorporação ocorrida em 30 de setembro de 2020 foi considerado.

Resultado financeiro líquido

Despesas financeiras

No exercício social encerrado em 31 de março de 2022 as despesas financeiras foram de R$ (477.739) mil, comparativamente a R$ (332.115) mil, em 31 de março de 2021, o que representou um aumento de R$ (145.624) mil, equivalente a 43,8%. Essa variação decorre, principalmente, de aumento de R$ (73.740) mil, equivalente a 83,8% nas contas de despesas com Juros sobre empréstimos e financiamentos explicado pela alta na taxa de juros. Aumento de R$ (61.770) mil, equivalente a 132,1% de ajuste a valor presente de arrendamentos mercantis.

Receitas financeiras

No exercício social encerrado em 31 de março de 2022, as receitas financeiras foram de R$ 238.875 mil, comparativamente a R$ 228.350 em 31 de março de 2021, o que representa um aumento de R$ 10.524 mil, equivalente a 4,6%. Essa variação decorre, principalmente, da diminuição dos ganhos com instrumentos financeiros (MTM de swaps) de R$ (22.834) mil, aumento dos rendimentos sobre aplicações financeiras em R$ 12.401 mil, aumento de variação cambial ativa sobre recebíveis em R$ 15.545 mil, redução de R$ (8.436) em ganhos efetivos com instrumentos financeiros derivativos, e aumento nos juros ativos sobre arrendamentos a receber de R$ 14.145.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Corrente

No exercício social encerrado em 31 de março de 2022 o imposto de renda e contribuição social corrente foi de R$ (6.206) mil, comparativamente a R$ (21.900) mil, em 31 de março de 2021, o que representou uma redução de R$ 15.694 mil, equivalente a 71,7%. Essa variação decorre, principalmente de um menor resultado fiscal apurado no exercício em relação ao período comparativo.

Diferido

No exercício social encerrado em 31 de março de 2022 o imposto de renda e contribuição social diferido foi de R$ 61.091 mil, comparativamente a R$ (4.079) mil, em 31 de março de 2021, o que representou uma variação de 65.170 mil, equivalente a 1.597,7%. Essa variação decorre, principalmente, devido ao reconhecimento dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa que estavam sendo controlados apenas na parte B do LALUR (100% Vale do Tijuco e Usina Canápolis), com base na análise de recuperabilidade atual.

Lucro líquido consolidado do exercício

No exercício social encerrado em 31 de março de 2022 o lucro/prejuízo líquido do período foi de R$ 195.085 mil, comparativamente a R$ 176.161 mil, em 31 de março de 2021, o que representou um aumento de R$ 18.924 mil, equivalente a 10,7%. Essa variação decorre das variações explicadas acima.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO LEVANTADO EM 31 DE MARÇO DE 2022 COMPARADO COM O DE 31 DE MARÇO DE 2021

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	31/03/2022	31/03/2021	AV	AH
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	891.989	512.176	18,8%	74,2%
Aplicações financeiras	6.481	5.168	0,1%	25,4%
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	53.591	66.550	1,1%	-19,5%
Arrendamentos a receber	84.430	88.145	1,8%	-4,2%
Estoques	91.878	51.309	1,9%	79,1%
Ativo biológico	300.813	188.988	6,3%	59,2%
Impostos e contribuições a recuperar	38.588	34.093	0,8%	13,2%
Adiantamento a fornecedores e outros ativos	14.443	18.128	0,3%	-20,3%
Instrumentos financeiros derivativos	52.962	1.047	1,1%	4958,5%
Total do ativo circulante	**1.535.175**	**965.604**	**32,4%**	**59,0%**
Ativo não circulante				
Aplicações financeiras	2.325	8.897	0,0%	-73,9%
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	43.285	59.251	0,9%	-26,9%
Arrendamentos a receber	412.584	228.642	8,7%	80,4%
Impostos e contribuições a recuperar	26.570	29.360	0,6%	-9,5%
Adiantamento a fornecedores e outros ativos	-	1.283	0,0%	0,0%
Depósitos judiciais	1.060	1.696	0,0%	-37,5%
Instrumentos financeiros derivativos	176.247	68.535	3,7%	157,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	216.911	217.347	4,6%	-0,2%
Investimentos	9.514	4.927	0,2%	93,1%
Imobilizado	1.283.474	1.186.843	27,1%	8,1%
Intangível	6.384	8.729	0,1%	-26,9%
Direito de uso	1.025.033	507.368	21,6%	102,0%
Total do ativo não circulante	**3.203.387**	**2.322.878**	**67,6%**	**37,9%**
Total do ativo	**4.738.562**	**3.288.482**	**100,0%**	**44,1%**

	31/03/2022	31/03/2021	AV	AH
Passivo e patrimônio líquido				
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	226.576	252.656	4,8%	-10,3%
Fornecedores e outras contas a pagar	230.296	223.562	4,9%	3,0%
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	270.000	126.172	5,7%	114,0%
Adiantamento de clientes	218.854	78.454	4,6%	179,0%
Instrumentos financeiros derivativos	400.520	296.409	8,5%	35,1%
Provisões e encargos trabalhistas	46.160	36.133	1,0%	27,8%
Obrigações fiscais	28.155	20.054	0,6%	40,4%
Outros passivos	67	1.023	0,0%	-93,5%
Total do passivo circulante	**1.420.628**	**1.034.463**	**30,0%**	**37,3%**
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	1.476.021	936.044	31,1%	57,7%
Fornecedores e outras contas a pagar	798	1.748	0,0%	-54,3%
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	1.215.939	620.000	25,7%	96,1%
Adiantamento de clientes	35.027	157.070	0,7%	-77,7%
Provisões para demandas judiciais	1.459	2.228	0,0%	-34,5%
Instrumentos financeiros derivativos	142.607	269.858	3,0%	-47,2%
Outros passivos	-	3.429	0,0%	0,0%
Total do passivo não circulante	**2.871.851**	**1.990.377**	**60,6%**	**44,3%**
Patrimônio líquido				
Capital social	503.892	503.892	10,6%	0,0%
Reserva de capital	4.164	4.164	0,1%	0,0%
Reservas de lucros	246.659	111.567	5,2%	121,1%
Ajuste de avaliação patrimonial	(308.632)	(355.981)	-6,5%	-13,3%
Total do patrimônio líquido	**446.083**	**263.642**	**9,4%**	**69,2%**
Total do passivo e patrimônio líquido	**4.738.562**	**3.288.482**	**100,0%**	**44,1%**

Ativo Circulante

O ativo circulante da Companhia totalizou, em 31 de março de 2022 e 2021, R$1.535.175 mil e R$965.604 mil, respectivamente, aumento de R$569.571 mil, em relação ao período comparativo. Essas variações são decorrentes dos principais fatos:

Caixa e equivalentes de caixa - aumento de R$379.813 mil ou 74,16%: i) caixa líquido gerado nas atividades operacionais de R$813.810 mil; ii) R$(563.605) no caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos; e iii) R$129.608 mil de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Estoques - aumento de R$ 40.569 mil ou 79,1%: decorrente do acréscimo no volume e no custo médio dos produtos acabados frente ao período comparativo, o fator que contribuiu de forma relevante foi o início antecipado da moagem, estratégia da Companhia em reestabelecer os volumes de estoque em função das altas de preço do etanol e do açúcar VHP.

Ativo Biológico - aumento de R$111.825 mil ou 59,2%: decorrente da elevação de 14% no custo unitário dos tratos culturais, associado a ampliação de 33% na área tratada pela Companhia frente ao período comparativo. Outro fator relevante foi o impacto sofrido nas premissas utilizadas para cálculo do valor justo como o aumento do preço do etanol, do açúcar VHP e a elevação do custo médio ponderado de capital da Companhia.

Instrumentos financeiros derivativos - aumento de R$ 51.915 mil ou 4.958,4%: os instrumentos financeiros são reconhecidos pelo método de valor justo, levando em consideração a posição do nocional, que pode ser de ganho (ativo) ou perda (passivo) na data do balanço. Decréscimo de 1.219 na posição total de nocional fixada em relação ao período comparativo, devido à redução de USD 180.025 mil oriundos de termos de commodities e moedas, aliada à oscilação de 11% no ptax, R$5,76, em 31 de março de 2021, contra R$5,20, em 31 de março de 2020. Acréscimo de R$178.806 mil na posição fixada em reais, referente basicamente à troca de índices financeiros na mensuração da taxa de juros.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante da Companhia totalizou, em 31 de março de 2022 e 2021, R$3.203.387 mil e R$ 2.322.878 mil, respectivamente, aumento de R$ 880.509 mil, em relação ao período comparativo. Essas variações são decorrentes dos principais fatos:

Arrendamentos a receber - aumento de R$ 183.942 ou 80,4%: durante a safra, em linha com as estratégias da Companhia, incorreu-se em adições de novos contratos de cessão, registrados como arrendamentos a receber, totalizando R$ 123.678. Os contratos são remensurados anualmente, com base no Açúcar Total Recuperável (ATR) do fechamento, e durante a safra, tendo efeito de R$ 119.097. Outras movimentações líquidas de R$ (62.470).

Instrumentos financeiros derivativos - aumento de R$ 107.712 ou 157,2%: os motivos para a variação no longo prazo seguem a mesma lógica das explicações do tópico “instrumentos financeiros” citados acima no curto prazo.

Direito de uso arrendamentos - aumento de R$ 517.665 ou 21,6%: os principais fatores que impactaram a variação do direito de uso são conforme segue: adição de novos contratos, R$ 393.626, transferência de tipo de propriedade, R$ (12.039), remensuração, R$293.193 milhões, amortização (reconhecimento de CPV) R$(125.365) milhões, baixa R$(22.748) milhões.

Passivo Circulante

O passivo circulante da Companhia totalizou em 31 de março de 2022 e 2021, respectivamente, R$1.420.628 mil e R$1.034.463 mil. Essas variações são decorrentes de: i) Aumento de R$386.165 mil no passivo circulante no comparativo entre 31 de março de 2022 contra 31 de março de 2021, conforme segue:

Instrumentos financeiros e derivativos - aumento de R$ 104.111 mil ou 35,12%: (i) acréscimo de R$157.065 mil na posição total de nocional fixada em relação ao período comparativo, devido ao aumento de USD 233.782, oriundo de termos de commodities e moedas, aliada à oscilação de 11% no ptax, R$5,70 em 31 de março de 2021, contra R$5,20 em 31 de março de 2020; (ii) decréscimo de R$178.806 mil na posição fixada em reais, referente, basicamente, à troca de índices financeiros na mensuração da taxa de juros.

Adiantamento de Clientes - aumento de R$ 140.400 mil ou 178,96%devido os custos de matéria prima refletirem a elevação nos preços de Açúcar Total Recuperável (ATR). Além disso, houve aumento nas compras de insumos e peças (estoques) no período, com a entrada em operação da Usina Canápolis.

Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar - aumento de R$143.828 ou 113,99%: decorrente da incorporação da Usina Canápolis, e novos contratos de arrendamento pactuados, visando a expansão das áreas.

Passivo Não Circulante

Empréstimos e financiamentos - aumento R$ 539.977 decorrente principalmente da captação de um CRA de R$ 600.000 mil em 17 de fevereiro de 2022, além do aumento de 5,69% na taxa média de captação (13,20% em 31/03/22 contra 7,51% em 31/03/21), impulsionada pela oscilação dos principais indexadores, CDI 9,00 % (11,65% em 31/03/22 contra 2,65% em 31/03/21), e IPCA 5,58 % (10,55% em 31/03/22 contra 4,97% em 31/03/21).

Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar - aumento de R$ 595.939 decorrente principalmente dos seguintes efeitos: adições de novos contratos de arrendamento R$ 746.172, efeito de remensuração de contratos pelo ATR R$ 412.240, pagamento de contratos (parcelas vencíveis na safra) R$(255.307), outras movimentações líquidas R$ 65.574.

Instrumentos financeiros derivativos - redução de R$ (127.251) nos instrumentos financeiros de longo prazo, os motivos para a redução são de que muitas posições que estavam fixadas para a safra 22/23 que no período comparativo estavam classificadas no longo prazo no período comparativo foram reclassificadas para o curto prazo ao final da safra 21/22 devido a possuírem vencimento nos próximos 12 meses. As variações referentes a indexadores e valores justos seguem o mesmo racional que a explicação do curto prazo.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia passou de R$ 263.642 mil, em 31 de março de 2021, para R$ 446.083 mil em 31 de março de 2022. Este aumento no patrimônio líquido ocorreu devido aos principais eventos abaixo mencionados.

O capital social da Companhia em 31 de março de 2022 foi de R$ 503.892 mil, sem modificação em relação ao período findo em 31 de março de 2021.

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia em 31 de março de 2022 foram de R$ (308.632) mil, comparativamente a R$ (355.981) mil em 31 de março de 2021, o que representou uma redução de R$ 47.349 mil, decorrente de perdas líquidas de hedge de fluxo de caixa, mantidas no patrimônio líquido pela política do *hedge accounting* e de um maior volume de apropriação ao resultado das posições fixadas para a safra que se encerrou em 31 de março de 2022 que de novas fixações para as safras futuras.

As reservas de lucros da Companhia em 31 de março de 2022 foram de R$ 246.659 mil, comparativamente a R$ 111.567 mil em 31 de março de 2021, o que representou um aumento de R$ 135.092 mil decorrente do resultado apurado no exercício de R$ 195.085.

Foram distribuídos dividendos no decorrer do período findo em 31 de março de 2022 de R$ (60.000) que foram creditadas das reservas de lucros da Companhia. Esses dividendos foram distribuídos a título de distribuição dos lucros apurados na safra 20/21 encerrada em 31 de março de 2021.

FLUXO DE CAIXA

Abaixo estão as informações extraídas das Demonstrações dos Fluxos de Caixa da Companhia para os exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021 e os principais itens que impactaram na variação do caixa e equivalentes de caixa.

	Exercício social encerrado em		
(em milhares de reais, exceto em %)	31 de março de 2022	31 de março de 2021	AH (%)
Caixa proveniente das atividades operacionais	813.810	834.977	-2,5%
Caixa utilizado nas atividades de investimentos	(563.605)	(496.668)	13,5%
Caixa proveniente das/(utilizados nas) atividades de financiamentos	129.608	(279.443)	-146,4%
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**379.813**	**58.866**	545,2%

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O fluxo de caixa nas atividades operacionais totalizou R$ 813.810 mil no exercício encerrado em 31 de março de 2022, comparado a R$ 834.977 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2021. Essa redução de R$ (21.167) mil, ou -2,5%, é justificada principalmente pela liquidação de instrumentos financeiros utilizados para a fixação de preços das *commodities*, fato não ocorrido no período comparativo, pelo maior reconhecimento de *fair value* de ativos biológicos em relação à safra anterior, e

principalmente pelo aumento dos estoques de passagem em relação à safra comparativa, estratégia comercial da Companhia de explorar a alta dos preços dos produtos no futuro.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Caixa gerado utilizado nas atividades de investimentos

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos totalizou R$ (563.605) mil no exercício social encerrado de 31 de março de 2022, comparado a R$ (496.668) mil exercício social encerrado de 31 de março de 2021.

Abaixo as principais variações ocorridas entre os exercícios

i. Gastos com formação da lavoura de cana-de-açúcar no montante de R$ (166.464) mil;
ii. Aquisições de ativos imobilizados no montante de R$ (395.246) mil;
iii. Aquisição de ativo intangível no montante de R$ (3.956) mil;
iv. Resgate de aplicações financeiras vinculadas no montante de R$ 5.259 mil.

Os gastos para formação do canavial bem como aquisições de ativos imobilizados e intangíveis compreendem investimentos da Companhia para manutenção e expansão das suas atividades operacionais em uma visão estratégica de longo prazo. As aplicações financeiras vinculadas são investimentos financeiros atrelados a operações de financiamentos, cuja taxa de remuneração está indexada a 100% do CDI e são resgatadas a medida que os financiamentos aos quais estão atreladas vão sendo liquidados.

Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamentos

O caixa líquido proveniente (utilizado) nas atividades de financiamento totalizou R$129.608 no encerramento do exercício social encerrado em 31 de março de 2022, comparado um caixa líquido utilizado de R$ (279.443) mil em 31 de março de 2021.

Abaixo as principais variações ocorridas entre os períodos:

i. Aumento na captação de empréstimos e financiamentos no montante de R$ 761.771 mil ênfase nas operações de CRA;
ii. Pagamento de principal, variação cambial e juros sobre empréstimos e financiamentos no montante de R$ (406.405);
iii. Aumento no pagamento dos arrendamentos e parcerias agrícolas, no montante de R$ (166.974) mil, impulsionado pela oscilação no preço do ATR e expansão dos canaviais e pelas parcelas vencíveis no decorrer da safra 21/22;
iv. Distribuição de dividendos aos acionistas referente aos lucros da destinados a reserva na safra anterior no montante de R$ (60.000) mil.

principalmente pelo aumento dos estoques de passagem em relação à safra comparativa, estratégia comercial da Companhia de explorar a alta dos preços dos produtos no futuro.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Caixa gerado utilizado nas atividades de investimentos

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos totalizou R$ (563.605) mil no exercício social encerrado de 31 de março de 2022, comparado a R$ (496.668) mil exercício social encerrado de 31 de março de 2021.

Abaixo as principais variações ocorridas entre os exercícios

i. Gastos com formação da lavoura de cana-de-açúcar no montante de R$ (166.464) mil;
ii. Aquisições de ativos imobilizados no montante de R$ (395.246) mil;
iii. Aquisição de ativo intangível no montante de R$ (3.956) mil;
iv. Resgate de aplicações financeiras vinculadas no montante de R$ 5.259 mil.

Os gastos para formação do canavial bem como aquisições de ativos imobilizados e intangíveis compreendem investimentos da Companhia para manutenção e expansão das suas atividades operacionais em uma visão estratégica de longo prazo. As aplicações financeiras vinculadas são investimentos financeiros atrelados a operações de financiamentos, cuja taxa de remuneração está indexada a 100% do CDI e são resgatadas a medida que os financiamentos aos quais estão atreladas vão sendo liquidados.

Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamentos

O caixa líquido proveniente (utilizado) nas atividades de financiamento totalizou R$129.608 no encerramento do exercício social encerrado em 31 de março de 2022, comparado um caixa líquido utilizado de R$ (279.443) mil em 31 de março de 2021.

Abaixo as principais variações ocorridas entre os períodos:

i. Aumento na captação de empréstimos e financiamentos no montante de R$ 761.771 mil ênfase nas operações de CRA;
ii. Pagamento de principal, variação cambial e juros sobre empréstimos e financiamentos no montante de R$ (406.405);
iii. Aumento no pagamento dos arrendamentos e parcerias agrícolas, no montante de R$ (166.974) mil, impulsionado pela oscilação no preço do ATR e expansão dos canaviais e pelas parcelas vencíveis no decorrer da safra 21/22;
iv. Distribuição de dividendos aos acionistas referente aos lucros da destinados a reserva na safra anterior no montante de R$ (60.000) mil.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

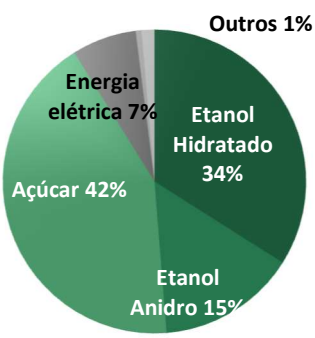
i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia, por meio de suas subsidiárias Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A., Vale do Pontal Açúcar e Álcool Ltda. e Usina Canápolis Participações S.A., atua no segmento energético, produzindo açúcar, etanol anidro e hidratado e energia, bem como os subprodutos óleo fúsel e bagaço de cana-de-açúcar.

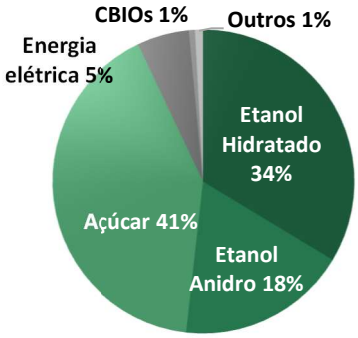
O quadro abaixo identifica os principais componentes da receita da Companhia (principais produtos comercializados) nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2022, 2021:

em milhares de reais	Composição da Receita Bruta	
	Exercício social encerrado em 31 de março de:	
	2022	2021
Mercado Interno		
Etanol Hidratado	650.200	505.802
Etanol Anidro	351.003	219.802
Açúcar	33.067	1.841
Energia Elétrica	107.515	102.450
CBIOS	12.520	9.147
Outros	16.482	20.485
Mercado Externo		
Açúcar	762.578	629.525
Etanol Hidratado	62.929	
Receita Bruta Total	**1.933.365**	**1.489.052**
Etanol Hidratado	650.200	505.802
Etanol Anidro	351.003	219.802
Açúcar	795.645	631.366
Energia Elétrica	107.515	102.450
CBIOS	12.520	9.147
Outros	16.482	20.485

Distribuição - Receita



4T21



4T22

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Na safra 2021/2022 a participação de cada produto perante o total da receita ficou em linha com a safra anterior, considerando o mesmo período comparativo. A receita bruta referente à venda de etanol teve um aumento de cerca de 38,0%, já a receita bruta referente à venda de açúcar aumentou cerca de 26,0%, enquanto a receita com venda de energia elétrica também aumentou 4,9% em relação à safra 2020/2021.

Etanol

Impulsionados pelo alta no preço do açúcar no mercado externo, pela menor oferta de etanol hidratado e anidro e a alta nos preços da gasolina, os preços da safra 2021/2022 apresentaram forte alta atingindo níveis recordes historicamente. Visando capturar esse momento, a CMAA comercializou 206,7 mil m³ de etanol hidratado, que representa uma redução de 8,2% em relação à safra anterior, com um preço médio de R$ 3,14 / litro, superior a safra 2020/2021 de R$ 2,25 / litro. Já o etanol anidro, foram comercializados 104,3 mil m³ na safra 2021/2022, que representa um aumento de 10,7% em relação ao volume comercializado na safra anterior, com um preço médio de R$ 3,37 / litro, superior a safra 2020/2021 de R$ 2,33 / litro.

Açúcar VHP

A CMAA priorizou a sua produção de açúcar na safra 2021/2022, a fim de atender ao volume de fixação futura realizados na safra anterior. Foram vendidas 563,2 mil toneladas que representa um aumento de 10,3% em relação à safra 2020/2021, com um preço bruto maior em 14,2% de R$ 1.413 / ton. Nesse preço consta o efeito do Hedge Accounting realizado no período

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que afetaram o resultado operacional dos períodos divulgado, são: Preço das commodities, produtividade dos canaviais e os custos operacionais aliados com o crescimento da empresa.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Nos exercícios encerrados em 31 de março de 2022 e 2021, a receita líquida da Companhia derivou, substancialmente, de sua atuação no setor energético (por meio de suas subsidiárias) – para maiores informações sobre os principais componentes da receita, vide o item “i” acima.

Modificações de preço, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços afetam ou podem afetar as receitas decorrentes do setor energético da seguinte forma:

- Modificação de preço: Preço do Açúcar é derivado dos preços das comodities no mercado internacional, sofrendo alterações em função da demanda e saldos de estoque mundial do produto. Preço de combustíveis que tem seu preço principalmente derivado do preço da gasolina no mercado interno, podem ter variação em função dos preços do petróleo.;

  Taxas de câmbio: As taxas de câmbio podem afetar o preço tanto do Açúcar VHP quanto os preços do etanol, embora em menor nível para os combustíveis.

- Inflação: Pode alterar os preços do mercado interno em função da variação no consumo

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A situação financeira da Companhia e o resultado das suas operações são afetados pela inflação, uma vez que as nossas receitas são indexadas a índices de inflação (Índice Geral de Preços do Mercado, ou “IGPM”, e IPCA) e seus custos operacionais tendem a seguir tais índices. A maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, tais como o IGPM e o IPCA. Aumentos nas taxas de inflação afetam o mercado de comercialização de energia elétrica, na medida em que reduzem a atividade econômica, o consumo e o investimento

Os principais fatores e condições que afetam a nossa receita e resultados operacionais são analisados a seguir:

Inflação

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A situação financeira da Companhia e o resultado das suas operações são afetados pela inflação, uma vez que as nossas receitas são indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA) e seus custos operacionais tendem a seguir tais índices. A totalidade dos custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, tais como o IGPM, o Índice Nacional de Preço ao Consumidor ("INPC") e o IPCA.

Taxa de Juros

O resultado das operações da Companhia também está exposto às variações das taxas de juros. A Companhia contrata empréstimos e financiamentos denominados principalmente em Reais, os quais são em sua maioria reajustados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e no Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

Taxa de Câmbio

As taxas de câmbio podem afetar o preço tanto do Açúcar VHP quanto os preços do etanol, embora em menor nível para os combustíveis

2.3. Os diretores devem comentar:

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020 (Exercício 2020/2021)

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos.

Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, mas podem impactar períodos futuros caso o Grupo ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge.

Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários.

Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para o Grupo.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A pronunciamento revisado alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 – Contratos de seguro

Não aplicável à Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- **i.** O que significa um direito de postergar a liquidação;
- **ii.** Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- **iii.** Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de
- **iv.** Postergação

- **v.** Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Grupo avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

IFRS 16/CPC 06 (R2)– *Leases* (Arrendamento mercantil)

A adoção desta norma afetou, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais e contratos de parceria agrícola. Anteriormente, os saldos referentes a estas transações eram mesuradas no balanço somente no momento do pagamento dos adiantamentos, enquanto a baixa dos saldos era efetuada mediante a emissão das notas fiscais. Após a adoção da norma, a mensuração passou a ser realizada pelo fluxo de caixa futuro dos contratos, trazido a valor presente na data do balanço, e a baixa através da amortização linear, conforme o período de vigência.

ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro)

O ICP 22- Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro não teve efeito significativo na classificação de passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021 (Exercício 2021/2022)

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:
• O que significa um direito de postergar a liquidação;
• Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
• Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
• Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

As demonstrações financeiras atuais não foram impactadas por esta mudança, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão nas práticas atuais após entrar em vigência.

IFRS 17 – Contratos de seguros (CPC 50)

Não aplicável à Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Pratice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2021 da Companhia foram emitidos sem ressalvas e sem parágrafo de ênfase em 03 de junho de 2022 e 24 de junho de 2021 respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2022 e 2021.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Reorganização societária

Exercício findo em 31 de março de 2021

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia e seus acionistas efetuaram uma reorganização societária, cujo objetivo foi simplificar a estrutura, segregando melhor os ativos industriais dos ativos imobiliários (Terras) e, ao mesmo tempo, dando-lhe mais substância, de forma a consolidá-lo em um único bloco. A nova composição societária passou a operar a partir de 30 de setembro de 2020.

A Canápolis Holding S.A., que possuía os mesmos acionistas da Companhia, e era controladora da Usina Canápolis e Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A., foi incorporada pela Companhia juntamente com a unidade operacional. Na mesma data, uma de suas controladoras, a JFLIM Participações S.A., também foi incorporada pela Companhia.

Sumário dos ativos e passivos incorporados da Canápolis Holding S.A. e JFIM Participações S.A. em 30 de setembro de 2020:

	Canápolis Holding S.A.	JFLIM Participações S.A.
Ativo		
Ativo circulante	4	8.864
Ativo não circulante	54.120	84.866
Total do ativo	**54.124**	**93.730**
Passivo		
Passivo circulante	-	2.953
Passivo não circulante	258	5.893
Total do passivo	**258**	**8.846**
Total do acervo líquido	**53.866**	**84.884**

Subsequente à operação de incorporação da Canápolis Holding S.A., na data de 30 de setembro de 2020, a Companhia efetuou também a venda da participação adquirida na Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A., para a empresa Strebinger Participações S.A., que possui os mesmos controladores que o Grupo CMAA, no montante de R$ 58.852.

Adicionalmente, as acionistas Rio Grande Investimentos Ltda., e Marseille Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia efetuaram ainda, na data base de 30 de setembro de 2020, o aporte de capital na Companhia, através da conferência de suas participações na sociedade Livakovic Participações S.A., empresa composta de ativos agrícolas, tais como maquinário agrícola e ativo biológico de cana-de-açúcar. Em 30 de novembro de 2020 a Livakovic Participações S.A. foi incorporada pela Vale do Tijuco.

Sumário dos ativos incorporados da Livakovic Participações S.A. em 30 de novembro de 2020:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

	Livakovic Participações S.A.
Ativo	
Ativo circulante	1
Ativo não circulante	68.988
Total do ativo	**68.989**
Passivo	-
Total do acervo líquido	**68.989**

Ao término da reorganização societária, a Companhia passou a ser controladora direta da Usina Canápolis. As propriedades rurais do Grupo CMAA, anteriormente detidas plea Usina Canápolis, Vale do Tijuo e Vale do Pontal, passaram a ser detidas exclusivamente pela Terra Forte, que sob o controle de uma nova empresa com foco específico e movimentação financeira própria, possibilitou ainda a quitação dos mútuos existentes entre a Terra Forte e as controladas do Grupo.

A empresa Indoagri Brazil Participações Ltda., foi incorporada pelo Grupo em 31 de dezembro de 2020, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada na mesma data.

	Saldos incorporados 31/12/2020
Ativo	
Total do ativo circulante	167
Total do ativo não circulante	157.853
Total do ativo	**158.020**
Passivo	
Passivo circulante	139
Total do passivo	**139**
Total do acervo líquido	**157.881**

Exercício findo em 31 de março de 2022

Em 01 de janeiro de 2022, por meio de aporte de capital de R$ 1 mil, a Companhia adquiriu participação societária na controlada Ituiutaba Energia Renovável Ltda. A investida ainda se encontra em período pré-operacional, passou a fazer parte do Grupo CMAA e foi constituída com a finalidade de cogerarção e comercializar energia elétrica no pátio industrial da Usna Canápolis através da utilização da queima de bagaço da cana-de-açúcar. Em 31 de março de 2022 a Investida possuía a seguinte estrutura:

	ITUITABA ENERGIA RENOVÁVEL LTDA.

Ativo

Caixa e equivalentes de caixa	1
Total do ativo	**1**

Passivo

Patrimônio líquido	1
Total do passivo e patrimônio líquido	**1**

c. eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais para os exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2022 e 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros ativos e passivos assumidos pela Companhia e suas controladas que não estejam registrados em suas demonstrações financeiras consolidadas.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2021.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2021.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

3. Projeções

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

3.1. As projeções devem identificar:

a. objeto da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

3.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou que o coronavírus era uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas informações financeiras intermediárias. Certa da responsabilidade com a saúde e segurança de seus colaboradores, parceiros, clientes, bem como a comunidade, em razão da propagação da COVID-19, a Companhia divulgou que, a partir de 23 de março de 2020, tomaria uma série de ações preventivas.

As principais medidas foram:

- Distribuição de kit de máscaras de tecido confeccionadas de acordo com as recomendações do Ministério da Saúde para todos os colaboradores da empresa. No ato da entrega cada trabalhador recebe orientações sobre o uso e higienização;

- Recomendação obrigatória e fiscalização do uso de máscara, tanto no transporte quanto nas dependências da empresa;

- Aferição de temperatura corporal de todos os colaboradores, terceiros e visitantes em todos os acessos de entrada da empresa, assim como antes do acesso ao transporte coletivo;

- Disponibilização de dispenser de álcool na forma líquida 70% ou em gel em todos os setores a empresa;

- Implementação de um plano de comunicação periódico, com divulgação de informações relevantes relacionadas a aspectos preventivos e ao manejo de infecções por COVID-19, através de cartazes, e-mail marketing, vídeos divulgados via WhatsApp, intervenções em rádio e reforço dos DDS (Diálogo Diário de Segurança);

- Aumento do número de vans de transporte coletivo, a fim de reduzir a lotação de colaboradores em um mesmo veículo;

- Reforço nas equipes de limpeza, visando o aumento na frequência de higienização, especialmente nos pontos e locais de maior contato manual;

- As áreas de uso comum, como áreas de descanso, restaurantes, vestiários, RH, administração e ambulatório também tiveram suas rotinas de limpeza ampliadas, e a desinfecção de superfícies é realizada com menor intervalo de tempo. Todas as áreas passam por aplicações diárias de materiais sanitizantes e/ou desinfetantes;

- Redução da ocupação das áreas operacionais e administrativas, com distanciamento dos colaboradores durante a rotina de trabalho. Os locais com acesso comum, como Portaria e

- Restaurante, tiveram áreas demarcadas no piso e nas mesas para identificação do distanciamento correto;

- Melhoria da ventilação das áreas fechadas, onde portas e janelas estão permanecendo abertas, mesmo com uso de ar-condicionado, favorecendo assim a ventilação e a renovação do ar;

- Redimensionamento do restaurante para respeitar o distanciamento entre as pessoas, através da diminuição do número de cadeiras por mesas, escalonamento dos usuários e delimitação de distância entre os colaboradores. As mesas e o piso foram demarcados com adesivos para identificação do distanciamento correto entre cada pessoa;

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

- Todas as reuniões ou treinamentos passaram a ser realizados preferencialmente em formatos alternativos de comunicação, como, por exemplo, videoconferências. Quando há necessidade de reunir-se presencialmente, está sendo respeitado o distanciamento entre as pessoas e limitada a ocupação das salas;

- Os locais destinados ao descanso dos colaboradores durante as pausas das atividades foram reorganizados de forma a limitar o número de colaboradores e distanciá-los;

- Todos os colaboradores que apresentam sintomas gripais passaram a ser afastados do trabalho e encaminhados para realização de exame diagnóstico de RT-PCR ou COVID-Ag (ambos Swab nasal), permanecendo afastados até recebimento do resultado e interpretação médica da situação do colaborador;

- Identificação ativa e passiva dos contactantes de casos confirmados, com análise e categorização do tipo de contato para determinação da necessidade de afastamento preventivo do trabalho e realização de exame diagnóstico para os indivíduos considerados como contatos próximos de casos confirmados;

- Telemonitoramento diário dos casos confirmados de COVID-19, através da equipe de saúde ocupacional, a fim de prover assistência informacional e minimizar riscos de complicações;

- Antecipação da campanha de vacinação contra H1N1, através da compra antecipada de doses da vacina quadrivalente.

Visando administrar os impactos econômico-financeiros, a Companhia adotou a estratégia de investimento para ampliação da capacidade de armazenamento do grupo e, desta forma, conseguiu assegurar o funcionamento normal das plantas industriais, e reduzir o impacto nos preços no primeiro semestre da pandemia.

No que diz respeito ao açúcar, a Companhia já contava com a fixação de praticamente toda a produção da safra 20/21 e volume considerável da safra 21/22 a bons níveis de preço.

Para a energia elétrica, 20% das vendas do grupo são pactuadas em leilão de longo prazo, 60% do volume é comercializado junto a Companhias de primeira linha a partir de contratos de longo prazo e 20% são liquidados junto a CCEE pelo preço médio do mercado (PLD). Como todos nossos contratos são registrados na CCEE, principalmente os realizados pelas comercializadoras, e a contraparte consumidora também tem a obrigação do mesmo registro. Ressaltamos também que, não apresentam riscos significativos, uma vez que o sistema é altamente regulamentado.

A Administração segue monitorando todos os aspectos que possam afetar positiva e negativamente a Companhia. No momento, nossa prioridade é o cuidado e atenção com as pessoas, sem, contudo, deixarmos de acompanhar as oscilações mercadológicas aos quais nossos produtos estão inseridos, ocasionadas pela queda da atividade econômica nacional.

Com base nos fatos mencionados anteriormente, a Companhia entende que não há considerações a serem realizadas nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2021, no que tange a: testes de recuperabilidade de seus ativos, quebras de covenants ou mudança significativa no valor justo de seus ativos e passivos.

Avaliação dos impactos no negócio

- Adesão aos planos divulgados pelo governo (prorrogação de impostos e redução de jornada e salários).

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

(a) Objeto das projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(d) Valores dos indicadores que são objeto da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

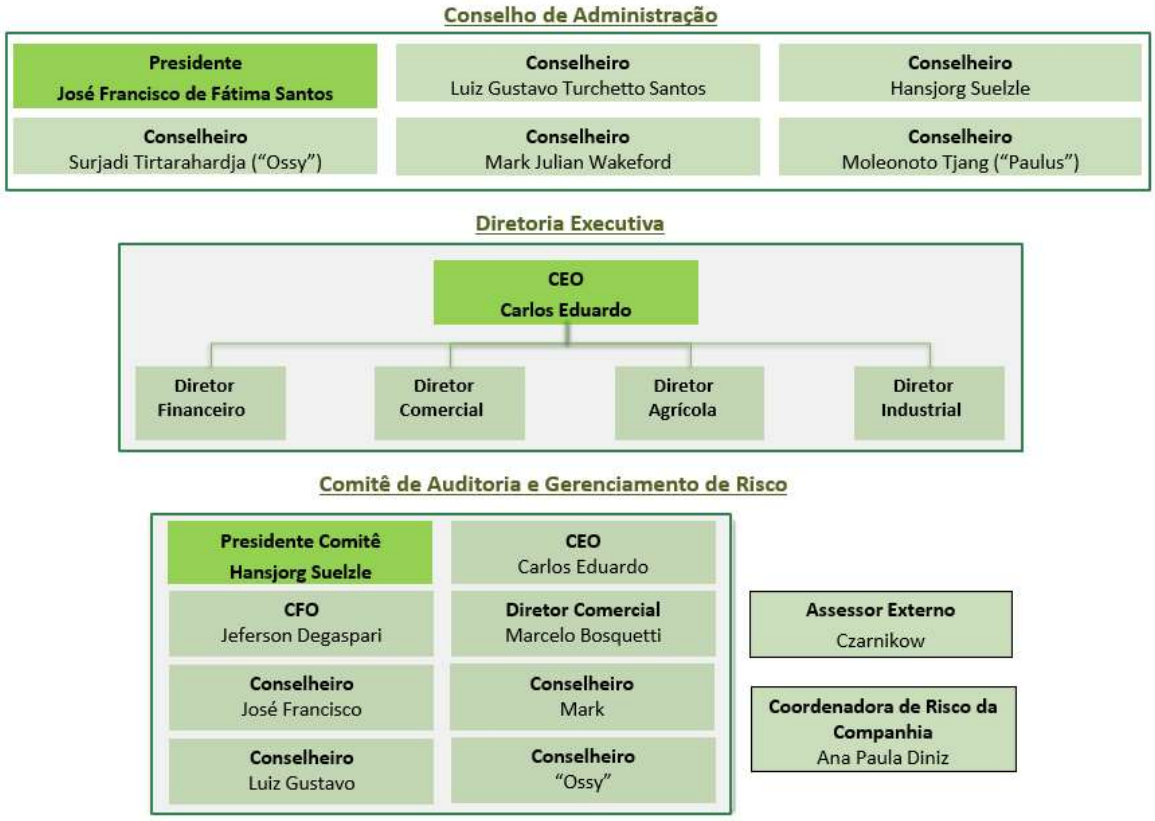
Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

A CMAA tem um Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Risco, composto por 08 (oito) membros, todos nomeados pelo Conselho de Administração. 04 (quatro) membros devem ser membros do Conselho de Administração e os outros membros deverão ser independentes. O presidente do Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Risco será nomeado dentre os 08 (oito) membros do Conselho de Administração, desde que tal membro seja um profissional com capacidade e experiência comprovadas, considerado devidamente qualificado para exercer a função de presidente de tal comitê.

O Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Risco deve revisar e reportar regularmente ao Conselho de Administração sobre a eficácia e adequação dos sistemas de controle interno, que abrange controles operacionais, financeiros e de *compliance*, políticas de gestão de risco e sistemas. Tal comitê deve, também, focar relatórios de avaliação de risco e a execução adequada das estratégias de mitigação dos riscos reportados e controles. Tal comitê deve apresentar as suas conclusões principais, em conjunto com uma recomendação de plano de remediação, trimestralmente ao Conselho de Administração. Ademais, este comitê deve analisar e preparar uma recomendação ao Conselho de Administração em relação a qualquer transação com Partes Relacionadas.

O Conselho de Administração deve aprovar o regulamento interno para o Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Risco, descrevendo as suas exatas responsabilidades e deveres. Ademais, toda e qualquer regulamentação para o Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Risco deverá refletir sua obrigação de cumprir com todas e quaisquer requerimentos de informação dos acionistas, especialmente se qualquer dos acionistas diretos ou indiretos for uma empresa de capital aberto em qualquer jurisdição.



Conselho Fiscal

A CMAA dispõe de um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, cuja instalação, remuneração e atribuições obedecerão a Lei das Sociedades por Ações. O Conselho Fiscal da CMAA deverá ser composto por 3 (três) membros efetivos e um número igual de suplentes, e deverá funcionar somente se e quando aprovado pela assembleia geral de acionistas.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Nos termos do estatuto social da CMAA, o mandato do Conselho Fiscal terminará na primeira assembleia geral ordinária de acionistas subsequente à sua instalação. A assembleia geral de acionistas que eleger os membros do Conselho Fiscal deverá também determinar a sua remuneração.

O Conselho Fiscal da CMAA não possui um regimento interno próprio.

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia não possui um Comitê de Auditoria não estatutário.

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Item de preenchimento facultativo não preenchido pela Companhia.

(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Diretor Presidente

O Diretor Presidente deverá (i) ser responsável por fazer com que a Companhia e suas subsidiárias cumpram com as deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas e das reuniões do Conselho de Administração; (ii) gerir o orçamento e o plano de negócios da Companhia; (iii) coordenar e supervisionar as áreas comercial, industrial, administrativa, agrícola e de recursos humanos, bem como todos os negócios e as transações da Companhia; (iv) gerir a realização de análise relativa ao mercado da Companhia e à política de qualidade, bem como a aplicação das regras operacionais (incluindo aquelas aprovados pelo Conselho de Administração); (v) coordenar as atividades da Diretoria e das subsidiárias da Companhia; (vi) gerir as relações públicas da Companhia e a publicidade institucional; e (vii) representar a Companhia, diretamente ou por meio de um representante nomeado de acordo com este Estatuto Social, nas assembleias ou em outros atos societários das subsidiárias da Companhia;

Diretor Financeiro

O Diretor Financeiro deverá (i) coordenar e gerir as áreas financeira e contábil da Companhia; (ii) gerir e elaborar o orçamento anual; (iii) gerir as atividades de tesouraria da Companhia, incluindo a captação e gestão de recursos, sujeito aos termos do orçamento anual e do plano de negócios aprovados; e (iv) exercer qualquer outra tarefa que possa lhe ser atribuída pelo Diretor Presidente;

Diretor Industrial

O Diretor Industrial deverá (i) planejar e executar as atividades industriais da Companhia; (ii) garantir o real desempenho da produção anual, em quantidade e qualidade, exigido pelas necessidades comerciais da Companhia, considerando a disponibilidade agrícola de cana de açúcar e a capacidade industrial; (iii) avaliar e dar prioridade aos investimentos industriais em tecnologia sobre os procedimentos, produtividade, energia e meio ambiente; (iv) desenvolver diretrizes e programas de pesquisa e desenvolvimento da Companhia; (v) elaborar, executar e controlar o orçamento industrial de uma forma consistente com o orçamento anual e o plano de negócios aprovados; (vi) representar a Companhia perante sindicatos e institutos de tecnologia; e (vii) exercer qualquer outra tarefa que possa lhe ser atribuída pelo Diretor Presidente;

Diretor Agrícola

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

O Diretor Agrícola deverá (i) planejar e executar as atividades agrícolas da Companhia; (ii) planejar e executar o sistema de gestão agrícola visando à incorporação e manutenção das áreas de produção de cana de açúcar; (iii) desenvolver e executar o plano relativo à produção e plantação agrícola, considerando as necessidades industriais da Companhia, em relação à cana de açúcar cultivada ou adquirida de terceiros, nos termos do orçamento anual e do plano de negócios aprovados; (iv) pesquisar, desenvolver e gerir quaisquer experimentos agrícolas relacionados à cana de açúcar, fertilizantes e defensivos agrícolas, visando o aumento da produtividade; (v) analisar quaisquer propostas de investimento relacionadas a terra, maquinário e implementação de novas tecnologias agrícolas; (vi) representar a Companhia em eventos relacionados às atividades agrícolas; e (vii) exercer qualquer outra tarefa que possa lhe ser atribuída pelo Diretor Presidente; e

Diretor Comercial

O Diretor Comercial deverá (i) planejar e executar as atividades comerciais da Companhia; e (ii) executar qualquer outra tarefa que possa lhe ser atribuída pelo Diretor Presidente.

Na data deste Formulário de Referência, da Diretoria não possuía um regimento interno próprio.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

O Conselho Fiscal da Companhia será instalado em conformidade com a legislação em vigor. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado e não há regimento interno próprio do Conselho Fiscal.

(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo

i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

Item de preenchimento facultativo não preenchido pela Companhia.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

Item de preenchimento facultativo não preenchido pela Companhia.

iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e

Item de preenchimento facultativo não preenchido pela Companhia.

iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Item de preenchimento facultativo não preenchido pela Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às Assembleias Gerais

Item de preenchimento facultativo não preenchido pela Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) Item de preenchimento facultativo não preenchido pela Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Item de preenchimento facultativo não preenchido pela Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Alisson Venturini Colonhezi	31/10/1984	Pertence apenas à Diretoria	13/06/2022	1 ano	1
043.772.649-58	Químico Industrial	19 - Outros Diretores	25/06/2022	Sim	0%
		Diretor Industrial			
JEFERSON DEGASPARI	23/10/1970	Pertence apenas à Diretoria	13/06/2022	1 ano	3
107.317.818-80	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	25/06/2022	Sim	0%
Diretor de Relações com Investidores		Diretor Financeiro			
Marcelo Bosquetti	04/09/1965	Pertence apenas à Diretoria	13/06/2022	1 ano	3
103.059.158-00	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	25/06/2022	Sim	0%
Membro do Comitê de Hedge e Gerenciamento de Risco		Diretor Comercial			
Eduardo Scandiuzzi Lopes	03/01/1969	Pertence apenas à Diretoria	13/06/2022	1 ano	5
088.055.088-02	Engenheiro Agrônomo	19 - Outros Diretores	25/06/2022	Sim	0%
		Diretor Agrícola			
Carlos Eduardo Turchetto Santos	11/10/1980	Pertence apenas à Diretoria	13/06/2022	1 ano	13
303.711.318-98	Administrador de Empresas	10 - Diretor Presidente / Superintendente	25/06/2022	Sim	0%
Membro do Comitê de Gerenciamento de Risco					
HANSJORG SUELZLE	26/07/1941	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/06/2022	1 ano	6
667.964.078-49	Executivo	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	25/06/2022	Sim	100%
Presidente do Comitê de Hedge e Gerenciamento de Risco					
SURJADI TIRTARAHARDJA	13/06/1955	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/06/2022	1 ano	6
000.000.000-00	Executivo	20 - Presidente do Conselho de Administração	25/06/2022	Sim	100%
Membro do Comitê de Hedge e Gerenciamento de Risco					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
JOSÉ FRANCISCO DE FÁTIMA SANTOS	18/05/1953	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/06/2022	1 ano	13
277.117.066-34	Empresário	20 - Presidente do Conselho de Administração	25/06/2022	Sim	100%
Membro do Comite de Hedge e Gerenciamento de Risco					
LUIZ GUSTAVO TURCHETTO SANTOS	19/09/1978	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/06/2022	1 ano	13
217.051.318-32	Executivo	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	25/06/2022	Sim	100%
Membro do Comitê de Hedge e Gerenciamento de Risco					
SURJADI TIRTARAHARDJA	13/06/1955	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/06/2022	1 ano	6
000.000.000-00	Executivo	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	25/06/2022	Sim	100%
Membro do Comitê de Redge e Gerenciamento de Risco					
SURJADI TIRTARAHARDJA	13/06/1955	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/06/2022	1 ano	6
000.000.000-00	Executivo	20 - Presidente do Conselho de Administração	25/06/2022	Sim	100%

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Alisson Venturini Colonhezi - 043.772.649-58

Profissional com mais de 18 anos de experiência na agroindústria de bioenergia, trabalhando em empresas nacionais e multinacionais de grande porte. Experiências em gestão corporativa industrial, atuando no gerenciamento de duas plantas industriais de cana e grãos, com capacidade conjunta de processamento de 8 milhões de toneladas ano. Atuação como gerente corporativo industrial durante a implantação da indústria com tecnologia experimental para o processamento de grãos (sorgo e milho). A planta de produção de Etanol, DDGS Alta proteína, DDGS Alta Fibra, WDG, Óleo de milho ácido e melaço concentrado. É bacharel em química industrial e iniciou a carreira como trainee, na Usina Vale do Ivaí, no Paraná.

JEFERSON DEGASPARI - 107.317.818-80

Técnico em contabilidade, administrador de empresas, com pós-graduação em Controladoria e Finanças pela Fundace USP, Gestão empresarial pela FGV e executivo internacional pela Ohio University. Possui 30 anos de experiência no setor sucroenergético, com carreira na área de custos e orçamentos, controladoria e finanças. 15 anos experiência em joint ventures, com 10 anos em empresas multinacionais.

Marcelo Bosquetti - 103.059.158-00

O Sr. Marcelo Bosquetti é graduado em administração de empresas pela USCS de São Caetano do Sul-SP, Especialista em mercados futuros e derivativos pela Bolsa de Mercadorias de São Paulo/USP. Gerenciou o Departamento de Produtos Agrícolas da Bolsa de Mercadorias de São Paulo (hoje BM&F) e da mesa de operações agrícolas da Fava Commodities e da TBC Commodities, foi Trader Agrícola/Financeiro da Cooperativa de Laranja Comcitrus S/A, atuando desde 1993 nos mercados de Café, Suco de Laranja e Açúcar em Nova Iorque e Londres.

Eduardo Scandiuzzi Lopes - 088.055.088-02

Engenheiro Agrônomo, graduado pela Faculdade de Agronomia Francisco Maeda SP. Iniciou sua carreira na Usina Delta em 1993, onde permaneceu por 19 anos, nas áreas de Superintendência Coorporativa e Gestão dos Processos e dos profissionais de 03 unidades da área agrícola. Foi responsável pela Gestão da área agrícola e manutenção automotiva, formação dos custos econômicos, integração dos setores agrícola, industrial e administrativo e padronização das unidades agroindustriais, através da divulgação dos trabalhos desenvolvidos e das boas práticas de trabalho. Em 2012 exerceu o cargo de Gerente Agrícola na empresa Cevasa/Cargil. Atualmente é Diretor Agrícola na CMAA – Vale do Tijuco.

Carlos Eduardo Turchetto Santos - 303.711.318-98

O Sr. Carlos Eduardo Turchetto Santos, que atualmente ocupa o cargo de Diretor Presidente, possui formação superior em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) e MBA em Agronegócios pela Universidade de São Paulo (USP), tendo iniciado sua carreira na JF Citrus em 2000, tornando-se Gerente Agrícola em 2005. Carlos foi responsável pela reestruturação da equipe e intensificação do manejo agrícola nos pomares de forma a levar a produtividade média da companhia de 550 caixas por hectare para 1000 caixas por hectare. De fevereiro de 2006 a janeiro de 2014, Carlos foi Diretor Agrícola da Companhia, tendo participado e coordenado a implantação dos primeiros canaviais para a formação de mudas.

HANSJORG SUELZLE - 667.964.078-49

O Sr. Hansjorg Suelzle, atual membro do Conselho de Administração da Companhia, possui formação superior pela Universidade de St. Gallen, na Suíça, e pelo Instituto Federal de Tecnologia de Zurique, com MBA na Fundação Getúlio Vargas em São Paulo. Trabalhou por 32 anos na Cargill Corporation (1968 – 2000) em cidades como Genebra, Hamburgo, Amsterdam, Melbourne, Minneapolis, New York e São Paulo, atuando nas áreas de Trading e processamento de commodities agrícolas e metais minerais em nível internacional e em várias posições de management, sendo que a última foi como VP/CEO da divisão de produção/compra, processamento e distribuição mundial de suco de laranja. Desde o ano 2000 até o presente momento atua como consultor na área de Citrus e no desenvolvimento/introdução de novas tecnologias de processamento de resíduos agrícolas no Brasil exterior.

SURJADI TIRTARAHARDJA - 000.000.000-00

SURJADI TIRTARAHARDJA - 000.000.000-00

SURJADI TIRTARAHARDJA - 000.000.000-00

O Sr. Surjadi Tirtarahardja, atual membro do Conselho de Administração da Companhia, possui formação superior pela Delft University of Technology na Holanda, com mestrado em Desenho Industrial. Trabalha para o Grupo Salim desde 1984 e, desde então, já assumiu cargos em diversas empresas do Grupo, como a Hagemeyer NV e a PT Indomobil Sukses International Tbk, que o levaram a morar em países como a Holanda, Malásia, Austrália e Estados Unidos. Atualmente, o Sr. Surjadi é Conselheiro Administrativo no escritório do CEO do Grupo Salim e também presidente da Indomobil América Inc. Já atuou como conselheiro em várias outras subsidiárias do Grupo Salim e nos mais diversos ramos, como comércio eletrônico, materiais/equipamentos de escritório, moda e cosméticos, produtos para casa, automotivo, financeiro, imobiliário, alimentação e agricultura. O Sr. Surjadi participou do desenvolvimento de vários projetos no Vietnã, Camboja e, recentemente, no Brasil. Antes de fazer parte do Grupo Salim, trabalhou para a TNO Research Institute como designer de modelagem computacional em treinamentos de gestão.

JOSÉ FRANCISCO DE FÁTIMA SANTOS - 277.117.066-34

O Sr. José Francisco de Fátima Santos, atual Presidente do Conselho de Administração da Companhia, iniciou sua carreira em 1973, aos 18 anos, como comprador de frutas cítricas de produtores da região de Bebedouro/SP para vender ao CEASA de Belo Horizonte/MG. Sua atuação nesse mercado permitiu a larga ampliação de seus negócios, pelo que passou a ser proprietário de fazendas com o objetivo de produzir laranja in natura. O progresso de seus negócios durante esses anos tornou sua empresa, JF Citrus, uma das maiores produtoras de frutas cítricas em âmbito nacional. Em 1996, José Francisco iniciou um novo negócio, o COMFRIO, relacionado à área de distribuição e logística frigorificada. No setor sucroalcooleiro, José iniciou sua atuação em 2005. Atualmente, é o Presidente do Conselho de Administração da CMAA.

LUIZ GUSTAVO TURCHETTO SANTOS - 217.051.318-32

O Sr. Luiz Gustavo Turchetto Santos, atual membro do Conselho de Administração da Companhia, possui formação superior em Economia, tendo iniciado sua carreira em 1998, chegando ao cargo de Diretor de Planejamento em 2003. Sua atuação na Companhia abrange desde a captação de recursos através de instituições financeiras até a análise estratégica e de viabilidade para a compra e venda de empresas relacionadas ao grupo. Na JF Citrus, contribuiu para o crescimento do patrimônio da empresa, tornando-a uma das líderes do mercado produtor de frutas cítricas do país. Na COMFRIO, por sua vez, foi um dos responsáveis pelo planejamento estratégico e mercadológico. No setor sucroalcooleiro, destaca-se sua atuação junto à Companhia, tendo iniciado, em 2005, o estudo de viabilidade do negócio, sendo inclusive um dos responsáveis pela criação da Vale do Tijuco em 2006 e da própria Companhia em 2007. Hoje é membro de seu Conselho de Administração.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Alisson Venturini Colonhezi - 043.772.649-58

N/A

JEFERSON DEGASPARI - 107.317.818-80

N/A

Marcelo Bosquetti - 103.059.158-00

N/A

Eduardo Scandiuzzi Lopes - 088.055.088-02

N/A

Carlos Eduardo Turchetto Santos - 303.711.318-98

N/A

HANSJORG SUELZLE - 667.964.078-49

N/A

SURJADI TIRTARAHARDJA - 000.000.000-00

SURJADI TIRTARAHARDJA - 000.000.000-00

SURJADI TIRTARAHARDJA - 000.000.000-00

N/A

JOSÉ FRANCISCO DE FÁTIMA SANTOS - 277.117.066-34

N/A

LUIZ GUSTAVO TURCHETTO SANTOS - 217.051.318-32

N/A

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Carlos Eduardo Turchetto Santos	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	11/10/1980	25/06/2022	1 ano
303.711.318-98	Comitê de Hedge e Gerenciamento de Risco	Administrador de Empresas		13/06/2022	9	100%
Diretor Presidente						
Marcelo Bosquetti	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	04/09/1965	25/06/2022	1 ano
103.059.158-00	Comitê de Hedge e Gerenciamento de Risco	Administrador de Empresas		13/06/2022	9	100%
Diretor Comercial						
HANSJORG SUELZLE	Outros Comitês		Presidente do Comitê	26/07/1941	25/06/2022	1 ano
667.964.078-49	Comitê de Hedge e Gerenciamento de Risco	Executivo		13/06/2022	9	100%
Membro efetivo do Conselho de Administração						
MARK JULIAN WAKEFORD	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/09/1963	25/06/2022	1 ano
000.000.000-00	Comitê de Hedge e Gerenciamento de Risco	Executivo		13/06/2022	9	100%
Membro efetivo do Conselho de Administração						
JOSÉ FRANCISCO DE FÁTIMA SANTOS	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	18/05/1953	25/06/2022	1 ano
277.117.066-34	Comitê de Hedge e Gerenciamento de Risco	Empresário		13/06/2022	9	100%
Membro do Conselho de Administração						
LUIZ GUSTAVO TURCHETTO SANTOS	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	19/09/1978	25/06/2022	1 ano
217.051.318-32	Comitê de Hedge e Gerenciamento de Risco	Executivo		13/06/2022	9	100%
Membro efetivo do Conselho de Administração						
SURJADI TIRTARAHARDJA	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	13/06/1955	25/06/2022	1 ano
000.000.000-00	Comitê de Hedge e Gerenciamento de Risco	Executivo		13/06/2022	9	100%
Membro efetivo do Conselho de Administração						
JEFERSON DEGASPARI	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	23/10/1970	25/06/2022	1 ano

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
107.317.818-80	Comitê de Hedge e Gerenciamento de Risco	Administrador de Empresas		13/06/2022	9	100%
Diretor Financeiro, Diretor de Relações com Investidores						

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Carlos Eduardo Turchetto Santos - 303.711.318-98

O Sr. Carlos Eduardo Turchetto Santos, que atualmente ocupa o cargo de Diretor Presidente, possui formação superior em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) e MBA em Agronegócios pela Universidade de São Paulo (USP), tendo iniciado sua carreira na JF Citrus em 2000, tornando-se Gerente Agrícola em 2005. Carlos foi responsável pela reestruturação da equipe e intensificação do manejo agrícola nos pomares de forma a levar a produtividade média da companhia de 550 caixas por hectare para 1000 caixas por hectare. De fevereiro de 2006 a janeiro de 2014, Carlos foi Diretor Agrícola da Companhia, tendo participado e coordenado a implantação dos primeiros canaviais para a formação de mudas.

Marcelo Bosquetti - 103.059.158-00

O Sr. Marcelo Bosquetti é graduado em administração de empresas pela USCS de São Caetano do Sul-SP, Especialista em mercados futuros e derivativos pela Bolsa de Mercadorias de São Paulo/USP. Gerenciou o Departamento de Produtos Agrícolas da Bolsa de Mercadorias de São Paulo (hoje BM&F) e da mesa de operações agrícolas da Fava Commodities e da TBC Commodities, foi Trader Agrícola/Financeiro da Cooperativa de Laranja Comcitrus S/A, atuando desde 1993 nos mercados de Café, Suco de Laranja e Açúcar em Nova Iorque e Londres.

HANSJORG SUELZLE - 667.964.078-49

O Sr. Hansjorg Suelzle, atual membro do Conselho de Administração da Companhia, possui formação superior pela Universidade de St. Gallen, na Suíça, e pelo Instituto Federal de Tecnologia de Zurique, com MBA na Fundação Getúlio Vargas em São Paulo. Trabalhou por 32 anos na Cargill Corporation (1968 – 2000) em cidades como Genebra, Hamburgo, Amsterdam, Melbourne, Minneapolis, New York e São Paulo, atuando nas áreas de Trading e processamento de commodities agrícolas e metais minerais em nível internacional e em várias posições de management, sendo que a última foi como VP/CEO da divisão de produção/compra, processamento e distribuição mundial de suco de laranja. Desde o ano 2000 até o presente momento atua como consultor na área de Citrus e no desenvolvimento/introdução de novas tecnologias de processamento de resíduos agrícolas no Brasil exterior.

MARK JULIAN WAKEFORD - 000.000.000-00

O Sr. Mark Julian Wakeford, atual membro do Conselho de Administração da Companhia é qualificado e registrado como contador em Londres, Inglaterra. Ele também frequentou o Curso de Executivo Sênior na London Business School. O Sr. Mark é o CEO da Indofood Agri Resources Ltda desde 17 de agosto de 2007 e o Diretor Presidente da PT Salim Ivomas Pratama desde 2007, cumulativamente com o cargo de Diretor de Relações com Investidores. Ele está no setor agroindustrial desde 1993, tendo trabalhado em companhias na Indonésia, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Tailândia e, antes de começar a trabalhar na Indofood Agri, laborou um ano na Cargill. Sua vida profissional teve início na Kingston Smith & Co e sua carreira no ramo agroindustrial iniciou-se ao se tornar Conselheiro Financeiro na Lonsum, em 1993 e logo após na Pacific Rim Plantations Ltd. (PROPL), onde foi Diretor Financeiro de 1995 a 1999. Em 1999 tornou-se CEO da PROPL e tem sido conselheiro da PT Perusahaan Perkebunan London Sumatra Indonesia Tbk desde 2007.

JOSÉ FRANCISCO DE FÁTIMA SANTOS - 277.117.066-34

O Sr. José Francisco de Fátima Santos, atual Presidente do Conselho de Administração da Companhia, iniciou sua carreira em 1973, aos 18 anos, como comprador de frutas cítricas de produtores da região de Bebedouro/SP para vender ao CEASA de Belo Horizonte/MG. Sua atuação nesse mercado permitiu a larga ampliação de seus negócios, pelo que passou a ser proprietário de fazendas com o objetivo de produzir laranja in natura. O progresso de seus negócios durante esses anos tornou sua empresa, JF Citrus, uma das maiores produtoras de frutas cítricas em âmbito nacional. Em 1996, José Francisco iniciou um novo negócio, o COMFRIO, relacionado à área de distribuição e logística frigorificada. No setor sucroalcooleiro, José iniciou sua atuação em 2005. Atualmente, é o Presidente do Conselho de Administração da CMAA.

LUIZ GUSTAVO TURCHETTO SANTOS - 217.051.318-32

O Sr. Luiz Gustavo Turchetto Santos, atual membro do Conselho de Administração da Companhia, possui formação superior em Economia, tendo iniciado sua carreira em 1998, chegando ao cargo de Diretor de Planejamento em 2003. Sua atuação na Companhia abrange desde a captação de recursos através de instituições financeiras até a análise estratégica e de viabilidade para a compra e venda de empresas relacionadas ao grupo. Na JF Citrus, contribuiu para o crescimento do patrimônio da empresa, tornando-a uma das líderes do mercado produtor de frutas cítricas do país. Na COMFRIO, por sua vez, foi um dos responsáveis pelo planejamento estratégico e mercadológico. No setor sucroalcooleiro, destaca-se sua atuação junto à Companhia, tendo iniciado, em 2005, o estudo de viabilidade do negócio, sendo inclusive um dos responsáveis pela criação da Vale do Tijuco em 2006 e da própria Companhia em 2007. Hoje é membro de seu Conselho de Administração.

SURJADI TIRTARAHARDJA - 000.000.000-00

O Sr. Surjadi Tirtarahardja, atual membro do Conselho de Administração da Companhia, possui formação superior pela Delft University of Technology na Holanda, com mestrado em Desenho Industrial. Trabalha para o Grupo Salim desde 1984 e, desde então, já assumiu cargos em diversas empresas do Grupo, como a Hagemeyer NV e a PT Indomobil Sukses International Tbk, que o levaram a morar em países como a Holanda, Malásia, Austrália e Estados Unidos. Atualmente, o Sr. Surjadi é Conselheiro Administrativo no escritório do CEO do Grupo Salim e também presidente da Indomobil América Inc. Já atuou como conselheiro em várias outras subsidiárias do Grupo Salim e nos mais diversos ramos, como comércio eletrônico, materiais/equipamentos de escritório, moda e cosméticos, produtos para casa, automotivo, financeiro, imobiliário, alimentação e agricultura. O Sr. Surjadi participou do desenvolvimento de vários projetos no Vietnã, Camboja e, recentemente, no Brasil. Antes de fazer parte do Grupo Salim, trabalhou para a TNO Research Institute como designer de modelagem computacional em treinamentos de gestão.

JEFERSON DEGASPARI - 107.317.818-80

Técnico em contabilidade, administrador de empresas, com pós-graduação em Controladoria e Finanças pela Fundace USP, Gestão empresarial pela FGV e executivo internacional pela Ohio University. Possui 30 anos de experiência no setor sucroenergético, com carreira na área de custos e orçamentos, controladoria e finanças. 15 anos experiência em joint ventures, com 10 anos em empresas multinacionais.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Carlos Eduardo Turchetto Santos - 303.711.318-98	
N/A	
Marcelo Bosquetti - 103.059.158-00	
HANSJORG SUELZLE - 667.964.078-49	
MARK JULIAN WAKEFORD - 000.000.000-00	
JOSÉ FRANCISCO DE FÁTIMA SANTOS - 277.117.066-34	
LUIZ GUSTAVO TURCHETTO SANTOS - 217.051.318-32	
SURJADI TIRTARAHARDJA - 000.000.000-00	
JEFERSON DEGASPARI - 107.317.818-80	

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Justificativa para o não preenchimento do quadro
A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Justificativa para o não preenchimento do quadro
A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia oferece Seguro de Responsabilidade para Administradores, que abrange cobertura por responsabilidade civil, incluindo custos de defesa. O seguro contratado foi emitido pela AIG Seguros Brasil S.A., com período de vigência entre 01 de agosto de 2020 e 11 de setembro de 2021 com limite máximo de garantia de R$ 30 milhões (trinta milhões de reais), com coberturas especificadas abaixo:

Extensões de Coberturas	Limites Máximos de Indenização por Cobertura Contratada
Extradição	100%
Danos Morais	100%
Bens e Liberdade	100%
Garantias Pessoais	100%
Novas *Subsidiárias* (**Cobertura Automática para Novas Subsidiárias com o total de ativos de até 30% do total de ativos consolidados do tomador**)	100%
Custos Emergenciais	100%
Multas e Penalidades	R$ 1.500.000,00
Práticas Trabalhistas	100%
Custos de Investigação	100%
Proteção da Imagem Pessoal	100%
Responsabilidade Tributária	100%
Diretor de Entidade Externa	100%
Danos Ambientais – Demais Perdas	100%
Danos Ambientais – Custos de Defesa	100%
Gastos Adicionais com Especialistas	100%
Inabilitação de Uma Pessoa Segurada	100%
Bloqueio e Indisponibilidade de Bens	100%
Eventos Extraordinários com Reguladores	R$ 100.000,00
Danos Ambientais – Reclamação de Acionistas	100%
Prazo Complementar Perpétuo para Aposentados	100%
Opção de Utilização de *Apólice Internacional*	100%
Prazo Complementar Perpétuo para Demissões Voluntárias	100%
Gerenciamento de Crise para Empresas de Capital Fechado	R$ 500.000,00
Danos Ambientais – Desconsideração da Personalidade Jurídica	100%
Herdeiros, Sucessores, Representantes Legais, Espólio, Cônjuge e/ou Companheiro(a) dos Segurados	100%

Este seguro tem por objetivo amparar o pagamento e/ou reembolso, a título de indenização securitária nos das quantias respectivamente devidas ou pagas a terceiros, pelo segurado ou tomador, sua Controlada e/ou Subsidiária, quando este antecipar valores correspondentes à Indenização e Perdas do Segurado, relativamente

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

às garantias contratadas e especificadas na Apólice, observadas as exclusões e limitações expressamente previstas.

Visa garantir, dentro dos limites contratuais estabelecidos na apólice, o pagamento de prejuízos seguráveis, relacionados a atos danosos pelos quais o segurado vier a ser responsável civilmente, relativos a reparações por danos e/ou prejuízos causados a terceiros (seus clientes).

Estão cobertas todas as pessoas que tenham poder de decisão/gestão, membros do conselho de administração, diretores, gerentes, procuradores e equivalentes, incluindo executivos aposentados e membros de gestões anteriores.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 01/04/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	5,00		11,00
Nº de membros remunerados	6,00	5,00		11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	720.000,00	7.298.000,00		8.018.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/03/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	5,00		11,00
Nº de membros remunerados	6,00	5,00		11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	720.000,00	7.298.000,00		8.018.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/03/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00			6,00
Nº de membros remunerados	6,00			6,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00			0,00
Benefícios direto e indireto	0,00			0,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00			0,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00			0,00
Cessação do cargo	0,00			0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00			0,00
Observação				
Total da remuneração	720.000,00			8.018.000,00

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui remuneração baseada em ações para os membros do seu conselho de administração e diretoria estatutária.

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Justificativa para o não preenchimento do quadro
A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Remuneração total reconhecida no resultado do Exercício Social findo em 31/03/2022				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
	14,06%	85,94%	0,00%	100,00%

Remuneração total reconhecida no resultado do Exercício Social findo em 31/03/2021				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
	8,01%	91,99%	0,00%	100,00%

Remuneração total reconhecida no resultado do Exercício Social findo em 31/03/2020				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
	11,46%	88,54%	0,00%	100,00%

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não houve, nos 3 últimos exercícios sociais, pagamento de remuneração para administradores e membros do conselho fiscal da Companhia reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 13.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

14. Recursos humanos

14.1 - Descrições dos recursos humanos

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Ápia Participações S.A					
06.290.608/0001-84	Brasileira-SP	Não	Não	30/09/2020	
372.428.777	29,600	0	0,000	372.428.777	29,600
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
IFAR Brazil Pte. Ltd.					
16.587.141/0001-92	Cingapura	Não	Não	30/09/2020	
455.687.717	36,210	0	0,000	455.687.717	36,210
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
JF Investimentos S.A.					
27.059.524/0001-04	Brasileira-SP	Não	Não	30/09/2020	
83.258.941	6,620	0	0,000	83.258.941	6,620
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Marseille Fundo de Investimentos em Participações.					
19.909.515/0001-37	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/09/2020	
173.520.238	13,780	0	0,000	173.520.238	13,780
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Rio Grande Investment PTE. LTD.					
11.307.086/0001-16	Cingapura	Não	Não	30/09/2020	
173.520.239	13,790	0	0,000	173.520.239	13,790
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
1.258.415.912	100,000	0	0,000	1.258.415.912	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Ápia Participações S.A				**06.290.608/0001-84**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Marseille Fundo de Investimentos em Participações.					
19.909.515/0001-37	Brasileira-SP	Não	Sim	30/09/2022	
377.430.941	100,000	0	0,000	377.430.941	100,000

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %
TOTAL	0	0.000

OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
377.430.941	100,000	0	0,000	377.430.941	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
IFAR Brazil Pte. Ltd.				**16.587.141/0001-92**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Indofood Agri Resources Ltd.					
	Cingapura	Não	Não	30/03/2022	
120.828.500	100,000	0	0,000	120.828.500	100,000

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %
TOTAL	0	0.000

OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
120.828.500	100,000	0	0,000	120.828.500	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
JF Investimentos S.A.				**27.059.524/0001-04**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Marseille Fundo de Investimentos em Participações.					
19.909.515/0001-37	Brasileira-SP	Não	Sim	31/03/2021	
17.810.500	100,000	0	0,000	17.810.500	100,000
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
17.810.500	100,000	0	0,000	17.810.500	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Marseille Fundo de Investimentos em Participações.				**19.909.515/0001-37**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Carlos Eduardo Turchetto Santos					
303.711.318-98	Brasileiro-SP	Não	Não	31/03/2022	
12.198	14,965	0	0,000	12.198	14,965
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Francisco José Turchetto Santos					
219.348.838-08	Brasileiro-SP	Não	Não	31/03/2022	
121.980	14,965	0	0,000	121.980	14,965
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
JOSÉ FRANCISCO DE FÁTIMA SANTOS					
277.117.066-34	Brasileiro-SP	Não	Não	31/03/2022	
25.422	31,140	0	0,000	25.422	31,140
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Marseille Fundo de Investimentos em Participações.				**19.909.515/0001-37**	
LUIZ GUSTAVO TURCHETTO SANTOS					
217.051.318-32	Brasileiro-SP	Não	Não	31/03/2022	
12.198	14,965	0	0,000	12.198	14,965
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Maria Ângela Turchetto Santos					
167.114.058-38	Brasileira-SP	Não	Não	31/03/2022	
19.566	23,965	0	0,000	19.566	23,965
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
191.364	100,000	0	0,000	191.364	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Rio Grande Investment PTE. LTD.				**11.307.086/0001-16**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
All Gain Interprises Ltd.					
	Ilhas Virgens Britânicas	Não	Sim	31/03/2021	
2	100,000	0	0,000	2	100,000

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %
TOTAL	0	0.000

OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
2	100,000	0	0,000	2	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
All Gain Interprises Ltd.					
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Anthoni Salim					
	Indonésia	Não	Sim	31/03/2022	
2	100,000	0	0,000	2	100,000

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %
TOTAL	0	0.000

OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
2	100,000	0	0,000	2	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Indofood Agri Resources Ltd.					
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
PT Indofood Sukses Makmur TBK					
	Indonésia	Não	Não	31/03/2022	
1.395.904.530	100,000	0	0,000	1.395.904.530	100,000

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %
TOTAL	0	0.000

TOTAL					
1.395.904.530	100,000	0	0,000	1.395.904.530	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Marseille Fundo de Investimentos em Participações.				**19.909.515/0001-37**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Carlos Eduardo Turchetto Santos					
303.711.318-98	Brasileiro-SP	Não	Não	31/03/2021	
12.198	14,965	0	0,000	12.198	14,965
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Francisco José Turchetto Santos					
219.348.838-08	Brasileiro-SP	Não	Não	31/03/2021	
12.198	14,965	0	0,000	12.198	14,965
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
JOSÉ FRANCISCO DE FÁTIMA SANTOS					
277.117.066-34	Brasileiro-SP	Não	Não	31/03/2021	
25.422	31,140	0	0,000	25.422	31,140
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Marseille Fundo de Investimentos em Participações.				**19.909.515/0001-37**	
LUIZ GUSTAVO TURCHETTO SANTOS					
217.051.318-32	Brasileiro-SP	Não	Não	31/03/2021	
12.198	14,965	0	0,000	12.198	14,965
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Maria Ângela Turchetto Santos					
167.114.058-38	Brasileira-SP	Não	Não	31/03/2021	
19.566	23,965	0	0,000	19.566	23,965
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
81.582	100,000	0	0,000	81.582	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Marseille Fundo de Investimentos em Participações.				**19.909.515/0001-37**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Carlos Eduardo Turchetto Santos					
303.711.318-98	Brasileiro-SP	Não	Não	31/03/2021	
12.198	14,965	0	0,000	12.198	14,965
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Francisco José Turchetto Santos					
219.348.838-08	Brasileira-SP	Não	Não	31/03/2022	
12.198	14,965	0	0,000	12.198	14,965
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
JOSÉ FRANCISCO DE FÁTIMA SANTOS					
277.117.066-34	Brasileiro-SP	Não	Não	31/03/2021	
25.422	31,140	0	0,000	25.422	31,140
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Marseille Fundo de Investimentos em Participações.				**19.909.515/0001-37**	
LUIZ GUSTAVO TURCHETTO SANTOS					
217.051.318-32	Brasileiro-SP	Não	Não	31/03/2022	
12.198	14,965	0	0,000	12.198	14,965
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Maria Ângela Turchetto Santos					
167.114.058-38	Brasileira-SP	Não	Não	31/03/2022	
19.566	23,965	0	0,000	19.566	23,965
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
81.582	100,000	0	0,000	81.582	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
PT Indofood Sukses Makmur TBK					
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
First Pacific Company Ltd.					
	Hong Kong	Não	Não	30/03/2022	
6.960.000.000	100,000	0	0,000	6.960.000.000	100,000

Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
6.960.000.000	100,000	0	0,000	6.960.000.000	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/07/2022
Quantidade acionistas pessoa física Unidade	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica Unidade	5
Quantidade investidores institucionais Unidade	0

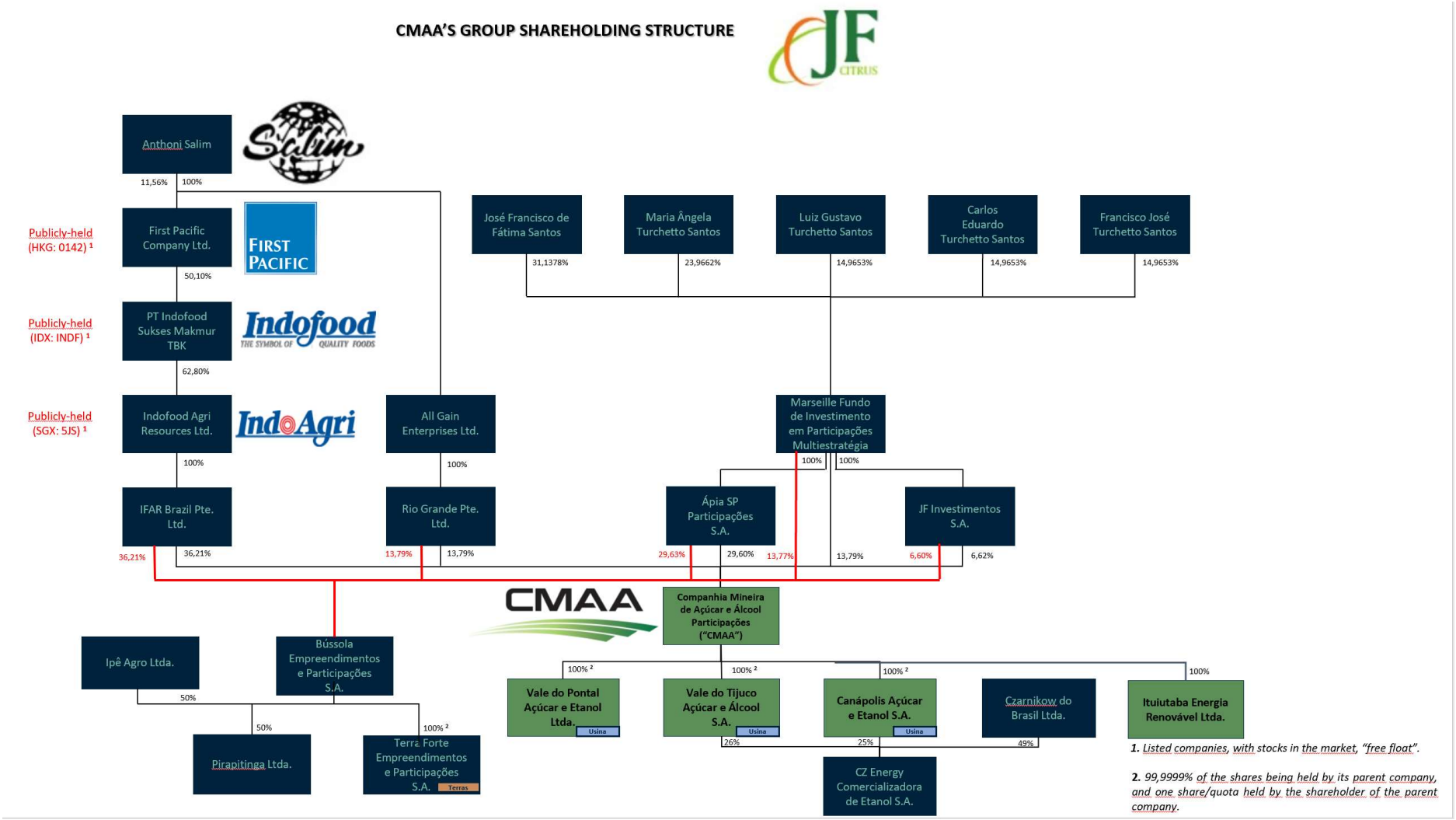
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias Unidade	1.258.415.912	100,000%
Quantidade preferenciais Unidade	0	0,000%
Total	1.258.415.912	100,000%

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



DA #11658570 v1

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

1.12. Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

DATA	OPERAÇÃO	ATA
22/11/2006	Contrato social fundando a CMAA	Registrada na JUCEMG sob o nº 3120772022-9
10/07/2007	Transformação da CMAA de sociedade empresária para sociedade por ações	Registrada no JUCEMG sob o nº 1310002611-6
13/07/2007	Aumento de capital com a emissão de novas ações totalmente subscritas e integralizadas pela Auratus Empreendimentos Imobiliários S.A.	Registrada no JUCEMG sob o nº 3814769
26/03/2009	Aumento de capital com a emissão de novas ações totalmente subscritas e integralizadas pela ZAM Ventures LP.	Registrada no JUCEMG sob o nº 4124891
03/03/2011	Aumento do capital social com emissão de novas ações subscritas proporcionalmente pelos acionistas já existentes (ZAM Ventures LLP., Auratus Empreendimentos Imobiliários S.A. e Ápia SP Participações S.A.)	Registrada no JUCEMG sob o nº 4571259
25/06/2013	Aumento do capital social por meio da subscrição e integralização de novas ações pela acionista já existente Ápia SP Participações S.A., e pela acionista ingressante Indoagri Brazil Participações Ltda., com a retirada dos acionistas ZAM Ventures LLP., Auratus Empreendimentos Imobiliários S.A.	Registrada no JUCEMG sob o nº 5125426
27/11/2015	Aumento do capital social por meio da subscrição e integralização de novas ações pelas acionistas já existentes Ápia SP Participações S.A. e Indoagri Brazil Participações Ltda.	Registrada no JUCEMG sob o nº 5629504
01/07/2018	Aumento do capital social por meio do aporte das quotas do capital social da Vale do Pontal Açúcar e Álcool Ltda. por sua controladora JFLIM Participações S.A., que passa a ser acionista da CMAA, passando a Vale do Pontal ser uma controlada da CMAA.	Registrada no JUCEMG sob o nº 6951838
30/09/2020	Incorporação da Canápolis Holding S.A. pela CMAA, de forma que os controladores da Canápolis Holding, a JF Investimentos passou a ser acionista da CMAA e Indoagri Brazil Participações Ltda. passou a aumentar sua participação na CMAA. A Controlada da Canápolis Holding, a Canápolis Açúcar e Etanol S.A., passou a ser controlada pela CMAA. Incorporação da JFLIM Participações S.A. pela CMAA, de forma que seus controladores, o Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Marseille tornou-se acionista da CMAA e a JF Investimentos S.A. aumentou sua participação na CMAA.	Registrada no JUCEMG sob o nº 8144144
31/12/2020	Incorporação da Indoagri Brazil Participações Ltda. pela CMAA, de forma que a controladora da Indoagri Brazil, a IFAR Brazil Lte. Ltd. passou ser acionista da CMAA.	Registrada no JUCEMG sob o nº 8346722
01/04/2021	Aumento de capital no valor de R$ 0,2095	Registrada no JUCEMG sob o nº 8732113

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

18/04/2022	Distribuição de dividendos no valor de R$ 75.000.000,00	Registrada no JUCEMG sob o nº 9351412
31/05/2022	Distribuição de dividendos no valor de R$ 40.000.000,00	Registrada no JUCEMG sob o nº 9386873

1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

DATA	DOCUMENTO	LOCALIZAÇÃO
27/03/2009	Acordo de acionistas celebrado entre Fundo de Investimento em Participações PDG I, Ápia SP Participações S.A., ZAM Ventures L.P. e tendo como interveniente-anuente a Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações.	Arquivado na sede da Companhia
25/06/2013	Distrato do acordo de acionistas celebrado entre Fundo de Investimento em Participações PDG I, Ápia SP Participações S.A., ZAM Ventures L.P. e tendo como interveniente-anuente a Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações.	Arquivado na sede da Companhia
25/06/2022	Acordo de acionistas celebrado entre Ápia SP Participações S.A., José Francisco de Fátima Santos, Maria Ângela Turchetto Santos, Luiz Gustavo Turchetto Santos, Carlos Eduardo Turchetto Santos, Francisco José Turchetto Santos, Indofood Agri Resources Ltd. e como interveniente-anuente a Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações.	Arquivado na sede da Companhia
09/02/2018	Primeiro aditamento do acordo de acionistas celebrado entre Ápia SP Participações S.A., José Francisco de Fátima Santos, Maria Ângela Turchetto Santos, Luiz Gustavo Turchetto Santos, Carlos Eduardo Turchetto Santos, Francisco José Turchetto Santos e Indoagri Brazil Participações Ltda. e como intervenientes-anuentes a Indofood Agri Resources Ltd. e a Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações.	Arquivado na sede da Companhia
01/07/2018	Segundo aditamento do acordo de acionistas celebrado entre Ápia SP Participações S.A., José Francisco de Fátima Santos, Maria Ângela Turchetto Santos, Luiz Gustavo Turchetto Santos, Carlos Eduardo Turchetto Santos, Francisco José Turchetto Santos, Indoagri Brazil Participações Ltda. e Rio Grande Investment Pte. Ltd., e como intervenientes-anuentes a Indofood Agri Resources Ltd. e a Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações.	Arquivado na sede da Companhia
30/09/2020	Terceiro aditamento do acordo de acionistas celebrado entre Ápia SP Participações S.A., José Francisco de Fátima Santos, Maria Ângela Turchetto Santos, Luiz Gustavo Turchetto Santos, Carlos Eduardo Turchetto Santos, Francisco José Turchetto Santos, Marseille Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Rio Grande Investment Pte. Ltd., JF Investimentos S.A., e Indoagri Brazil Participações Ltda. e como intervenientes-anuentes a Indofood Agri Resources	Arquivado na sede da Companhia

15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

15.8 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 15.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

16. Transações com partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há transações com partes relacionadas vigentes.

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

(a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

O Estatuto prevê que compete ao Conselho de Administração da Companhia manifestar-se sobre quaisquer negócios ou contratos, diretos ou indiretos, entre a Companhia e seus acionistas e/ou administradores (e/ou entre sócios e/ou administradores de acionistas da Companhia), ou qualquer companhia ou entidade que seja direta ou indiretamente controlada ou que estejam sob controle comum de referidas partes.

Adicionalmente, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

(b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Os negócios e operações com partes relacionadas são realizados com base em condições estritamente comutativas e adequadas de modo a preservar os interesses de ambas as partes envolvidas no negócio. Cumpre ressaltar que as operações e negócios da Companhia com partes relacionadas seguem as condições de mercado, isto é, os preços e condições dos serviços contratados devem estar de acordo com os praticados no mercado, seguindo-se as mesmas orientações de negociação efetuadas pela Companhia e suas controladas com partes independentes. Na negociação entre partes relacionadas devem ser observados os mesmos princípios e procedimentos que norteiam negociações feitas pela Companhia com partes independentes. Acreditamos que se as referidas operações com partes relacionadas fossem contratadas com terceiros, seriam mantidos os mesmos termos e condições contratados.

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

16.4 – Transações com partes relacionadas – Outras informações relevantes

Todas as informações relativas a transações com partes relacionadas foram fornecidas no item anterior.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital Unidade	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias Unidade	Quantidade de ações preferenciais Unidade	Quantidade total de ações Unidade
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
30/09/2020	503.892,20		1.258.415.912	0	1.258.415.912

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Justificativa para o não preenchimento do quadro
A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Justificativa para o não preenchimento do quadro
A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em reação a esta Seção 17 que não tenham sido divulgadas nos demais itens desta respectiva seção.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	100%
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	SIm
Descrição da restrição	Acordo de acionistas.
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Acordo de acionistas.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria "B" de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Justificativa para o não preenchimento do quadro
A Companhia nãopossui valores mobiliários emitidos.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Justificativa para o não preenchimento do quadro
A Companhia nãopossui valores mobiliários emitidos.

18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Justificativa para o não preenchimento do quadro
A Companhia nãopossui valores mobiliários emitidos.

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

Na data deste Formulário de Referência, não havia outros valores mobiliários de emissão da Companhia admitidos à negociação.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Justificativa para o não preenchimento do quadro
A Companhia nãopossui valores mobiliários emitidos.

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Justificativa para o não preenchimento do quadro
A Companhia nãopossui valores mobiliários emitidos.

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Nos 3 últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, a Vale do Tijuco realizou as seguintes ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

A Vale do Tijuco (i) emitiu, em 15 de outubro de 2018, debêntures, com vencimento para 17 de outubro de 2022, como lastro da operação estruturada de emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 176ª (centésima septuagésima sexta) série da 1ª (primeira) emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., no valor total de R$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), com vencimento em 19 de outubro de 2022; (ii) emitiu, em 15 de fevereiro de 2019, Debêntures, com vencimento para 15 de fevereiro de 2023, como lastro da operação estruturada de emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (primeira) Série da 6ª (sexta) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., no valor total de R$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), com vencimento em 17 de fevereiro de 2023; (iii) emitiu, em 14 de novembro de 2019, debêntures, com vencimento para 14 de novembro de 2027, como lastro da operação estruturada de emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (primeira) Série da 26ª (vigésima sexta) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., no valor total de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais); (iv) emitiu, em 12 de novembro de 2020, debêntures, com vencimento para 13 de novembro de 2026, como lastro da operação estruturada de emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (primeira) Série da 69ª (sexagésima nona) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., no valor total de $180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais); (v) emitiu em emitiu, em 20 de dezembro de 2021, debêntures, com vencimento para 14 de janeiro de 2028, como lastro da operação estruturada de emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (primeira) Série da 128ª (centésima vigésima nona) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., no valor total de $600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais.

A Vale do Pontal e a Usina Canápolis não realizaram ofertas públicas de distribuição ou emitiram títulos referentes a valores mobiliários.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria "B" de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria "B" de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Justificativa para o não preenchimento do quadro
A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Justificativa para o não preenchimento do quadro
A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

19.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 19.

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 20.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

A Companhia opta por não apresentar as informações contidas neste item do Formulário de Referência por estar registrada na categoria “B” de emissores, para os quais o preenchimento deste item é facultativo, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 21.